



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



ANDREIA PENCO

**O PROJETO “ESCOLA QUE PROTEGE” EM DOURADOS/MS:
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO
ÂMBITO EDUCACIONAL**

**DOURADOS-MS
2015**

ANDREIA PENCO

**O PROJETO “ESCOLA QUE PROTEGE” EM DOURADOS/MS:
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO
ÂMBITO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Rosemeire Ziliani

DOURADOS-MS
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P397p	<p>Penco, Andreia.</p> <p>O projeto “escola que protege” em Dourados/MS : prevenção da violência sexual infanto-juvenil no âmbito educacional. / Andreia Penco. – Dourados, MS : UFGD, 2015.</p> <p>145f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Escola. 2. Violência sexual. 3. Processo civilizador. I. Título.</p> <p>CDD – 370.193</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ANDREIA PENCO

O PROJETO “ESCOLA QUE PROTEGE” EM DOURADOS/MS: PREVENÇÃO
DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”.

Banca de Defesa em 24 de março de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Reginaldo Célio Sobrinho
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Ademir Gebara
Universidade Federal da Grande Dourados

Professora Doutora Rosemeire Ziliani
Universidade Federal da Grande Dourados

Professora Doutora Magda Sarat
Universidade Federal da Grande Dourados

Aos meus eternos amores, meus pais Dirce Barbosa Penco e Arnaldo Penco, pelo incentivo e apoio em todas minhas escolhas e decisões, renunciando aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu.

Aos meus filhos Camille Penco Faria e Fellipe Penco Faria, por me impulsionarem em direção às vitórias dos meus desafios.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui, competi com pessoas capacitadas. Assim como para maioria, longo caminho foi percorrido. Do processo seletivo, passando pela aprovação até a conclusão do Mestrado, parecendo uma tarefa interminável e enigmática que só se torna realizável graças a muitas pessoas que participam, direta ou indiretamente.

Reconheço que apenas palavras, agradecendo os benefícios recebidos, são poucas, no entanto, são representações pelo alcance do meu objetivo. São essas as pessoas que gostaria de agradecer:

A Deus por iluminar-me desde a preparação para entrada no Mestrado e todas suas etapas, por fortalecer-me nos momentos de fraqueza e por tornar-me um pouco mais culta, possibilitando o conhecimento científico.

Aos meus pais, Dirce Barbosa Penco e Arnaldo Penco por acreditarem no meu potencial, pelo incentivo, por buscarem mudanças na maneira de criar uma filha. Por me pouparem de muitas responsabilidades trazendo para si diversos compromissos. Se hoje tenho condição de participar de um programa de pós-graduação, em nível de mestrado, parte disso devo a eles.

Aos meus filhos Camille Penco Faria e Fellipe Penco Faria por contribuírem com meu crescimento profissional e por estarem ao meu lado nos melhores e piores momentos de minha vida. Meus presentes de Deus.

Ao meu companheiro e amigo de muitos anos, Antonio Carlos de Campo Faria, pois, a seu modo, se orgulhou de mim e valorizou meu trabalho.

Ao meu orientador, Ademir Gebara pelo respeito em jamais subestimar meu pouco conhecimento, por dar-me autonomia ensinando-me a caminhar entre a pesquisa, pelo estímulo, fortalecendo-me, mesmo quando o cansaço parecia me abater, mas principalmente por aprender muito mais do que teorias, aprendi a cultivar a gratidão e a humildade.

À minha coorientadora, Rosemeire Ziliani pela disponibilidade de ajuda, independente do período das férias, auxiliando-me na reflexão dos assuntos abordados, porém, mantendo paciência nos momentos de minhas inquietações.

Às pessoas de ações reservadas, contribuindo para que este percurso pudesse ser concluído, compartilhando comigo momentos de aprendizado.

À minha amiga de adolescência, Ana Cristina Fumis (Dindi) que vibrou comigo, desde a inscrição, a aprovação na prova até a finalização do meu curso de mestrado.

Aos colegas do mestrado, os quais não citarei nomes por serem inúmeros, por compartilhar as angústias e os crescimentos, tornando mais leve nosso trabalho.

Aos colegas em geral do trabalho e companheiros(as) de Conselhos Municipais fazendo-me acreditar aos poucos que meu potencial é maior que imagino.

Ao meu amigo, Rogério Fernandes Lemes, coordenador do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados-MS (COMCEX), por prontificar-se colaborando incansavelmente com nossa pesquisa, respondendo aos questionários, tirando-me dúvidas paralelas, valorizando a temática trabalhada.

Aos atores sociais da pesquisa, membros do COMCEX e de atendimento à criança e ao adolescente por disporem de seus momentos de trabalho, no que deles dependessem, concedendo entrevistas e cooperando com uma discussão tão complexa.

Aos professores doutores do Mestrado, da linha de pesquisa que pertenco e das demais linhas oferecidas pelo Programa, pela experiência compartilhada e pelas sugestões e análises significativas nos meus trabalhos/atividades.

Aos professores doutores pela participação em minha Banca de Qualificação, Magda Sarat e Jadir Pessoa e, como suplente, Maria do Carmo Brazil. E, atualmente, em minha Banca de Defesa, Magda Sarat e Reginaldo Célio Sobrinho.

À secretária da Pós-graduação, Fernanda Santos Lima em socorrer-me sempre com simpatia e gentileza nas tão exigidas burocracias.

À Flávia Margutti e Lúcia Helena, respectivamente tradutora e revisora dessa produção, pelo profissionalismo e responsabilidade, assumindo prontamente a tarefa das normas e estética.

À Prefeitura Municipal de Dourados e Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por entender a relevância da formação continuada na carreira profissional, concedendo-me licença para os estudos.

Ao COMCEX, Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) pela autorização a coleta de dados e por fornecer relevantes informações.

Agradeço, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) pelo apoio financeiro do projeto o qual faço parte: “Educação, fronteira e sociedade”.

Finalmente, agradecer à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Faculdade de Educação (FAED) por proporcionar-me a busca de conhecimento técnico e científico.

Todo o futuro da nossa espécie, todo o governo das sociedades, toda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência, como a vida do homem depende do ar. Ora, a ciência é toda observação, toda exatidão, toda verificação experimental. Perceber os fenômenos, discernir as relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades, e induzir as leis, eis a ciência; eis, portanto, o alvo que a educação deve ter em mira. Espertar na inteligência nascente as faculdades cujo concurso se requer nesses processos de descobrir e assimilar a verdade.

Rui Barbosa

RESUMO

O trabalho objetiva socializar resultados de pesquisa, que investigou e analisou a aplicação de um projeto denominado “Escola que protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes”, executado pelo Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX). Desenvolveu-se na linha de pesquisa *História da Educação, Memória e Sociedade*. Originou-se da preocupação pelo elevado número de casos de crianças e adolescentes violentadas sexualmente, registradas para atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). A equipe do CREAS propôs junto ao COMCEX estratégias para enfrentar a questão da violência sexual, no caso implementando o projeto “Escola que Protege”. Trata-se de pesquisa do tempo presente de natureza qualitativa, com dados predominantemente descritivos, por meio de observação inicial, não participante, levada a cabo em escolas municipais e estaduais do município de Dourados, MS, objetivando conhecer como se deu a exposição dos “formadores”, profissionais indicados pelo COMCEX para capacitar os profissionais das escolas. Após coleta e descrição inicial da documentação de amostra, foram elaborados questionários e entrevistas, contemplando diferentes atores e suas percepções sobre violência e violência sexual infantil. Os principais conceitos envolvendo a pesquisa foram: violência, autocontrole, configurações e poder, segundo a teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias e, no caso da sexualidade, buscou-se diálogos com a perspectiva foucaultiana e outros estudos da temática. Dentre as considerações finais destacamos as discussões das configurações família e escola. A família como uma configuração mais simples dada as interdependências restritas ao pequeno grupo. A escola, como primeira configuração fora da família, vivida pela criança e pelo adolescente, as quais passam a ter contato com outras culturas. Salientou-se a aceitação da capacitação realizada pelo COMCEX, na escola, onde a direção e a coordenação alegaram ser de extrema relevância para a comunidade escolar. Na avaliação das capacitações do COMCEX, observou-se em alguns casos o fortalecimento da “conspiração do silêncio” pela escola e pela família, impedindo que as denúncias sejam efetuadas, por motivo de medo de represálias e por existir certo descrédito na justiça. Evidenciou-se nos depoimentos dos profissionais de atendimento à criança e ao adolescente e membros do COMCEX semelhança na percepção da violência sexual, todavia, houve também, inúmeros aspectos que apontaram diferentes percepções sobre o tema.

Palavras-chave: Escola. Violência sexual. Processo civilizador.

ABSTRACT

This work aims to socialize research results which investigated and analyzed the use of a project named “School that protects: mobilizing professionals in defense of children’s and teenagers’ rights”, carried out by Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX). This research examined the History of Education, Memory and Society. It originated from the concern by the high number of cases from children and teenagers sexual abuses, recorded by services in Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), subordinated to the Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). The CREAS’s staff proposes to the COMCEX strategies to face the problem of sexual violence, executed by “school that protect” project. This is a present and a qualitative research with descriptive data, by means of initials and no participant observation, carried out in local and state schools in Dourados, MS, aiming to know the ‘trainers’, professionals by the COMCEX to prepare other professionals for the schools. After initial description and collection of papers from the sampling, some questionnaires and interviews were prepared and different people and their perceptions about violence and child sexual abuse were observed. The main concepts that involved the research were: violence, self-control, arrangement and power, according to the theory of civilizing processes by Norbert Elias and about sexuality, dialogues with Foucault’s perspectives and other studies were sought. Among the final concerns it is pointed out some discussions of family and school aspects. Family is a simpler aspect due to the interdependent limit to the small group. The school, as the first aspect out of the family, experienced by child and teenager have got influence from other cultures. It is approved the ability achieved by COMCEX at school, where the principal and the coordinators asserted its extreme importance to the school community. In COMCEX’s evaluations, it is observed in some cases the strengthening from “silence plot” by school and family, which prohibited that the accusation could be occurred, because of the afraid of retaliations and some discredit for justice. In the professionals’ testimonies during children’s care and COMCEX elements, it is clear the resemblance of sexual violence and several aspects that point out different perceptions about this subject.

Keywords: School. Sexual Violence. Civilizing Process.

LISTA DE SIGLAS

AGCOM	- Agência Municipal de Comunicação
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEIM	- Centro de Educação Infantil do Município
CMDCA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMAD	- Conselho Municipal Antidrogas
COMCEX-MS	- Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes/MS
COMCEX	- Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CT	- Conselho Tutelar
DEAM	- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DP	- Departamento de Polícia
DRAI	- Delegacia de Repreensão ao Adolescente Infrator
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EM	- Escola Municipal
EqP	- Escola que Protege
FAED	- Faculdade de Educação
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNCED	- Fundação de Cultura e de Esporte de Dourados
FUNDECT	- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
IBISS-CO	- Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste
IES	- Instituições de Ensino Superior
LAPREV	- Laboratório de Análise e Prevenção da Violência
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	- Ministério da Educação
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
PM	- Polícia Militar
PREX/UFPI	- Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Piauí
PROEC	- Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
SECAD/MEC	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação
SEDH	- Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEMAS	- Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMASES	- Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
SEMS	- Secretaria Municipal de Saúde
SENAT	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	- Serviço Social do Transporte
SGD	- Sistema de Garantia de Direitos
UEMS	- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UFPI	- Universidade Federal do Piauí
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos
UNIGRAN	- Centro Universitário da Grande Dourados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – SEXUALIDADE E CIVILIZAÇÃO.....	12
1.1 Violência e relação de poder.....	13
1.2 Sexualidade e processo civilizador.....	14
1.3 Sexualidade e controle das emoções.....	20
1.4 Comportamentos distintos, controle e proibições.....	24
1.5 Escola e novas configurações.....	28
CAPÍTULO II – PROJETOS: “ESCOLA QUE PROTEGE”.....	36
2.1 O Projeto “Escola que Protege” em âmbito nacional.....	37
2.2 O Projeto “Escola que Protege”: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, Dourados – MS.....	42
2.3 Documentos norteadores: Guia Escolar do MEC e Cartilha do COMCEX.....	50
2.3.1 Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.....	50
2.3.2 Cartilha do COMCEX: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.....	58
2.4 Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2007-2009 e 2010-2012.....	61
CAPÍTULO III - MÚLTIPLAS DIMENSÕES E PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA E DA VIOLÊNCIA SEXUAL.....	69
3.1 Avaliação e representação.....	69
3.2 Planejamento e capacitação do COMCEX.....	76
3.3 Atores sociais: concepções sobre violência e violência sexual.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICES.....	112
ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

A violência sexual se expressa por meio do abuso e da exploração sexual. Sendo o abuso sexual uma relação de poder desigual, geralmente de um adulto utilizando-se da criança ou do adolescente para satisfazer seus desejos. Referente à exploração sexual, crianças ou adolescentes são utilizados para fins comerciais e de lucro, como, por exemplo, materiais pornográficos ou prostituí-los com objetivo de o pagamento pelos serviços sexuais. Nesta pesquisa, o termo violência sexual foi abordado no sentido de abuso sexual.

O interesse da pesquisadora pelo tema surgiu durante atuação como coordenadora no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). O envolvimento prosseguiu participando como membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados-MS (COMCEX).

A pesquisa originou-se da preocupação com o elevado número de casos de crianças e adolescentes violentadas sexualmente, registradas para atendimento no CREAS. Levantamento realizado pelo CREAS em 2013¹, referente à violência sexual apontou que: o agressor, na maioria dos casos, é da família; no entanto, mulheres também são registradas como agressoras, meninos e meninas, entre sete a quatorze anos, são as principais vítimas, embora, tenham sido registrados casos envolvendo crianças menores de sete anos.

¹Mensalmente o CREAS realiza registro do total de atendimentos para organização própria e envio de relatórios ao governo do estado e federal. No entanto, ocorrem variantes no número de atendimento mensal por considerar atendimentos em andamento e novos atendimentos. Registra-se mensalmente em torno de 18 novos encaminhamentos de atendimentos. O CREAS desenvolve serviço especializado e continuado de assistência social, classificado como proteção social especial de média complexidade, significando que o indivíduo ainda não rompeu com o vínculo familiar, ou seja, o indivíduo permanece na sua residência, não é encaminhado para nenhuma casa de acolhimento. A classificação do serviço é feita pelo governo federal.

Para os objetivos da pesquisa, foram aceitos os conceitos de criança e adolescente constantes do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), promulgado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2012). Esse procedimento se justifica na medida em que os dispositivos legais balizam a atuação dos poderes públicos em relação ao tema.

Entende-se a violência contra crianças ou adolescentes como todo ato violento ou omissão cometida pelos pais, parentes, professores, outras pessoas ou instituições. É um fenômeno complexo, multifacetado, envolvendo variáveis em sua caracterização, conseqüentemente requerendo cooperação multiprofissional. A complexidade da caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes, constituirão focos de atenção desta pesquisa.

Trata-se de um tipo de violência geralmente cumulativa, ou seja, quando uma criança ou adolescente é vítima de violência sexual, soma-se a isto a violência física, já que o seu corpo foi violado. A violência psicológica está presente em todas as situações, prejudicando o desenvolvimento e provocando conseqüências drásticas nas relações familiares e sociais; muitas vezes tem como aliada o silêncio da família e da comunidade. Inserida em um contexto histórico-social, com raízes culturais, a violência caracteriza-se pela coerção ou dominação, com a finalidade de obter privilégios, manter poder ou mesmo conquistar.

A violência e as conseqüências dos atos praticados contra a criança e o adolescente poderão causar danos à saúde física, mental e emocional, assim como implicar violação de direitos humanos e regras sociais, sem escolher classe social, raça, credo, etnia, sexo e idade.

Muitas vezes, crianças e adolescentes são vitimadas tanto pelo(a) agressor(a) quanto pelo “pacto de silêncio”, tolerância, medo, impunidade ao agressor. Membros da família, vizinhos, colegas, profissionais da educação, saúde, ao silenciarem sobre a situação ocorrida protegem o(a) agressor(a). Como veremos, fatores culturais relacionados à família, grupo social entre outras circunstâncias, devem ser considerados no trato desta questão. A compreensão e percepção em relação aos atos considerados inadequados configura aspecto relevante da problemática, constituindo um dos eixos centrais da análise.

Na tentativa de situar as violências, as mais usuais conceituações serão apresentadas a seguir em conformidade com as terminologias de Lima (2006, p. 24- 25): Violência intrafamiliar e institucional “são formas agressivas e cruéis de se relacionar no interior das famílias, na escola e em outras instituições [...] produzindo danos físicos, emocionais, sexuais

e, por vezes até a morte [...] tendo como justificativa educar e corrigir erros de comportamentos da criança e adolescente”.

Lima (2006, p. 25) explica que negligência

é o termo internacionalmente adotado para se nomear as omissões dos pais ou de outros responsáveis (incluindo institucionais) para com a criança ou o adolescente. O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. E nessa categoria se incluem a omissão de cuidados básicos como [...] o não provimento de estímulos e de condições para a frequência à escola.

Quanto ao abuso físico, Lima (2006, p. 25) diz que “é todo ato violento com uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou por outras pessoas, deixando ou não marcas evidentes em seus corpos”.

Abuso sexual, segundo a autora:

constitui todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, ou visando a utilizá-lo para obter satisfação sexual. Essa categoria abrange as relações hétero ou homossexuais, cujos agressores estão em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que o da criança ou do adolescente. (LIMA, 2006, p. 25).

Em relação ao abuso psicológico, Lima (2006, p. 25) informa consistir “em toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas do adulto”.

As questões relativas às práticas sexuais, entre elas as múltiplas formas de violência, são diferenciadas em relação às outras formas de violência tanto em sua objetivação quanto em sua percepção. Violências mais praticadas, como exemplo, pode-se citar a violência contra uma criança com necessidades especiais, ou mesmo a defesa de seus direitos, é algo assumido pela família, ao passo que em relação às múltiplas formas de violência sexual, por serem majoritariamente perpetradas por familiares, elas são quase sempre “escondidas” da comunidade.

A pesquisa não faz apologia de categoria alguma de violência, apenas coloca em discussão as múltiplas violências, tendo em vista conceitos como configuração², interdependência³ e poder⁴, este trabalho tratou, mais especificamente, da violência sexual

² Entende-se por configuração a relação interdependente entre pessoas e/ou grupos que podem ter duração mais provisória ou mais longa e intensidades múltiplas, com ligações mais próximas e diferenciadas, sempre em processo de mudança.

³ Interdependência são as relações estabelecidas entre pessoas e entre configurações. O sentido essencial é que somos sempre interdependentes, sejam quais forem as relações pessoais ou grupais vividas.

contra a criança e o adolescente. Juntamente a esta discussão, apresentam-se as concepções que a violência pode ter na percepção dos atores sociais envolvidos mais diretamente com a questão.

A escola é a primeira configuração exterior à familiar na experiência de vida das crianças, constitui-se, portanto, em lócus privilegiado para dialogar sobre a violência sexual, possivelmente, possibilita comparações de novos valores, segundo as quais crianças e adolescentes interagem e comparam comportamentos familiares. Esta possibilidade de comparação, tomando em conta a experiência de inúmeros colegas que adotam regras sociais estabelecidas em diferentes comunidades e ambientes familiares, acaba por permitir às crianças e adolescentes identificar com maior amplitude, dada por diferenciações comparativas entre configurações, a diferenciação de suas concepções de violência em relação aos familiares.

No espaço escolar o discurso veicula-se de forma mais usual utilizando o termo de “violências” no plural, afinal podem existir discursos e práticas diferentes e mesmo contrapostos, compreendendo inúmeras configurações como violência doméstica, violência religiosa, violência urbana, violência sexual ou negligência.

Conforme a obra de Elias (1980) *La civilización de los padres y otros ensayos*, ao longo dos séculos o modo de pensar modificou-se influenciando o comportamento das sociedades. Assim, na Idade Média era ato considerado normal abandonar a própria sorte filhos caso se tornassem empecilhos no dia a dia, sendo concepção de violência física inexistente, algo incorporado às atitudes dos pais em relação aos filhos.

Contemporaneamente, para grande parte da sociedade a violência contra a criança e o adolescente tornou-se inaceitável. Pode-se situar como um marco institucional o ano de 2001, quando o governo federal criou o *Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* (BRASIL, 2001), tornando-se conhecido como *Programa Sentinela*.

Para a implantação do referido Programa no município de Dourados, foi necessária a criação do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais

⁴ Poder é sempre distribuído desigualmente de acordo com as configurações e as interdependências, tem também significado simbólico como, por exemplo, em uma "sociedade de corte". Quanto maior a necessidade do outro, maior a proporção do seu poder.

de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (DOURADOS, 2001), criado por meio do Decreto Municipal nº 563, de 23 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001).

No ano de 2007, foi implantado em Dourados, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em substituição ao *Programa Sentinela*, com atendimentos especializados e continuados de assistência social às famílias e indivíduos; em decorrência de abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua ou trabalho infantil.

Ainda que a violência sexual infantil seja considerada fenômeno mundial segundo noticiário de imprensa e grande exploração do tema pela literatura, cinema e mídia, os números em relação a ela são consideravelmente preocupantes. Dessa maneira, a equipe de o CREAS junto ao COMCEX propôs diversas estratégias para enfrentar a questão da violência sexual, uma delas voltada especificamente à escola, surgindo no ano de 2013, em Dourados, o projeto municipal *Escola que protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes* (DOURADOS, 2013k).

O Projeto tem como objetivo fortalecer o corpo técnico da escola, por meio de capacitação, na prevenção de ocorrências de ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes. Treze instituições participam do Comitê, apenas duas não governamentais. O Projeto inicialmente é desenvolvido pelos representantes do COMCEX.

No ano de 2006, em âmbito nacional, o MEC elaborou o programa *Escola que Protege* (EqP), por meio do qual repassa recursos às Instituições de Ensino Superior (IES). A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no município de Dourados, também utilizou a mesma nomenclatura do projeto *Escola que Protege*, originário do programa EqP. Elaborou um projeto pleiteando junto ao MEC, recursos públicos para implementar do Projeto.

Para esta pesquisa, foi solicitada autorização à Secretaria de Assistência Social de Dourados, MS, e ao COMCEX, os quais a autorizaram conforme Anexos A e B, respectivamente.

A pesquisa teve como pressuposto metodológico procedimentos qualitativos, sendo que os dados coletados foram predominantemente descritivos. Inicialmente efetuou-se uma observação desprovida de roteiro previamente elaborado, não participante, livre, no sentido de permitir, de um lado, construir um *corpus* documental e, de outro lado, avaliar os procedimentos utilizados possibilitando o desenvolvimento de técnicas de pesquisa, propondo

conhecer como se dá o desenvolvimento da capacitação ministrada pelo COMCEX, em uma escola do município de Dourados, MS. A escola selecionada para observação da execução do projeto coincidiu com o início da pesquisa, a data foi informada pelo coordenador do COMCEX.

Dessa maneira, constituiu-se um *corpus* documental produzido por fontes oficiais da instituição apontada anteriormente, a título de amostragem, e prévio levantamento de fatos, o qual teve como objetivo coletar dados desde a exposição dos “formadores” até as questões e avaliações dos participantes, permitindo acesso aos fenômenos estudados.

Flick (2004, p. 149) menciona o método de observação como debate central nas investigações sociológicas para história da pesquisa qualitativa. Em geral, a observação permite ao observador descobrir como funciona ou sucede-se algo, e completa,

Las presentaciones en entrevistas comprenden una mezcla de cómo es algo y de cómo debería ser, mezcla que todavía es preciso separar [...] además de las competencias de hablar y escuchar que se utilizan en las entrevistas, observar es otra destreza de la vida cotidiana que se sistematiza metodológicamente y aplica en la investigación cualitativa.

Após as observações iniciais, discussão dos problemas e possibilidades indicadas pela amostragem, foram elaborados questionário (Apêndices A) e roteiro de entrevistas semiestruturadas (Apêndices B, C e D), e analisados dados contemplando diferentes atores e suas percepções. Os questionários e entrevistas foram realizados com diferentes atores sociais: do atendimento à criança e ao adolescente e membros do COMCEX. Essa amostragem foi para refinar o instrumento de pesquisa. Na abordagem inicial com os participantes desta pesquisa, eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E) e o Termo de Autorização para Publicação da Entrevista (Apêndice F).

A coleta de dados utilizando gravação, consistindo na combinação de um roteiro com perguntas abertas, não estabelecendo uma sequência rígida de perguntas, formuladas apenas para que a entrevista não perdesse seu objetivo, porém, havendo diálogo entre a pesquisadora e o(a) entrevistado(a). Nesse caso, as entrevistas foram transcritas na íntegra e destacadas no texto em fonte onze, identificando os sujeitos pelas profissões/formação acadêmica (Anexo C). As profissões/formações acadêmicas foram diferenciadas pelas letras A, B, ou C quando repetidas. As mesmas perguntas foram apresentadas aos sujeitos entrevistados, sendo: Promotor de Justiça; Assistente Social “A”; Sociólogo; Assistente Social “B”; Conselheira Tutelar; Professor de Geografia e Escrivã do Judiciário. Primeiramente, todas as questões a um, consecutivamente ao outro.

Conforme Oliveira Netto (2006, p. 13) descreve, a pesquisa documental “[...] tem por finalidade conhecer os diversos tipos de documentos e provas existentes sobre conhecimento científico”.

Para Marconi e Lakatos (2006, p. 270), “O surgimento da pesquisa qualitativa deu-se quando os antropólogos, que estudavam indivíduos, tribos e pequenos grupos ágrafos, perceberam que os dados não podiam ser quantificados, mas sim interpretados”. Então, tais dados foram levantados, analisados e interpretados de maneira mais profunda, considerando a complexidade do comportamento humano.

Ainda, segundo Marconi e Lakatos (2006, p.271) a pesquisa qualitativa “responde a questões particulares, [...], ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Conforme Lüdke e André (2003) dispõem:

O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são freqüentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado.

Flick (2004) em suas explicações, fala a respeito de as entrevistas serem um dos direcionamentos da pesquisa, a qual obtêm-se sucesso ou não com o material colhido referente ao conhecimento subjetivo do(a) entrevistado(a) sobre o assunto abordado.

Segundo o autor, “La ejecución com êxito de estas entrevistas depende esencialmente de la competencia situacional de quien las realiza” (FLICK, 2004, p. 92). Tal competência poderá aumentar com as práticas e experiências vivenciadas, a partir também de oportunidades de contatos de campo regulares, com conversação amistosa, introduzindo lentamente novos elementos e auxiliando nas informações desejadas.

André (2009, p. 28) destaca a finalidade da entrevista e dos documentos da seguinte maneira:

As entrevistas têm finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar os fenômenos, explicitar suas vinculações mais profundas e completar informações coletadas através de outras fontes.

Nas entrevistas, informações contendo elementos essenciais devem aparecer, no sentido de propiciar entendimento às questões levantadas, dando clareza às várias características da problemática em questão.

A respeito de entrevistas, Flick (2004, p. 183) aponta que: “En el caso de los datos de entrevista, una parte importante de este proceso de edición es registrar las palabras habladas y luego transcribirlas”. Referente à documentação, o autor explica que: “En cuanto a las observaciones, la tarea más importante es documentar las acciones y las interacciones”.

Em ambos os casos, um não está em detrimento do outro, há enriquecimento das atividades completando-se para análise dos dados e seu resultado.

Em outro momento foi aplicado um questionário, com perguntas dirigidas, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo e produzir mais documentos sobre diferentes olhares relativos à violência sexual.

Um dos caminhos da pesquisa qualitativa inspirou-se no método etnográfico, com objetivo de entender a cultura, por ser similar à forma que os antropólogos faziam com o intuito de descrever costumes e tradições de um grupo humano.

André (2009, p. 28) aponta: “O que se tem feito, pois, é uma adaptação da etnografia à educação, o que nos leva possivelmente a concluir que fazemos estudos do tipo etnográfico e não etnográfico em seu sentido restrito”.

Utilizou-se como fonte para análise as entrevistas, os questionários e as observações, também foram necessárias leituras da legislação e atas registrando as ações de responsabilidade do COMCEX, esmiuçando as informações nelas contidas, e como complementação, foi realizada a pesquisa em *sites* como: *promenino*; *portal.com*; *escoladeconselhos*, dentre outros.

Para uma aproximação do projeto *Escola que Protege* de Dourados, foram analisados, além de outros materiais, dois documentos principais: O *Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (BRASIL, 2004b), e a *Cartilha* do COMCEX denominada *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: a infância pede socorro!* (DOURADOS, 2013j).

O *Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (BRASIL, 2004b), confeccionado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Educação, apoiada pela Presidência da

Republica, foi publicado para aprimorar a habilidade de professores e profissionais da educação, em todo o País, trouxe diversas informações, como a contextualização histórica da mobilização contra a exploração sexual infantojuvenil, conceituação de cada tipo de violência, o papel da escola como agente interruptor da violência sexual, formas de identificação do problema e indicação de bibliografias e filmes como outro recurso para entendimento do tema.

Na *Cartilha* (DOURADOS, 2013j), as páginas iniciais explicam o que é o COMCEX, sua missão, e ao longo das informações indica telefones para denúncias de violações de direitos; a diferença entre abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes; quem é capaz de abusar sexualmente de crianças ou adolescentes; quais são as consequências do abuso e da exploração sexual na vida das vítimas e sobre a atenção aos sinais psicológicos e comportamentais; o que os profissionais da educação e saúde devem fazer quando se é identificado o abuso e exploração sexual; o que os pais devem fazer para prevenir o abuso sexual e proteger seus filhos e, consequências do abuso sexual para a criança.

Quanto ao *Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2007-2009 e 2010-2012*, notou-se em vários eixos a presença da educação⁵.

Outro aspecto observado no Plano foi a presença da grande maioria dos membros do COMCEX como parceiros, sendo: UEMS; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; CMDCA; Delegacia de Defesa da Mulher; Guarda Municipal; Polícia Militar (PM); Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude; Unidade do Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT). As únicas instituições expressas não pertencentes ao Comitê são: 1º e 2º Departamento de Polícia (DP); Delegacia de Repreensão ao Adolescente Infrator (DRAI); Coordenadoria da Mulher; Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes/MS (COMCEX-MS); Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste (IBISS-CO); SAE/C.T.A; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Agência Municipal de Comunicação (AGCOM) e Fundação de Cultura e de Esporte de Dourados (FUNCED).

⁵Podendo-se pensá-la como instrumento de fortalecimento de diálogo, pelo qual as configurações existentes na escola diferentes dos núcleos familiares e grupos sociais permita à criança e ao adolescente confrontar outros padrões de valores.

Ao discutir o projeto *Escola que Protege* no âmbito das iniciativas e experiências propôs-se a abordagem da violência como um problema cultural, decorrente das múltiplas interdependências e configurações que o fenômeno apresenta.

A princípio podemos afirmar que a origem das violências está nas relações desiguais de poder, dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural.

Admitiu-se inicialmente, ainda que como hipótese, que determinadas práticas sexuais poderiam ser entendidas, em diferentes culturas, como práticas não violentas ou desrespeitosas, algo que, por exemplo, seria entendido por determinado grupo social como uma prerrogativa de um familiar interagir sexualmente com uma criança, sua parente próxima. Foi interessante reconhecer e trabalhar com diferentes percepções de violência sexual. Neste sentido a teoria dos *Processos Civilizadores* de Norbert Elias, se constituiu em referência privilegiada para a abordagem do tema, porque na longa duração existem evidências empíricas da alteração da balança do poder entre gêneros e gerações.

As questões empíricas que nortearam a pesquisa foram as seguintes: 1) Do que trata o “Projeto Escola que Protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes”? 2) Como o Projeto é desenvolvido nas escolas? 3) Quem é o público alvo das escolas? 4) Quais as concepções de violência e violência sexual dos atores envolvidos com a temática? A partir destas questões desenvolve-se um conjunto de aproximações teóricas indicadas a partir dos achados da pesquisa e da literatura sobre o assunto.

Para melhor desenvolver os problemas impostos pela pesquisa, adotou-se o seguinte plano de redação organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado “Sexualidade e Civilização”, buscou aproximação da história dessa temática e dos referenciais teóricos que contribuíram para o entendimento da pesquisa, trazendo conceitos e possibilitando análise dos dados.

O segundo, denominado “Projetos: “escola que protege””, teve como propósito descrever as origens, a trajetória histórica desses projetos por algumas localidades do país e identificar seus objetivos. No município de Dourados, MS, observaram-se sua adequação e os objetivos a que se propõe, esperando contribuir para uma melhor compreensão da estratégia de cada um e da temática de investigação.

No terceiro capítulo intitulado “Múltiplas dimensões e percepções da violência e da violência sexual” priorizou-se o tratamento da violência sexual contra a criança e o

adolescente, abordando para tanto o projeto *Escola que Protege*, em andamento no COMCEX desde o ano de 2013 e suas intervenções na escola selecionada.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve a perspectiva de compreender os dados a partir do ponto de vista das capacitações ofertadas pelo COMCEX e os dos atores sociais envolvidos com a temática violência sexual.

Um dos aspectos relevantes deste trabalho é o estabelecimento de articulações entre diferentes agentes dos poderes municipais, estaduais e federais com as Universidades, articulações estas que se constroem em torno de um problema específico e de intervenção normativa.

CAPÍTULO I

SEXUALIDADE E CIVILIZAÇÃO

Os principais conceitos envolvidos na pesquisa foram: violência, autocontrole, configurações e poder, enfocados segundo a teoria do *Processo Civilizador* de Norbert Elias, e, no caso da sexualidade, estabelecendo diálogo com Michel Foucault. Constituíram-se, então, conceitos de aproximação: relações de poder, violência sexual, interdependência e configurações.

Toda investigação supõe um corpo teórico e este deve ter um método que lhe seja apropriado. Thiollent (1981 *apud* GAMBOA, 2006, p. 24) propõe “[...] que na formação dos investigadores se devem combinar ao menos três elementos: teorias educacionais, técnicas de investigação e epistemologia sobre os métodos”.

O sujeito tendo primazia frente ao método, como descreve o autor:

[...] o sujeito empírico é portador de uma cultura, de uma linguagem, de uma estrutura de pensamento e uma escala de valores; sua relação com o objeto neste sentido não é neutra. [...] Nas ciências sociais como na educação, tanto o investigador, como os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é a realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos. (THIOLLENT, 1981 *apud* GAMBOA, 2006, p. 24).

Para uma aproximação do objetivo proposto o Capítulo foi dividido em seis partes. Na primeira, apresenta-se a pesquisa, os referenciais teóricos norteadores da pesquisa e os conceitos trabalhados. Na segunda, tratando-se de subtítulos, intitulado “Violência e a relação de poder” aponta essa relação como uma dimensão cultural. A terceira, denominada “Sexualidade e processo civilizador” como a sexualidade era entendida e expõe o que poderia caracterizar o processo civilizador. A quarta, chamada “Sexualidade e controle das emoções” apresenta o ser humano em um processo evolutivo, entre os aspectos inatos e os aspectos

adquiridos. Na quinta, nomeada “Comportamentos distintos, controle e proibições” aponta a estrutura da personalidade na esfera íntima e na pública carregada de limitações à sexualidade. Na última parte, designada “Escola e novas configurações” coloca-se em pauta a alteração da balança do poder familiar em relação ao sistema escolar, na vertente de que crianças e adolescentes ampliam suas configurações familiares, construindo novas redes de interdependência.

1.1 Violência e relação de poder

Segundo Swaan (2012), sociedades relativamente pacíficas, como a Holanda, França, ou mesmo os EUA entendem que a violência é o “resumo do mal”, a qual se traduz como imposição intencional de danos físicos aos outros. Discussões motivadas por considerações científicas demonstravam preocupação teológica relacionando a violência com a malignidade e decadência do homem, apontando a existência da humanidade em algum lugar entre os animais e os anjos.

Swaan (2012) propõe ainda o estudo da variabilidade no comportamento de primatas (chimpanzés e bonobos), apresentando arranjos sociais divergentes e repertórios completamente diferentes de violência e de controle da violência.

O texto descreve a ideia de o comportamento violento dos seres humanos ser relativo a cada um, havendo possibilidade de tornar-se dormente durante toda a vida, podendo ser até ausente, enquanto outros seres humanos recorrerem à violência, significando que sob certas condições seres humanos podem comportar-se violentamente contra o outro.

Swaan (2012) relembra haver mais ocorrência de estupro e homicídios em sociedades pré-históricas do que no mundo moderno. Atribui a violência às sociedades sem Estado, aspecto fundamental da existência de sociedades estatais é justamente a capacidade de pacificação interna que o Estado tem. O Estado objetiva proteger seus cidadãos, logo sua presença monopoliza a violência, controla a violência.

Agregando as ideias do autor, talvez possamos dizer que o marco teórico para falar sobre a violência sexual contra a criança e adolescente tem por base a afirmação de que a violência é uma relação de poder. Embora todo poder implique a existência de uma relação de interdependência, nem sempre está relacionado à violência.

A origem das violências está nas relações desiguais de poder, dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural. No caso em estudo, aventamos a hipótese inicial, segundo a qual no interior de muitas famílias atendidas em consequência da violência sofrida, sua assimilação sobre violência, difere da legislação e da percepção dos profissionais que atuam diretamente com a criança e o adolescente nesta questão.

Admitimos a princípio, ainda que supostamente, que determinadas práticas sexuais poderiam ser entendidas como práticas não violentas ou desrespeitosas, algo que, por exemplo, seria uma prerrogativa de um familiar interagir sexualmente com uma criança, sua parenta próxima, iniciando-a nas relações sexuais.

Nesse contexto, este trabalho procura romper o vínculo exclusivo da questão da violência sexual construída pelas normas jurídicas, colocando a questão em sua dimensão cultural, ainda que enfrentando as dificuldades e ambiguidades desse caminho. Contudo, para desenvolver o tema é inegável a necessidade de considerar questões jurídicas, como, por exemplo, a definição do que se entende por infância, criança e adolescente. Para uma aproximação dessa concepção consultou-se o ECA.

A opção em trazer a definição do ECA, alterando a intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e adolescentes, desta maneira a realidade social na qual coletamos os dados é regulamentada nacionalmente por este instrumento jurídico. O ECA/1990 (BRASIL, 2012) considera criança, a pessoa até doze anos incompletos, ou seja, do zero aos doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze anos e dezoito anos de idade.

1.2 Sexualidade e processo civilizador

Não se pode falar de violência, especificamente contra a criança, sem que se pense nos prejuízos causados, afetando diretamente ou indiretamente sua saúde física, mental e emocional.

A figura da criança passou por diversas transformações sociais ao longo da história, caminhando para diferentes concepções de infância, no entanto, para que haja mudança na maneira como adultos e crianças se relacionam, a organização social precisa modificar a sua percepção de infância.

Elias (1998) argumenta sobre o sentimento de infância associando a percepção da geração distinta e o processo civilizador:

Se olharmos mais detidamente percebemos que se trata de um processo longo, que ainda continua. Nós mesmos nos encontramos ainda no meio dele e isso não ocorre porque as crianças representam um mistério para os pais, pois em certa medida, precisam ser descobertas por eles. (ELIAS, 1998, p. 469).

A regulação dos sentimentos dos adultos e a espontaneidade das crianças orientam a modificação das relações pais e filhos. O processo de civilização dos pais individualiza e separa o mundo cultural dos adultos do mundo cultural das crianças. Muitos dos problemas pela forma de transição da relação autoritária dos adultos para com as crianças em convívio igualitário caracterizam nossa sociedade atual.

Veiga (2010, p. 22) descreve sua principal hipótese em relação à elaboração da infância como:

Geração distinta de outras por meio de variados e sistematizados saberes e ações é de que tal diferenciação se fez como acontecimento integrante do processo civilizador. [...] Do momento em que se estabeleceram os monopólios da violência física e da tributação e, portanto, da organização dos estados nacionais – ocorreu uma grande transformação dos costumes. Tal fato alterou o comportamento dos indivíduos, mudando as relações de interdependência e as figurações sociais num processo de longa duração histórica.

A autora amplia o enfoque explicando como a mudança do comportamento se caracterizou.

Fundamentalmente pela demanda da ampliação da capacidade de autocoeção dos instintos e dos impulsos em detrimento da coerção externa. Ter determinadas atitudes e hábitos, inicialmente como aparência e posteriormente como ‘segunda natureza’, se apresentou como modelo civilizado de convivência social. (VEIGA, 2010, p. 22-23).

A mudança social e psíquica dos pais nos apresenta uma sociologia histórica da infância e da família. O processo civilizador, ou seja, mudança das práticas sociais de pais e filhos, papéis sociais, funções e valores vão se construindo ao longo do tempo.

Tais referências tratam a infância como uma categoria construída socialmente. A infância, na atualidade, é objeto de estudo para múltiplas áreas, como a pedagogia, a psicologia, a medicina, o direito, a sociologia entre outras, modificando-se conforme as diferentes percepções que foram construindo-se. A infância, além de um período biológico, também é uma construção social, cultural e histórica.

Conforme Sarat (2009, p. 103) aponta:

A infância é um período da vida humana fortemente marcado por características que diferenciam crianças e adultos. Tais características se constroem social e

historicamente, através de um longo processo de conformação de concepções que marcam as sociedades em determinadas épocas.

Tratando-se de período e processo longo, o que mudou significativamente foram exatamente os aspectos psicológicos e sociais sobre a infância, o sentimento em relação a ela, que se instaurou de forma decisiva e ampliando-se com a modernidade.

No que tange o conceito de criança, Sarat (2009, p. 118, grifo da autora) explica:

Atualmente vivemos tempos em que se considera a criança como sujeito social que produz e consome cultura, participa no dia a dia da sociedade e se impõe, pleiteando e disputando espaços. [...] Então, é preciso considerá-las como pessoas que estão sendo formadas, ainda que esta **maleabilidade** implique imprimir suas marcas na própria história, modificando, discutindo e desarranjando os **moldes**.

Desse modo, considerando a concepção de criança e infância e, o adolescente, ainda que não em termos conceituais, porém, como sujeito também de direitos e em desenvolvimento conforme o ECA/1990 (BRASIL, 2012), interessou trabalhar aqui com diferentes percepções de violência sexual, e neste sentido, a teoria dos Processos Civilizadores de Norbert Elias, se constituiu em uma referência privilegiada para a abordagem do tema.

Segundo Norbert Elias (2011), o termo “civilização”, com origem no século XVIII, não significou o mesmo em diferentes nações. Na Alemanha, o uso do conceito civilização dirigiu-se para a aparência externa do indivíduo, dando lugar ao termo *Kultur* (cultura), significado central atribuído ao intelectual, ao artístico. Diferentemente dos ingleses e franceses, para os quais o termo civilização expressava nacionalismo e expansionismo, referindo-se aos fatos políticos, sociais, econômicos, religiosos e morais. Ao longo dos anos, os indivíduos incorporaram comportamentos desconsiderando o seu próprio processo de civilização, o de transformação da natureza pelos homens, vendo-o como algo herdado.

É importante, contudo assinalar que Elias, ao definir os diferentes significados de “cultura e civilização” em vários países da Europa, buscou desconstruir sua natureza eurocêntrica, ou seja, foram conceitos construídos para auto identificar os próprios europeus que, desta maneira se auto identificaram como portadores de carisma, em oposição aos bárbaros não “civilizados”, cujos comportamentos deveriam ser, desta forma, moldados segundo os comportamentos europeus.

Elias (2011, p. 51) explica que em 1760, na obra de Mirabeau (pai), encontraram-se evidências literárias apontando o conceito civilização.

Se perguntar o que é civilização, a maioria das pessoas responderia: suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que incluía o decoro no lugar de leis detalhadas: e tudo isso me parece ser apenas a máscara da virtude, e não sua face, e civilização nada faz pela sociedade se não lhe dá por igual a forma e a substância da virtude.

Elias (2011, p. 52, grifo do autor) compartilha a opinião de Mirabeau na visão alemã, quando considera civilização como polidez e boas maneiras. Mirabeau vincula seu conceito: “*Civilisé* era, como *cultive*, *poli*, ou *policé*, um dos muitos termos, não raro usados quase como sinônimos, com os quais os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento”. Dessa maneira, o conceito de civilização vastamente utilizado, a partir do século XIX, ganha novas feições com a ascensão da burguesia.

A classe alta expressa sua imagem diferenciando seu refinamento como padrão de comportamento. Da mesma forma, o governo regulava os comportamentos por meio das suas leis, fazendo com que a sociedade mantivesse compostura em suas relações, no entanto, a sociedade e a economia têm decorrências próprias de processos sociais.

Elias (2011, p. 56, grifo do autor) cunhando o termo civilização, remete ao entendimento do movimento da sociedade como expressão de crítica social, “[...] a isto se adiciona a compreensão de que o governo não pode baixar decretos a seu talante [...] a compreensão de que até mesmo o governo mais absoluto é impotente diante do dinamismo do desenvolvimento arbitrário, ‘antinatural’, irracional”.

Em outra linha de abordagem, Erasmo de Roterdã descreve em seu *Colóquios* conversas pedagógicas para crianças e jovens, sobre o que deveria ser evitado e conducente a uma vida tranquila. Elias (2011, p. 66-67) apresenta a obra de Roterdã como escritos que contribuíram para imprimir novas formas de comportamento, tratando do “comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, ‘do decoro corporal externo’. [...] O tratado fala de atitudes que perdemos, que alguns de nós chamaríamos talvez de ‘bárbaras’ ou ‘incivilizadas”.

Erasmo de Roterdã é uma fonte importante no desenvolvimento do argumento de Elias. Roterdã entendia que adultos e crianças viviam desde cedo na mesma esfera social, sem haver distância no padrão comportamental e emocional. Elias (2011, p. 169) observa mudança no comportamento do adulto, refletindo posteriormente na criança após o processo civilizador:

O desenvolvimento biológico humano em tempos mais antigos não tomou um curso diferente do de hoje. Só com relação a essa mudança social

podemos compreender melhor todos os problemas de ‘crescer’ como se apresentam hoje e, com eles, os ‘resíduos infantis’ na estrutura de personalidade de pessoas crescidas (adultos). A diferença mais pronunciada entre as roupas de crianças e adultos em nosso tempo é apenas uma expressão particularmente visível desse fato.

Foucault (1988, p. 33) destaca que:

É verdade que desapareceu a antiga ‘liberdade’ de linguagem entre crianças e adultos, ou alunos e professores. Nenhum pedagogo do século XVII teria, publicamente, como Erasmo o fez nos seus Diálogos, aconselhado seu discípulo na escolha de uma boa prostituta. E desapareceram progressivamente os risos estrepitosos que, durante tanto tempo, tinham acompanhado a sexualidade das crianças e, ao que parece, em todas as classes sociais.

Valores são modificados no momento em que a sociedade determina comportamentos tidos por naturais, em determinadas épocas, são removidos para o “fundo da cena”, termo utilizado por Elias (2011) expressando ações reservadas. Por exemplo, os costumes do casamento no período Medieval, quando o leito nupcial deveria ser montado na presença de testemunhas, o casal despia-se e uma vez deitados juntos consumava-se o casamento.

Em fins da Idade Média, os costumes variavam conforme a classe social e países, porém, o casal recebia de presente suas camisolas, e tinha permissão de deitar-se vestido. Conforme explica Elias (2011, p.171) a mudança gradual originou-se devido ao comportamento sintomático referente à presença da vergonha em relação ao sexo, a qual foi inculcada paulatinamente, tornando-se predominante nos séculos XIX e XX.

Essa mudança de comportamento, ocorrida nos dois últimos séculos, fez com que se tornasse “natural” que as crianças conhecessem essa maneira de viver, pela qual foram inculcados tabus e sigilos no padrão de comportamento, ocultando e segregando a sexualidade na vida social.

No século XVII, adultos tinham a liberdade de realizar comentários e ações na presença das crianças:

Só aos poucos, e mais tarde, é que uma associação mais forte de sexualidade com vergonha e embaraço, e a correspondente restrição ao comportamento, se espalha mais ou menos uniformemente por toda a sociedade. E quando cresce a distância entre adultos e crianças é que o “esclarecimento de questões sexuais” se torna um ‘problema agudo’ (ELIAS, 2011, p.172, grifo do autor).

Elias (2011, p.173) coloca a sexualidade como sendo cada vez mais segregada quando afirma:

no processo civilizador, a sexualidade, também, é cada vez mais transferida para trás da cena da vida social e isolada em um enclave particular, a família nuclear. [...] E no caso de crianças, especialmente de meninas, essas coisas não são, tanto quanto possível, absolutamente mencionadas.

No caso da família nuclear, Elias (2011, p.179) descreve como sendo “o único enclave legítimo da sexualidade e de todas as funções íntimas de homens e mulheres”. O enclave tratava-se de território permitido às funções matrimoniais e, romper as leis do matrimônio e procurar prazeres “estranhos” merecia, de todo modo, condenação. Foucault (1988, p. 44) caminha na mesma direção ao afirmar que: “Até o final do século XVIII, três grandes códigos explícitos – além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opinião – regiam as práticas: o direito canônico⁶, a pastoral cristã⁷, e a lei civil. Eles fixavam cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito”.

Porém, apesar da existência da linha divisória entre o lícito e o ilícito Foucault (1988, p.45) comenta que: “Esses diferentes códigos não faziam distinção nítida entre as infrações às regras das alianças e os desvios em relação à genitalidade”. Assinalavam apenas que os grandes pecados estariam “separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a ‘carícia’ recíproca”, provavelmente esses comportamentos exigiam o controle dos impulsos naturais, embora sendo muitas vezes controlados pelo medo ou outras inculcações da época.

Supostamente, também podemos associar a questão dos códigos, mencionando ser o estupro “relações fora do casamento” com as relações de poder, desconsiderando a relação sexual com a própria esposa, uma vez que a mulher era submissa e sem direito de manifestação de seus desejos, cedendo às vontades de seu marido quando bem lhe conviesse.

Elias (2011) destaca o controle dos impulsos por meio do embaraço, medo, vergonha e nojo sobre jovens, como processo civilizador, moldando-os aos costumes polidos e cortesês, sobretudo nos impulsos sexuais, a fim de adequá-los ao padrão de conduta social na época, em que os adultos também sofreram pressão e a repassaram.

A pressão aplicada sobre adultos para privatizar todos os seus impulsos (em especial, os sexuais), a ‘conspiração de silêncio’, as restrições socialmente geradas à fala, o caráter emocionalmente carregado da maioria das palavras

⁶ O direito canônico significa um conjunto de leis adotadas pelos líderes da Igreja, para o governo da organização cristã e seus membros. É a lei eclesiástica interna que rege a Igreja Católica.

⁷ Entende-se como pastoral cristã a estruturação de mecanismo de poder, de cunho religioso, com direcionamento de condutas, porém, não se aplica a todas as culturas. Destaca temas como a salvação e a verdade.

relativas a ardores sexuais, tudo isso constrói uma grossa parede de sigilo em volta do adolescente. (ELIAS, 2011, p.174).

A “conspiração de silêncio” mencionada por Elias (2011) remete-se a ideia de os adultos não conversarem mais sobre sexualidade com os adolescentes, vedando sua educação. Diferentemente de sociedades anteriores, nas quais as crianças cresciam entre os adultos participando socialmente do convívio diário. Em razão do impulso sexual, no curso do processo civilizador estar sujeito a controle rigoroso, os assuntos relacionados à sexualidade foram silenciados. Nesse contexto, tornou-se difícil abordar esses assuntos, sendo mais propício aos pais modelar a estrutura da personalidade do adolescente, como hábito compulsivo, quase imperceptível à consciência.

Com a ascensão da burguesia (século XIX), as pressões da sociedade absolutista não mais interferiam em sua liberdade, as quais causavam limitações externas, no entanto, as limitações sociais do indivíduo, por suas ocupações, começaram a exigir autocontrole emocional em relação à disciplina rigorosa na sexualidade, a espontaneidade dando lugar à regra. Como expressa Elias (2011, p. 178) “ao contrário do que acontece na corte, devem ser rigorosamente confinadas atrás da cena, banidas para o reino do segredo”.

A burguesia colocou a regra de boas maneiras de forma diferente do modelo de civilização, colocou a regra da moral. Elias (1980, p. 439, grifo do autor) explica ser “esta regra que cercou o âmbito da sexualidade como uma das áreas mais perigosas, com uma malha diferenciada e fina de proibições, cuja observação rigorosa foi tratada como uma prova de *status* das famílias assim como de seus membros individualmente”.

Se tomarmos por base o controle imposto ao indivíduo pela vida social, percebe-se a complexidade dos movimentos históricos. Um desses movimentos foi e é a tentativa de civilizar o impulso sexual, ocorrendo em paralelo a outros impulsos, e sendo cada vez menos utilizado pela força física direta, ou seja, o controle dos impulsos seria condicionado, cultivado desde a tenra idade, pelas instituições sociais ou mesmo pela família e pessoas que intervinham no cuidado das crianças.

1.3 Sexualidade e controle das emoções

Assim como o hábito de usar camisola, deslocado da vida social para o comportamento íntimo, assinalando época de vergonha e embaraço perante pessoas fora do

círculo familiar, outros “implementos de civilização” surgiram como símbolo de mudança. Elias (2011, p. 160) aborda outro item, pois, “desaparece a despreocupação em mostrar-se nu, como também em satisfazer necessidades corporais na frente dos outros”. Ribeiro (2011, p. 9) afirma que não existe conduta natural do homem “na verdade o que houve foi um condicionamento”.

Elias (2009, p. 27) explicita que algumas formas inatas perderam sua naturalidade, dando lugar às adquiridas, às condicionadas, “o que é variável e aprendido é classificado como cultura, sociedade ou outras representações do que é considerado como não natural”, ou seja, o ser humano é adaptável, embora sofra alterações sociais. As biológicas não afetam a identidade da espécie, no entanto, gerações e gerações são passadas e sua capacidade de aprender com a experiência, transmitir conhecimento ou mesmo ocorrer mudanças nos relacionamentos interpessoais é passível de existência.

Talvez não haja como reconstruir o caminho percorrido pelos seres humanos na terra, todavia, as emoções humanas podem ser um forte ponto de partida para este trabalho de investigação. A história não pode ser construída como os homens a querem, faz-se necessário considerar a subjetividade.

E, considerando a subjetividade, a literatura científica, abordando estudos sobre a evolução biológica do ser humano, afirma que apesar de afastarmos-nos na temporalidade e dos costumes dos homens pré-históricos, ainda mantemos nossas características biológicas; como, por exemplo, a reação ao sentirmos medo, suar ou acelerar o coração.

Relacionada à violência sexual infantojuvenil, no interior das configurações vividas, aprendemos ou internalizamos que é errado manter relação sexual com uma criança ou adolescente. De certa forma porque a legislação determina isso, porém, muitas vezes, o instinto de uma pessoa, no caso o sentimento inato, sobressai ao comportamento socialmente exigido quando se deseja alguém, como se seu sentimento fosse regido pela emoção e não pela razão.

Na nossa espécie, adultos plenamente funcionais passam por um processo social e individual, entre o adquirido e o inato. Embora sejam processos diferentes, Elias (2009, p. 33) traz em seu texto, a tese sobre a relação entre o inato e o aprendido, propondo três hipóteses interligadas, as quais se entrelaçam “sem quaisquer mudanças biológicas, quer dizer, independentemente do processo evolutivo”, formando a união íntima do processo inato e do adquirido.

Na primeira hipótese o autor indaga sobre: “como se explica o fato de a espécie humana ter características peculiares e estar de acordo com a continuidade do processo

evolutivo?” (ELIAS, 2009, p. 25). E, aponta que, “Pela primeira vez no processo evolutivo, os aspectos adquiridos do direcionamento do comportamento tornaram-se clara e inconfundivelmente superior em relação aos aspectos inatos” (ELIAS, 2009, p. 26).

A segunda hipótese é desenvolvida com a seguinte declaração: “[...] os seres humanos não apenas podem aprender mais que qualquer outra espécie, eles também devem aprender mais. [...] Eles devem aprendê-las não só para se comunicar com os outros, mas também para se tornarem totalmente funcionais” (ELIAS, 2009, p. 26-27). A hipótese apresenta que o ser humano, no processo evolutivo, depende do aprendizado de fundo social e, na ausência desse conhecimento, não poderia sobreviver.

Elias (2009) ainda exemplifica sobre o processo de aprendizagem de uma criança, segundo a qual o aparelho vocal ainda dormente é algo inato, utilizado como instrumento de comunicação. Entretanto, o aprendizado infantil só é possível se houver entrelaçamento de dois processos: “[...] um processo biológico de maturação e um processo social de aprendizagem” (ELIAS, 2009, p. 29). Em suma, só se aprende socialmente se o ser humano estiver equipado biologicamente. Em relação a crianças com deficiências de audição e fala, pesquisas estão sendo feitas, a respeito do assunto é possível aguardar pelo desenvolvimento de novos problemas.

A terceira hipótese apresentada por Elias (2009, p. 35) explica que “nenhuma emoção de uma pessoa adulta é inteiramente inata, um modelo de reação geneticamente fixado”. Continua afirmando que como a linguagem, as emoções humanas resultam da soma entre o processo inato e adquirido. Diz que três aspectos compõem as emoções humanas: comportamental (por exemplo, lutar e fugir), fisiológico (aumento da pulsação diante do medo) e sentimental (o medo, a ira).

Elias (2009, p. 46) coloca que “no caso dos seres humanos, os impulsos emocionais inatos estão sempre relacionados com a capacidade pessoal adquirida de auto-regulação, mais especificamente com o controle das emoções aprendidas”.

Nesse sentido, parafraseando Elias (2009), o que faz os indivíduos humanos é a capacidade de se desenvolver através do aprendizado na vida com componentes biológicos e comportamentais, fazendo com que as emoções inatas fiquem subordinadas às adquiridas socialmente, como diz o autor “fruto do ambiente”, conduzindo ao processo de controle crescente das emoções. Em questão, seria civilizado reprimir qualquer desejo inato no caso do ato sexual entre adultos e crianças.

Para Foucault (1988), talvez a repressão dos instintos seria o controle das emoções, dos impulsos, que se faz também por meio dos termos da lei do desejo, afirmando ser, “[...] certamente, a maneira de conceber a natureza e a dinâmica das pulsões; não é a maneira de conceber o poder” (FOUCAULT, 1988, p. 92-93).

Conforme hipóteses levantadas anteriormente, Foucault (1988, p. 93, grifo do autor) contrapõe a representação do poder por meio da sua relação negativa “com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, bargagem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não”.

Outro aspecto da concepção de poder aponta para a instância da regra. “O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido” (FOUCAULT, 1988, p. 93). No entanto, o autor, por meio de material histórico de pesquisa avança paulatinamente em direção a outra concepção do poder.

Admitamos, em troca, que um exame um pouco mais rigoroso mostre que, nas sociedades modernas, o poder, de fato, não regeu a sexualidade ao modo da lei e da soberania; suponhamos que a análise histórica tenha revelado a presença de uma verdadeira ‘tecnologia’ do sexo muito mais complexa e, sobretudo, mais positiva do que o efeito excludente de uma ‘proibição’, assumindo outra teoria do poder. [...] Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei. (FOUCAULT, 1988, p. 101, grifo do autor).

Para Elias (2011), as relações de poder perpassam pelas interdependências recíprocas (relações de indivíduos) ligadas em diversos níveis (grau de dependência), ocorrendo equilíbrio instável de forças, monopolizando o que o outro necessita. Quanto maior a sua necessidade, maior o poder do o outro sobre você, seja pela forma econômica, por amor, por força, por *status*, pelo conhecimento ou ainda por conta do plano social, do político, do cultural dentre outras situações, formando-se configurações, afastando-se da ideia de alguns possuírem o poder e outros estarem destituídos dele. Nesses termos pode-se admitir que nessas relações são construídos os controles civilizatórios e da violência.

Ao tomar o processo civilizador como algo que não podemos datar e muito menos determinar o ponto final, ocorrendo recuos e avanços, progressos e retrocessos, mudanças no padrão de conduta social e no significado das palavras, Elias (2011) valoriza a observação empírica e a percepção histórica de longa duração, isso se dá pela grande variedade de fatos acontecidos.

Tanto o comportamento quanto os conceitos sofrem a ação do tempo histórico, por isso não podemos delimitar datas ou momentos.

Os termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências na vida concreta da sociedade deixam de se vincular a eles. Em outras ocasiões, eles apenas adormecem, ou o fazem em certos aspectos, e adquirem um novo valor existencial com uma nova situação. São lembrados então porque alguma coisa no estado presente da sociedade encontra expressão na cristalização do passado corporificada nas palavras. (ELIAS, 2011, p. 26).

Nesse sentido, ao tomarmos por objeto a violência, podemos pensar que controle da violência física demanda controle das relações humanas e entendimento do contexto histórico.

Elias (1980) em *La Civilización de los padres y otros ensayos*, em um contexto europeu, aponta para as mudanças das práticas sociais de pais e filhos e de como os valores vão se construindo ao longo do tempo. Em uma sociedade industrial, as regras de autorregulação ocorreram junto ao processo de civilização individual, entretanto, na sociedade mais simples, as crianças pequenas tinham liberdade desenfreada como os adultos. Quanto mais resistência demonstrar à regra do adulto, maior dificuldade de adaptação terá a criança pequena. Paraphrasing Elias (1980), atribuem-se muitos problemas de relacionamento entre pais e filhos à civilização.

Sendo assim, em qualquer classe social a criança vive a infância possível, as crianças criam culturas. Entretanto, apesar das vastas teorias em defesa da criança, ainda permanecem posturas que insistem em colocar em segundo plano seus desejos, sonhos, decepções, aspirações e ideias, com o argumento da necessidade da manutenção da “ordem social”⁸, em diversos momentos sobre a ótica do adulto.

1.4 Comportamentos distintos, controle e proibições

Contemporaneamente, profissionais (psicólogos, assistentes sociais, educador social, médicos, advogados e outros) atuantes na questão da violência sexual entendem a violência sendo geralmente acumulativa, ou seja, quando uma criança ou adolescente é vítima de abuso sexual, soma-se a isto, a violência física, já que o seu corpo foi violado. A violência psicológica está presente em todas as situações, prejudicando o desenvolvimento e

⁸Ordem Social é utilizada no sentido de controle normativo, regras e convenções impostas, nas interações da vida cotidiana (grifo da autora).

provocando consequências nas relações familiares e sociais, diversas vezes tendo como aliado o silêncio da família e da comunidade. Possivelmente, quando uma criança ou um adolescente chega à condição da violência sexual, em muitos casos já sofreu a violência da segregação econômica, da desagregação familiar ou da segregação escolar.

As histórias alimentam o imaginário, porém, a violência contra a criança é algo secular nas sociedades, sendo entendida, como já mencionado, como uma relação de poder. Elias (1980, p.449-450) explica que “de acordo com a estrutura global de uma sociedade a distribuição do poder entre as pessoas que formam a família seja muito desigual. [...] Cada relação familiar é um processo. As relações sempre estão se modificando”.

Nesse aspecto, as relações familiares não são herdadas por natureza, as crianças tornam-se adultos em um processo civilizador, as interdependências familiares proporcionam variáveis de poder, perpassando por período de transição.

Foucault (1988) relaciona poder, saber e sexualidade na sociedade ocidental. Para ele o poder se produz a cada instante em todas as relações. Coloca essa questão indicando a conexão da “Idade da Repressão” no século XVII, coincidindo com o início da ordem capitalista e da classe burguesa ao poder, e acrescenta: “se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa: na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho” (FOUCAULT, 1988, p. 12). Nessa direção, a Idade da Repressão seria o momento de reprimir o sexo, para que a força do trabalho não se dissipasse nos prazeres, reduzindo a produção.

Ainda no século XVII, apoiada em Foucault (1988), na fase de repressão sexual, embora, não totalmente, o sexo se reduz à sua função reprodutora segundo a qual o casal passa a ser o “modelo” e deverá relacionar-se para tal finalidade. No entanto, a sociedade burguesa forçadamente permitiu algumas atitudes, restringindo as sexualidades ilegítimas a lugares reservados, motivo pelo qual se imaginava ser um comércio lucrativo destinado aos deleites, ou seja, aos relacionamentos não pertencentes ao matrimônio, não se importando com as energias dispensadas nos prazeres, que, conforme o modo de pensar, o sexo enfraquecia o homem em seu trabalho. A partir do século XVIII, falar sobre sexo a um profissional ocorreria a proliferação do discurso sobre sexo, gerando valor mercantil.

A igreja com o desejo de conhecer a "verdade" sobre o sexo usava o discurso (confissão) para conhecer os sentimentos e condutas sexuais da sociedade, exercendo seu poder por meio do temor ao pecado e, por vezes, trazendo a vergonha à baila. Segundo

Foucault (1988, p. 25), “[...] uma dupla evolução tende a fazer, da carne, a origem de todos os pecados e a deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo”.

No mesmo período tratado por Foucault, entre o século XVIII e XIX, Elias (1980) indica a ocorrência de uma onda de tabus contra a sexualidade, sendo uma fase da repressão social, a qual o excesso de regras morais permeava todo esse período e esteve acompanhado de angústia atuando como motor de repreensão no âmbito da sexualidade. Tomando como exemplo a masturbação, era compreendida como uma doença, um ato nocivo à saúde, ou mesmo considerado como um crime. Elias (1980, p. 439) menciona a existência de uma bibliografia especializada, de considerável volume que “[...] prevenia os homens e em especial os meninos, sobre os terríveis perigos que abarcava este ato”.

Referenciando esta perspectiva de análise, Elias (1980, p. 439-440), chama a atenção para a crença segundo a qual algumas das consequências da masturbação causariam “cegueira, desidratação de medula, a perda das energias vitais e loucura”. Se os meninos fossem surpreendidos praticando a masturbação, poderia caracterizar-se como crime, resultando em pressão e castigo. “Se os pegassem, amarravam suas mãos levantando ‘barricata’⁹ frente as suas genitálias”. Servia como domínio paternal burguês sobre os filhos.

Pode-se entender o procedimento de amarrar as mãos e levantar barricata como mecanismo de provocar vergonha, no sentido punitivo, no entanto, vergonha é algo atemporal e cultural, em que duas pessoas podem manifestar-se diferentemente diante de tal atitude, uma vez que a vergonha é aprendida. Goudsblom (2009, p. 50-51) refere-se à vergonha como pano de fundo de muitas outras discussões, “isso porque indica claramente os princípios básicos de uma aproximação sociológica processual das emoções humanas”.

Mencionando ainda sobre a vergonha e sua função, da forma sentida por pessoas participantes ativamente de rotinas e não como impedimento de socialização, Goudsblom (2009, p. 52) levanta algumas questões: “As manifestações de vergonha, as ocasiões que a causam e as funções as quais ela se presta foram sempre as mesmas? Ou teria havido alguma mudança?”

Goudsblom (2009) esclarece que a vergonha pode manifestar-se voluntariamente ou involuntariamente, por enrubescer os gestos corporais aprendidos culturalmente (encolher-se ou esconder o rosto). As ocasiões são inúmeras, embora se resumam a situações de interação social. No que diz respeito a função, é a hierarquização do respeito, tornando-se uma dor

⁹ O cerco à masturbação foi crescendo a tal ponto que, foram criados cintos de castidade para evitar que rapazes se masturbassem. Barricata refere-se a cinto de castidade.

social, sinalizando algo de errado com a configuração social. Diferentemente da dor física, o corpo avisa não estar bem.

No decorrer do século XX, Elias (1980, p. 440) aponta o surgimento de campanhas contra o rigor das regras morais sobre a sexualidade: “Depois de cada guerra os jovens começaram de forma paulatina a experimentar outras formas de relação entre os sexos”, longe da angústia, atos coercitivos e vergonha.

Referindo-se ao sentimento da vergonha, o autor afirma:

O sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização. Isto se manifesta com especial clareza na dificuldade experimentada por adultos, nos estágios mais recentes de civilização, em falar com crianças sobre essas relações. Hoje, porém, esta dificuldade parece quase natural. Afigura-se que, por razões quase biológicas, a criança nada sabe sobre as relações entre os sexos e que é tarefa extremamente delicada e difícil esclarecer a meninas e meninos em crescimento que esta acontecendo com eles e o que acontece em volta. (ELIAS, 2011, p. 164).

Antes, a reprodução dos hábitos dos adultos não ocorria atrás de portas fechadas, as pessoas falavam mais abertamente sobre aspectos instintivos, cedendo mais livremente aos seus impulsos, posteriormente, a família, pais e filhos, vivendo inter-relação dos hábitos e associando conduta e palavras com a vergonha, em que a vida instintiva da criança é modelada, faz com que suas atitudes sejam regidas pela razão.

Nessa perspectiva, Elias (2011, p. 180) esclarece que:

[...] o padrão social de vergonha e repugnância é gradualmente reproduzido no filho. [...] A maneira como a personalidade em crescimento é modelada em casos particulares por essa incessante interação social entre os sentimentos, hábitos e reações de pais e filhos é, no momento, em grande parte imprevisível e incalculável.

Com o desenvolvimento de limitações civilizadoras à sexualidade, o ser humano cresce carregado de vergonha e embaraço, de modo a começar ocultando-se um dos outros com grande número de controles e proibições da vida privada, adquirindo comportamentos distintos, um na esfera íntima e um na pública, com isso transformando a estrutura da personalidade.

Elias (2011, p. 181) aponta que “[...] no caso das proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole”, sendo trabalhado como forma de pressão, restringindo os impulsos e transformando-se em hábitos, resistindo a ele, mesmo quando estamos na esfera privada.

Pode-se dizer que o processo civilizador está imbricado no controle das emoções, o qual é a interiorização das normas, surgindo estâncias coercitivas, ou seja, surgindo diferentes maneiras de constrangimentos ou repressão, dando “consciência” por meio da normatização. No entanto, a consciência não é apenas produto da razão, mas sim elemento coercitivo, seja pela punição recebida, pela vergonha ou humilhação.

A sexualidade, como todas outras funções humanas, é inerente à vida humana, todavia, as proibições apoiadas em sanções geram no indivíduo o autocontrole tão intenso e internalizado, tornam-se aceitos naturalmente, que chegam a criar uma cultura da disciplina e ordenamento dos desejos.

Mott (1997, p. 121) explica que nossa herança de modelo sexual é proveniente do judaico-cristão com acréscimos históricos de colonizadores portugueses e etnias africanas, a qual “nossa cultura sexual caracterizou-se pela diabolização da nudez e do sexo, associando não só os líquidos sexuais, como a própria prática erótica à ideia de poluição”.

Nas palavras do autor:

Sexualidade não é determinada pelo instinto, mas uma construção cultural e dialética: não existe uma natureza humana universal e fixa, pelo contrário, a enorme diversidade dos costumes e práticas sexuais e a complexa variação dos valores morais-sexuais comprovam a assertiva de que nascemos tão simplesmente machos e fêmeas. (MOTT, 1997, p. 120).

Elias (2011, p. 181) explica que “sentimentos socialmente gerados de vergonha e repugnância, entram em luta no interior do indivíduo. [...]. O código social de conduta grave-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna elemento constituinte do indivíduo”, não obstante, a estrutura da personalidade muda com a influência do código social de comportamento e a estrutura da sociedade, sendo resultado do processo civilizador.

E, sendo resultado do processo civilizador, observamos mudanças, por exemplo, em um jovem guerreiro medieval, educado para as lutas e o jovem contemporâneo, voltado para o aprendizado acadêmico, implicando na intervenção de educadores. Elias (2011) sintetiza o processo de monopólio da violência ao refinamento do comportamento, voltando-se às estratégias do controle da violência cotidiana cedendo lugar ao debate, à capacidade de argumento, ao convencimento e por que não à sedução.

1.5 Escola e novas configurações

Violência e civilização são processos complementares que ocorrem plenamente em sociedades estatais,

A civilização dependerá do estágio de controle da violência, do monopólio dos impostos que permitem constituir uma força suficientemente efetiva para impor a pacificação interna. Ou seja, o crescimento da economia e o estabelecimento de configurações estatais de governo jogam um papel fundamental neste processo. (GEBARA, 2012, p. 18).

Gebara (2012, p. 19) afirma que a educação e a escola são lugares centrais para o desenvolvimento do conhecimento humano, “[...] como um primeiro momento em unidades de subsistência mais simples como a família, ou o grupo, em um segundo momento em configurações mais complexas, como o sistema escolar”.

Sendo assim, formas de aprendizado do comportamento e conhecimento acumulado, são constituídas em decorrência de diferentes configurações: família, escola, sociedade (grupos sociais), dentre outras.

Diferentes processos civilizadores colocam-se em pauta, um deles a alteração da balança do poder familiar em relação à posição da criança e do adolescente com a configuração do sistema escolar, imbricando-se violência sexual, escola e civilização. Embora a balança do poder esteja mais equilibrada, Gebara (2014, p. 1, grifo do autor) nos faz refletir que: “Tão importante quanto os atos de violência é a percepção da violência, parece óbvio que infanticídio é uma violência, contudo, já foi considerado algo ‘normal’”.

Compreender que as relações familiares são as bases do relacionamento em sociedades resulta em um mal entendido, pois, segundo Elias (1980, p. 444) “[...] a estrutura da família, a forma socialmente dada da relação marido, mulher e filhos se modifica na relação e em correspondência com as modificações que experimenta a sociedade de qual forma seja”, deixando de lado a ideia de uma família nuclear imutável.

As famílias de nossos dias dividiram com o Estado, a responsabilidade de diversas funções: a atenção aos doentes, a educação dos filhos, antes realizada em casa, e, uma relativa independência dos jovens frente a seus pais.

Sendo a escola outra configuração, a família já não é o centro do processo educacional. Nessa vertente, crianças passam a ter contato com outras culturas, comparar seus valores com os de outras crianças, construir olhares plurais, onde professores(as) são mediadores desse processo, ampliando para além das configurações familiares e de grupos sociais debates múltiplos, abordando diversos assuntos, em específico a violência sexual.

Sobre as particularidades da violência, Gebara (2014, p. 2) chama atenção para a ótica das crianças e jovens:

As múltiplas percepções das inúmeras violências com as quais lidamos, na ótica do adulto, podem diferir em seu significado se observados sobre a ótica das crianças e dos jovens, especialmente porque podem significar espaços em que a balança do poder se altera na direção da infância e da juventude.

Arrisca-se a dizer que o espaço escolar, fomentando debates democráticos, abre possibilidades para que crianças percebam a violência diferentemente das gerações anteriores, contrapondo valores sociais “nacionais” expressos nas normatizações jurídicas.

Gebara (2014, p. 3) descreve a configuração escolar ampliando a compreensão:

A escola - ao significar a primeira configuração exterior à família na qual a criança constrói novas redes de interdependência e estabelece oportunidades de ‘comparar’ seus valores com os de outras crianças - é um espaço de democratização e tensão dos valores familiares e grupais, incorporados no período de exclusiva educação familiar e grupal.

Na obra *O Processo Civilizador*, Elias (2011, p. 192) sintetiza a questão da percepção da violência, demonstrando que no século XVI, em Paris, havia satisfação visual, por parte da sociedade, em assistir a crueldade contra os animais. A queima dos gatos, como costume social, nas festividades de São João (24 de junho) era uma cerimônia famosa. A população se reunia com a presença de adultos e crianças entoada de músicas e, uma espécie de forca com fogo em baixo, onde se erguia um saco ou cesta contendo os gatos. Esse saco começava a queimar e os gatos caíam na pira e queimavam até a morte. Esse ato era motivo de enorme algazarra. Certamente não é pior do que torturas humanas e execuções públicas de todos os tipos, no entanto, demonstra a aceitação da violência.

Comparado com os tempos atuais, muito do que era considerado como aceitável, hoje, vemos com olhar repugnante, percebe-se a mudança em longo prazo na personalidade do indivíduo ou mesmo da sociedade. O que está no patamar da repugnância, dos padrões das emoções, provavelmente foi modificado devido ao processo civilizador, envolvendo mecanismos de controle das emoções, e significativa mudança de percepção.

Tal percepção é formada no decorrer do processo histórico e cultural das relações sociais de maneira enraizada. Oliveira, I. (2009, p.127) ressalta que “[...] em diferentes grupos sociais destacam-se valores, concepções de mundo e de si em relação ao mundo e aos outros homens que determinam formas particulares de sentir”. É nessa perspectiva que a violência abarca as múltiplas dimensões, sendo um problema de cunho social.

Talvez possamos pronunciar simples comparação, porém, não generalizadora, entre uma criança com deficiência e uma criança vítima de violência sexual. A questão de um(a) filho(a) necessitar de recursos educacionais especiais inicia ou coloca em evidência a luta dos pais ou dos seus responsáveis para que esta criança tenha seus direitos garantidos. No caso da violência sexual, os fatos ocorridos, na grande maioria, diferem do que o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 11) aponta quando descreve que “a violência sexual perde características de segredo familiar”, dependendo do motivo e da cultura, a preferência da família é esconder o fato, criando o “pacto do silêncio”.

Para Guerra (1998, p. 31-32), a violência doméstica “é um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal”, e atua junto à negação do valor da liberdade quando “exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio”. Como a família pertence à esfera privada “a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica do sigilo”.

A violência doméstica é reconhecida por quatro tipos: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência. Trabalhando com a violência sexual, a autora evidencia que:

[...] se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (GUERRA, 1998, p. 32).

Nessa direção, a violência pode se caracterizar como violação dos direitos essenciais ou negação de valores da criança e do adolescente como a vida, a liberdade, a segurança, a sexualidade.

De alguma forma, pode-se entender que o sistema escolar enfrentará dificuldade para lidar com a situação da violência sexual, exatamente pela prática da violência e na tentativa de controlá-las é que se implantou em 2001 o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*, o qual aborda a monopolização dos instrumentos de controle da violência pelo Estado (BRASIL, 2001).

A escola, mesmo se deparando com diferentes configurações e cultura, como forma de orientação, possibilita debates em relação às questões sociais, especificamente sobre a violência. Elias (2009), em suas hipóteses, explicita que, aquilo que o indivíduo aprende durante sua vida, agregando saberes de outras gerações implica no autocontrole. Gebara

(2014, p. 6) complementa afirmando: “Nos humanos há um permanente e crescente processo de integração entre emoções aprendidas e/ou controladas em relação aos processos de aprendizagem”.

Integrando o processo de aprendizagem aos debates, grupos sociais externam de formas diferente as múltiplas dimensões e percepções do que é violência. Violência interlaça-se na relação do poder e do prazer. Poder misturado ao prazer. A esse respeito Foucault (1988, p. 56) é conclusivo: “Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam”, dispositivos distantes das leis jurídicas e sociais.

Nesta discussão, uma personagem pode ser mediadora: a escola. Diretores, coordenadores pedagógicos e professores, poderiam ter oportunidade de preparar-se para debates sobre violências, identificando-as fora da cena visível no cotidiano, levando-se em consideração que determinado comportamento, no interior de muitas famílias, é naturalizado, o qual muitas vezes também é compreendido como tal pelas crianças, envolvendo desta forma a dimensão sociológica e a multidisciplinar.

Possivelmente, cabe dizer que a escola é locus propício para identificar múltiplas violências, porém, não como salvacionista de problemas, mas onde novas configurações surgem para serem vividas pelas crianças, pelos adolescentes e pelos adultos.

Ocorrendo nova configuração no universo infantojuvenil, com o binômio família-escola, é provável que se modifique suas autopercepções em relação a violência. Gebara (2014) chama atenção para a mudança de percepção da violência no universo infantil, no momento que a escola disponibiliza abertura aos debates e tempo prolongado de permanência no ambiente escolar: “A criança, com a escola obrigatória, crescentemente em tempo integral, redefine as relações de poder entre pais e filhos e entre família e escola, um mundo novo em que ela pode viver sua própria vida. Os padrões de educação e seu conteúdo alteram-se dramaticamente” (GEBARA, 2014, p. 7).

Não debate-se aqui a proposta de educação em tempo integral, se de fato é eficaz, no entanto, mesmo a violência sendo uma construção da sociedade e não somente da escola, possivelmente, crianças e adolescentes recebendo educação em tempo integral, sem que atribua mais uma função ou responsabilidade aos docentes, ou que se insira duplo desafio – educação/proteção, amplia-se o recebimento de orientação educacional diferenciada, expandindo seus conhecimentos, construindo diferentes saberes que vão além do currículo escolar prescrito. Nesse sentido a Educação Integral:

Constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. (BRASIL, 2009c, p.18).

Abarcando as explicações do Ministério da Educação (MEC) referente à Educação Integral, para propiciar as condições a que se propõe, inclusive diminuindo o risco social e individual ao qual crianças e adolescentes são expostos, é necessário conjugar com a proteção social (educação, saúde, esporte, desenvolvimento social), o que pressupõe políticas integradas (intersetoriais).

Gebara (2014, p. 8) ressalta a importância da participação da escola junto aos(as) alunos(as) discutindo o que é violência: “É notória a participação da escola como centro capaz de identificar e caracterizar, para seus alunos, o que é violência”. Nessa perspectiva, compreendendo não ser exclusividade da escola, o ambiente escolar torna-se favorável à identificação da violência e seu primeiro atendimento.

Atualmente, percebe-se maior disposição e envolvimento de governos, setor privado, sociedade civil e escola em trabalhar o problema, embora, alguns comportamentos sejam diluídos em atitudes aparentemente não relacionadas ao conceito de violência sexual, exatamente por isso, possivelmente em algumas famílias o ato sexual envolvendo criança e adolescente não seja visto como violência.

Trazendo a temática da violência sexual para o campo jurídico, com a criação do ECA/1990 (BRASIL, 2012) houve uma expressão política nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança/1989 (BRASIL, 1990).

As conquistas sociais são adquiridas por meio dos movimentos sociais, desta maneira, gradativamente, o espaço da criança e do adolescente vem sendo conquistado e respeitado no seu tempo histórico.

O ECA preconiza o dever do adulto em manter a salvo crianças e adolescentes de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, sendo a denúncia estratégia de enfrentamento da violência sexual, o que significou um marco histórico na luta dos direitos da criança e do adolescente.

Outra menção ao ECA, foi a criação do CMDCA (BRASIL, 1990) e Conselho Tutelar (BRASIL, 1990). Tratando-se de Dourados, os dois Conselhos foram criados por meio da Lei Complementar nº 04, de 12 de dezembro de 1990 (DOURADOS, 1990), a qual “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e regulamenta o art. 6º do Ato das Disposições transitórias da Lei Orgânica do Município”. A propósito, em seu Artigo 1º, a Educação integra as Políticas Sociais Básicas, apresentando-se da seguinte maneira:

Art. 1º O atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Dourados será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outros assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária (DOURADOS, 1990).

Sendo uma das primeiras instâncias a ser acessada nos casos de violência sexual, o Conselho Tutelar é responsável por acionar todos os outros órgãos competentes na garantia do cumprimento, com prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, dando visibilidade ao tema.

Conferências Municipais, Estaduais e Nacional ¹⁰são encontros que acontecem a cada dois anos nos Estados e Municípios do Brasil inteiro e terminam em uma Conferência Nacional em Brasília, as quais buscam a elaboração de propostas de diretrizes da *Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 2014b), norteando a elaboração do *Plano Decenal da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente*, atualmente, no ano 2012 (BRASIL, 2014a), incluindo um conjunto de ações que o Governo irá executar nos próximos 10 anos no atendimento também direcionadas à violência sexual infantojuvenil. No caso do município, quem convoca a Conferência é o CMDCA (BRASIL, 1990) e respectivamente por instância governamental, sendo assim, o segmento da educação integra a Conferência elegendo um(a) delegado(a).

Conforme explicitado acima, as ações humanas são guiadas por normas (dando forma, direção e propósito) e aprendizagens culturais (atendendo certos fins, propósitos e intenções). Quando internalizadas, passamos a agir de maneira automática, não institivamente, para Elias (2011) seria como *habitus* (segunda natureza). A conduta social é cultural.

¹⁰Conferência é uma reunião de pessoas da sociedade civil, governos e adolescentes para discutir e fazer propostas para a estruturação de uma política de direitos para as crianças e adolescentes (UNICEF, s.d.). A 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ocorreu em 2012.

Pensa-se então, que nosso comportamento é influenciado pelo meio em que vivemos, percebendo como determinado ato, por mais simples que pareça, é cultural. E, sendo ato cultural, emitimos juízo de valores segundo nosso sistema classificatório cultural.

Tal intento de mudança no comportamento não é algo repentino, tanto para nossas práticas cotidianas, como para nossas concepções, especialmente referentes à violência sexual de crianças e adolescentes, sendo construídas de acordo com o momento histórico que vivemos.

As pessoas atribuem significados diferentes à violência, porque são questões socialmente construídas, algo cultural e de certa maneira “naturalizadas”, assumindo características múltiplas. Porém, estudos e projetos sobre a temática tratada estão articulados, neste aspecto, o capítulo a seguir discorrerá sobre o histórico de alguns dos projetos *Escola que Protege* existentes em todo o país, abordando seus objetivos, metodologia e público-alvo, oportunidade para conhecermos como se (re)organiza cada um deles.

CAPÍTULO II

PROJETOS: “ESCOLA QUE PROTEGE”

Este capítulo tem como propósito descrever as origens, a trajetória histórica dos projetos *Escola que Protege*, desenvolvidos em algumas partes do país, identificar seus objetivos, metodologia e evidenciar suas características, podendo contribuir para melhor compreensão da estratégia de cada um e da temática de investigação. Especificamente sobre o projeto realizado no município de Dourados, MS, pretendeu-se descrever e analisar além dos aspectos relacionados, sua adequação a quem se destina e o resultado da avaliação final das capacitações (Anexo D).

No decorrer do capítulo, foram analisados dois documentos principais: O *Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (BRASIL, 2004b) e a *Cartilha do COMCEX: Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (DOURADOS, 2013j), além de destacar a criação do projeto *Escola que Protege* em Dourados, MS (DOURADOS, 2013k), sendo um projeto municipal, não pertencente ou vinculado ao programa do governo federal.

Para atender o objetivo proposto, o Capítulo foi dividido em quatro subtítulos: 2.1. “O Projeto *Escola que Protege* em âmbito nacional”, narrando a origem do programa e sua disseminação em âmbito nacional; 2.2. “O Projeto *Escola que Protege mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, Dourados-MS*, retratando a trajetória do projeto executado no município de Dourados-MS; 2.3. “Documentos norteadores: *Guia Escolar* do MEC e *Cartilha do COMEX*”, explicando sobre métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e 2.4. *Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2007-2009 e 2010-2012*, detalhando as características dos seis eixos planejados/executados.

2.1 O Projeto “Escola que Protege” em âmbito nacional

Diversas instituições engajadas em ações preventivas e de combate ao abuso sexual infantojuvenil atuam em conjunto ou isoladamente. No entanto, desde 2001, o governo federal lançou um *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil* (BRASIL, 2001), o qual até hoje não se efetivou plenamente.

No *Plano Nacional* (BRASIL, 2001, p. 13) está presente a ideia de ruptura com antigos padrões societários (menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão), quando afirma representar um importante avanço civilizatório, destacando “[...] a luta pela inclusão da violência sexual contra crianças e adolescentes na agenda pública brasileira”.

O “Quadro Operativo” do *Plano Nacional* (BRASIL, 2001) estrutura-se em torno de seis eixos para operacionalização das ações obrigatoriamente articuladas a saber: análise da situação; mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção e protagonismo infantojuvenil, e a última, o ato de monitoramento e avaliação.

Como objetivo geral o *Plano Nacional* (BRASIL, 2001, p. 14) “[...] pretende estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira, para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”. Em seus objetivos específicos busca:

Realizar investigação científica, visando compreender, analisar, subsidiar e monitorar o planejamento e a execução das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Garantir o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual consumada. Promover ações de prevenção, articulação e mobilização, visando o fim da violência sexual. Fortalecer o sistema de defesa e de responsabilização. Fortalecer o protagonismo Infanto-Juvenil. (BRASIL, 2001, p. 14).

Face a diversidade das várias realidades do nosso país, certamente podemos pensar no avanço do reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. De certa maneira, o *Plano Nacional* tornou-se norteador de políticas, programas e serviços para o enfrentamento da violência.

Em âmbito nacional, em 2004, o MEC elaborou o programa *Escola que Protege* (EqP)¹¹, promovendo ações educativas e preventivas para reverter a violência contra crianças e adolescentes. No entanto, no ano 2006, na modalidade à distância, estabeleceu-se como

¹¹A sigla EqP, com caracteres maiúsculos e minúsculos, foi adotada dessa maneira pelo MEC.

prioridade básica a formação de professores e demais profissionais, envolvidos com a educação para atuarem como aliados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Por meio do qual repassa recursos às Instituições de Ensino Superior (IES) (BRASIL, 2004a). Diversas universidades do Brasil receberam recursos para desenvolver projetos em forma de capacitação, não sendo este o caso do COMCEX.

Em 2009, vinte e uma unidades federativas com suas respectivas universidades foram listadas no sítio eletrônico do MEC como participantes do projeto *Escola que Protege*.

Tendo por base a Resolução nº 17, de 8 de abril de 2009 (BRASIL, 2009b), na relação de projetos aprovados EqP, apenas dezesseis IES tiveram recursos descentralizados, ou seja, elas tiveram autonomia dos recursos financeiros para a execução das ações do Programa EqP (BRASIL, 2009a).

Exemplificando, no ano de 2011, uma das universidades federais do Brasil, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), recebeu recurso público com o projeto intitulado *Escola que Protege II - Educadoras e Educadores fazendo cultura de paz na escola: combate as violências*, sendo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PREX/UFPI). Como público-alvo o projeto estabelece:

Professores, pedagogos, psicopedagogos, orientadores educacionais, supervisores educacionais, gestores, diretores, agentes de portaria, assistentes sociais, conselheiros tutelares e demais profissionais do sistema de garantia de direitos. O Projeto ocorrerá nos turnos da manhã e tarde em junho (previstos para os dias 11 e 12, 25 e 26 - sábado e domingo) e em agosto (previstos para os dias 6 e 7, 20 e 21 - sábado e domingo) de 2011. (UAPI, 2011, s.p.).

O referido projeto previa capacitações gratuitas, que deveriam ocorrer nas cidades de Teresina, Picos, Esperantina, União e Palmeirais, com objetivo de formar multiplicadores de cultura de paz e de combate à violência nas escolas, na família e na comunidade.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desenvolveu por meio do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV), um projeto pioneiro nas escolas municipais de São Carlos (SP), orientando trezentos profissionais da rede municipal de ensino da cidade, tornando-se referência para o programa EqP. No ano de 2010, o Ministério, considerando os dados sobre fatores de riscos dessas localidades, utilizou como referência o projeto pioneiro, selecionando vinte escolas paulistas, capacitando mil professores e profissionais da rede de proteção das escolas estaduais e municipais.

O próprio *site* do programa *Escola que Protege* explica como surgiu a ideia desse projeto tornar-se um Programa, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação (SECAD/MEC), e coimplementado pela *Partners of the Americas*, executado pela Secretaria de Educação a Distância da UFSCar:

O programa surgiu da tese de Rachel de Faria Brino, pesquisadora do Laprev, a partir da sua tese de doutorado, que também resultou na publicação do livro “A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil”, com coautoria de Lucia Williams.

A pesquisadora constatou nas pesquisas que as crianças estão sofrendo violências cada vez mais cedo. (PROJETO..., 2010, não paginado, grifo do autor).

Brino (2006), em sua tese de doutorado intitulada *Professores como Agentes De Prevenção Do Abuso Sexual Infantil: Avaliação de um Programa de Capacitação* tratou da prevenção primária e secundária, salientando que a prevenção primária é de caráter informativo e explicativo, subsidiando o público-alvo da pesquisa na compreensão das causas e conceitos do abuso sexual. A prevenção secundária, se refere à questão do reconhecimento dos sinais do abuso sexual, e dos indicadores comportamentais da ocorrência de abuso sexual, por exemplo.

Em suma, o MEC diante de tantos elementos apontados na pesquisa de Brino (2006), buscou estratégias para atuar sobre os resultados obtidos, deixando a critério de cada instituição pública decidir em quais prevenções pretendia atuar: primária, secundária ou terciária, no caso, a prevenção terciária trata do atendimento e encaminhamento da criança/adolescente aos serviços educacional, médico, psicológico e jurídico-social.

Conforme aponta o *site* do MEC (BRASIL, 2004a) “A principal estratégia da ação é o financiamento de projetos de formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica, além da produção de materiais didáticos e paradidáticos nos temas do projeto”.

O objetivo do programa *Escola que Protege* é:

Prevenir e romper o ciclo da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Pretende-se, portanto, que os profissionais sejam capacitados para uma atuação qualificada em situações de violência identificadas ou vivenciadas no ambiente escolar. (BRASIL, 2004a, não paginado).

Os projetos de formação continuada apresentados por instituições públicas de ensino superior têm prioridade no repasse de recurso. Quanto à certificação do curso, “está condicionada à apresentação, pelos concluintes, de projeto de intervenção para o espaço escolar onde atuam” (BRASIL, 2004a, não paginado).

A redação explicativa do *site* do MEC (PROJETO..., 2010) explicita quais são os quesitos de atendimento aos municípios interessados na elaboração de projeto, a saber:

São atendidos os municípios que incluem o tema da promoção e a defesa, no contexto escolar, dos direitos de crianças e adolescentes e enfrentamento e prevenção das violências no seu Programa de Ações Articuladas (PAR); apresentem baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ou fazem parte da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Também são contemplados aqueles que participam dos seguintes programas: Mais Educação; Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças no Território Brasileiro (PAIR); e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

A criação de uma Comissão Gestora Local é estimulada pelo programa EqP, composta por representantes de várias áreas, por exemplo:

[...] secretaria estadual e municipal de educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), instituição de ensino superior que desenvolve projeto, Ministério Público, Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e secretarias de saúde e de assistência social. (BRASIL, 2004a, s.p.).

O MEC traça as ações incentivadas pelo projeto, tais como:

Discussão e o debate junto aos sistemas de ensino para que definam um fluxo de notificação e encaminhamento das situações de violência identificadas ou vivenciadas na escola, junto à Rede de Proteção Social e defende a integração e articulação dos sistemas de ensino, dos profissionais da educação e, em especial, dos Conselhos Escolares à Rede de Proteção Integral dos Direitos de Criança e Adolescente. (PROJETO..., 2010, não paginado).

De 2006 a 2008, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), elaborou um projeto pleiteando junto ao MEC, recursos públicos para implementar o projeto *Escola que Protege*¹² no município de Dourados originário do programa EqP. Cinco municípios de Mato Grosso do Sul foram beneficiados pelo projeto, sendo: Dourados, Ivinhema, Amambai, Jardim e Mundo Novo (VERBISCK, 2008).

O *site* da Universidade estabelece os seguintes esclarecimentos quanto à metodologia do projeto desenvolvido por ela (UEMS, 2006, p. 1):

O curso possui 100 horas/aula, sendo 60 à distância e 40 presencial. A primeira modalidade foi realizada de junho a agosto por meio de material

¹² Desde junho de 2006, em Dourados, utilizando a mesma nomenclatura do programa do MEC, iniciou-se o projeto *Escola que Protege*, o qual integra o Programa de Direitos Humanos da UEMS, capacitando oitenta professores da rede pública, com previsão de palestras tendo representantes do governo do Estado, Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público entre outros.

impresso, videoaula, teleconferência (programa de TV transmitido ao vivo, via satélite, por antena parabólica), ambiente virtual e telefone. A segunda modalidade será ministrada pela UEMS [...] por meio de palestras, oficinas, fóruns e desenvolvimento de subprojetos práticos. Serão realizadas atividades de enfrentamento a situações de violência para que os educadores desenvolvam práticas de sensibilização e disseminação da temática junto à comunidade escolar.

Os temas abordados eram relativos à psicologia, violência doméstica, traumas, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, políticas de proteção, assistência social e exploração do trabalho infantil, com a carga horária organizada em quatro fases. De acordo com o *site* de “Notícias MS” (VERBISCK, 2008, p. 1):

O projeto tem por finalidade fazer um levantamento detalhado dos casos de violência contra as crianças e adolescentes, bem como da estrutura e condições de funcionamento dos órgãos que compõem a rede de Proteção à Criança e Adolescente, e ainda do tipo de relacionamento existente nessa área, entre os conselhos, as entidades de atendimento dos órgãos públicos e outras organizações da sociedade. A UEMS está definindo o cronograma para ampliar a programação para outros municípios.

No município de Campo Grande, MS, nos anos de 2007e 2008, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por intermédio da Escola de Conselhos, desenvolveu projeto de extensão denominado *Escola que Protege: a escola como espaço de identificação, prevenção e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes* tendo como sujeitos estudantes de escolas públicas municipais, com propósito de:

Dar continuidade as ações desenvolvidas em outro projeto intitulado *Escola que Protege: A Escola como espaço de identificação, prevenção e enfrentamento de violência sexual contra crianças e adolescentes Campo Grande/MS*, realizado no segundo semestre de 2006, mediante convênio celebrado entre o Ministério da Educação (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC) e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. O projeto nacional compreendia capacitação a distância, coordenada pela Universidade Federal de Santa Catarina e, nos estados, pelas universidades locais. (UFMS, 2007, não paginado).

Conforme sustenta o artigo de autoria de Meza e Xavier Filha (2008, p. 1), com o título *Violências contra Crianças e Adolescentes: representações de gênero em desenhos de alunas e alunos de escolas públicas*, o objetivo da pesquisa foi:

Identificar as representações de violências contra crianças e adolescentes presentes nos discursos de alunos/as das escolas municipais que fazem parte do projeto de extensão já citado, bem como analisar as representações de violências contra crianças e adolescentes e suas constituições a partir do referencial de gênero.

A pesquisa qualitativa foi utilizada como pressuposto metodológico, sem desprezar dados quantitativos para análise, os quais auxiliaram no conhecimento da realidade e representações sobre as violências contra crianças e adolescentes na escola e fora dela. Como técnica de pesquisa, foram aplicados questionários abertos contendo a seguinte estrutura:

Dados de identificação; descrição sobre violência vivenciada na escola e fora dela. O preenchimento do questionário consistia em cada criança ou adolescente desenhar uma situação de violência presenciada e/ou vivida na escola e fora dela e, logo abaixo, descrevê-la em linguagem escrita. (MEZA; XAVIER FILHA, 2008, p. 1).

O pesquisador ao escolher o questionário aberto possibilita o conhecimento da realidade ao analisar por meio de categorias os discursos e representações sobre a temática trabalhada.

Após a pesquisa abordar os históricos dos projetos *Escola que Protege* em nível nacional, estadual e regional, a seguir será narrado como surgiu o projeto *Escola que Protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes em Dourados-MS*.

2.2 Projeto “Escola que Protege”: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, Dourados-MS

O projeto com título idêntico ao Programa do MEC, segundo o Coordenador do COMCEX (ENTREVISTA, 2013b) foi “iniciativa da Assistente Social da Câmara Municipal de Dourados e membro no Comitê”. Explica ainda que “ela apresentou o projeto e foi votado por unanimidade”. A Idealizadora do Projeto detalhou um pouco mais sobre o surgimento do título:

O projeto não tem ligação com o MEC, o nome surgiu porque a nossa meta é mobilizar os profissionais das escolas, desenvolver uma atividade de caráter preventivo que dê maior visibilidade ao problema, na tentativa de assegurar à criança ao adolescente seus direitos, rompendo assim, com o ciclo da violência sexual. (ENTREVISTA, 2013c).

Diante do exposto, o Coordenador do COMCEX aponta para o fato de que o projeto não está relacionado à esfera federal ou estadual, indicando apenas iniciativa local, ou seja, do próprio COMCEX (ENTREVISTA, 2013b), neste caso, sem receber repasse de recursos públicos.

No entanto, a grande maioria dos projetos, voltados à prevenção e ao combate da violência sexual infantil, não é totalmente desprovida de auxílio financeiro, modelo ou ideia de guias de orientações como instrumento de proteção à criança e ao adolescente, ou de plano nacional. Mesmo com estratégias diferentes os objetivos são basicamente os mesmos: capacitar, prevenir, mobilizar, sendo esses os objetivos mais citados.

Segundo a explicação do Coordenador (ENTREVISTA, 2013b, p. 1), os membros do COMCEX queriam ações mais efetivas; de mobilidade e articulação social diretamente com a comunidade escolar, conclui planejando que:

A partir da III capacitação passaremos a coletar os anseios da comunidade escolar para a elaboração de um relatório do COMCEX a fim de ser encaminhado para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Promotoria da Infância e Juventude, Vara da Infância e Juventude e demais instrumentos ou entidades ligadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Sobre o surgimento do COMCEX e conseqüentemente o projeto *Escola que Protege* em Dourados-MS, no ano 2001, o Governo Federal, após criar o *Plano Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, elaborado por cerca de cento e quarenta instituições da sociedade civil e do Governo Federal (OLIVEIRA, A. 2004), criou o *Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, tornando-se conhecido como *Programa Sentinela*, o qual funcionava no município de Dourados-MS com a ajuda de profissionais contratados.

Esse Programa era composto por um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, buscando garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente. O atendimento era destinado especificamente às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, intra e extrafamiliar.

Para implantação do *Programa Sentinela*, foi necessária a criação do COMCEX, com a obrigatoriedade de um trabalho em conjunto. Diante de tal exigência, como já citado, em Dourados-MS, foi criado o COMCEX por meio do Decreto Municipal nº 563/2001 (DOURADOS, 2001).

O *Programa Sentinela* foi coordenado pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Sua ampliação ocorreu com a criação do CREAS.

No ano de 2007 foi realizado concurso público e implantado em Dourados-MS, o CREAS, assim como em outros municípios do Brasil, com atendimentos especializados e continuados de assistência social às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social ou violação de direitos, em decorrência, de abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua ou trabalho infantil.

De acordo com a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, publicada em Resolução nº 109, 25 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009d), o CREAS veio substituir o *Programa Sentinela*, ampliando o exercício de suas atividades.

Em Dourados, MS, a equipe do CREAS e do COMCEX, propuseram diversas estratégias para enfrentar a questão da violência sexual. Uma delas encontra-se voltada especificamente à escola, com a adoção do projeto denominado *Escola que Protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes* (DOURADOS, 2013k).

Atualmente, dentre as diversas formas de atuação do CREAS, realiza-se o conhecimento do contexto social das crianças e dos adolescentes, por meio de equipe multiprofissional, sendo: auxiliares administrativos e estagiários; o(a) coordenador(a) do CREAS; pedagogo(a); psicólogo(a); assistente social; e, advogado(a). É organizada uma equipe que realiza visitas domiciliares, acompanhamento e orientação psicossocial e a manutenção de prontuários, com histórico do atendimento prestado, atualizado e preservado de forma a garantir a privacidade, o sigilo e a inviolabilidade dos registros. Os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras organizações de defesa de direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede de atendimento¹³ efetiva de proteção social.

Um dos trabalhos exigindo maior atenção por parte dos profissionais do CREAS é o registro de atendimento elaborado pela psicóloga, anotando como se deu o fato, quais os impactos causados e realizar diagnóstico dos casos, os registros são produzidos também para auxiliar nas decisões judiciais ou inquéritos policiais (às vezes ocorrendo falsas denúncias). Nesse caso, o atendimento é destinado às vítimas, por meio de encaminhamento do Juizado da

¹³Entende-se por rede a ação conjunta de todos os segmentos sociais e todas as esferas do Poder Público (Executivo, Judiciário e Legislativo), órgãos já mencionados, além da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Hospitais etc.

Vara da Infância e da Juventude, Promotoria da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e 1º e 2º DP.

Embora, o papel da psicóloga não seja para se posicionar sobre as “verdades” dos sujeitos, relatar comportamentos ditos “normais” ou “anormais”, sua atuação no CREAS é justamente para auxiliar a vítima a lidar melhor com seu desconforto, além dos serviços mencionados acima.

Conforme levantamento realizado nos registros de atendimento do CREAS, no ano de 2013, foi possível obter informações referentes à violência: o agressor, na maioria dos casos é da família; no entanto, mulheres também são registradas como agressoras; meninos e meninas, entre sete a catorze anos, são as principais vítimas, embora, tenham sido registrados casos envolvendo crianças menores de sete anos e a exploração sexual podendo ocorrer no âmbito familiar da mesma maneira que nas redes organizadas¹⁴.

Entre as atividades desenvolvidas pelo(a) pedagogo(a), está o mapeamento das regiões para identificação dos casos de violência, abuso e exploração sexual; realizar junto à equipe do CREAS “Estudos de Caso” (sujeito, família e território), elaborar relatórios ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD)¹⁵; acompanhamento escolar visando a reinserção e melhor rendimento no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes; contato permanente com a rede de proteção das crianças e adolescentes dos casos atendidos; palestrar em diversos espaços, como as escolas e realizar campanhas de prevenção sobre violência, abuso e exploração sexual, dentre outras atividades.

Mesmo a equipe não sendo subordinada ao trabalho do(a) psicólogo(a), é ele(a) quem define o período de permanência ou desligamento do atendimento à vítima. O trabalho supracitado do(a) pedagogo(a) em alguns momentos está interligado com o do(a) psicólogo(a) e em outros não.

Após o histórico da nomenclatura *Escola que Protege* em Dourados-MS, tratamos a seguir sobre sua execução na escola da Rede Pública de ensino pelo COMCEX.

¹⁴Refere-se aqui às redes organizadas sendo formadas por pessoas que se favorecem comercial e sexualmente aliciando ou traficando crianças e adolescente da utilização de seus corpos para proveito próprio.

¹⁵Destaca-se que o denominado sistema de garantia de direitos consiste num conjunto de instituições de políticas de atendimento, como por exemplo do CREAS; dos conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (centros de defesa, fóruns de defesa de direitos etc.).

Algumas inquietações nortearam a pesquisa sobre o desenvolvimento do Projeto em Dourados-MS: 1) Do que trata o *Projeto Escola que Protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes*? 2) Como o Projeto é desenvolvido nas escolas? 3) Quem é o público-alvo das escolas? 4) Qual é a concepção dos diversos atores sociais envolvidos com a temática sobre violência e violência sexual? Esses são alguns questionamentos que surgiram no decorrer da pesquisa e sobre os quais tratamos na parte a seguir.

A negligência, a agressão infantil, o abuso sexual e o abandono podem ser percebidos ou identificados, nas escolas, consultórios médicos e até mesmo nos consultórios odontológicos. Entretanto, é imprescindível que os profissionais tenham a conscientização e um olhar sensível à mudança de comportamento ou aparência física dessa criança ou adolescente.

Em razão de sua proximidade com a população infantojuvenil, sendo elemento facilitador na identificação de diversas violências, o(a) profissional da educação como o da saúde, passam a ter o dever de comunicar ao órgão competente¹⁶ ou Conselho Tutelar tal suspeita e/ou constatação de maus tratos, conforme aponta o ECA/1990 (BRASIL, 2012), no Artigo 245, que trata das infrações administrativas.

Questionando a Idealizadora do Projeto (ENTREVISTA, 2013c, p. 1), sendo também membro do Comitê, do por que foi pensada a execução do Projeto nas escolas, a entrevistada assinalou a dificuldade em reunir profissionais de educação em uma única capacitação, chegando ao consenso do mais exequível, explicando que “então surgiu a ideia de realizarmos uma atividade em que os membros do COMCEX fossem até a unidade escolar, então redigi o projeto”.

Entende-se que a ideia do desenvolvimento do Projeto em cada unidade escolar, visou alternativas para o trabalho coletivo de identificação da violência sexual ocorrida com as crianças e adolescentes e estratégias para lidar com a problemática. Neste caso, a intervenção da comunidade escolar na realidade social.

A partir do documento produzido, as escolas iniciaram uma agenda estratégica. Para implementação do projeto *Escola que Protege* pelo COMCEX, foi necessário contato com as escolas no sentido de aceitarem receber capacitação acerca da prevenção do abuso sexual infantojuvenil. O Coordenador (ENTREVISTA, 2013b, p. 1) menciona que: “Os primeiros

¹⁶Entende-se como órgão competente Delegacia Civil, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Ministério Público.

contatos com as escolas foram via telefone, após uma deliberação aleatória em reunião ordinária do COMCEX todas as escolas contatadas aderiram ao projeto imediatamente”. E, complementa a informação: “Não foram enviados convites para as escolas, escolhemos três escolas, aleatoriamente, sendo uma de cada esfera: estadual, municipal e particular, para início do projeto, sendo que, a ideia é atingir todas as escolas ao longo do tempo” (ENTREVISTA, 2013b, p. 1).

Explica também sobre a participação das escolas:

Todas as escolas escolhidas aleatoriamente pelo Comitê aceitaram, prontamente, as capacitações. Foram contempladas as seguintes escolas: Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso; Escola Municipal Arthur Campos Bello; Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú e, a IV capacitação a definir é a última de 2013. Nenhuma das escolas procuradas pelo COMCEX rejeitou a capacitação. (ENTREVISTA, 2013b, p. 1).

Levando-se em conta a fala do coordenador, a verificação poderia ser realizada de outra maneira, como, por exemplo, levantamento no CREAS ou mesmo em Delegacias, de quais bairros de Dourados têm registrados maiores números de violência sexual infantojuvenil. Traçar o mapa da violência e, a partir dessa premissa o COMCEX escolher em quais escolas poderiam ser ofertadas a capacitação. Aparentemente o projeto *Escola que Protege* não contempla o aspecto “acolher”, no sentido de definir como a escola lidaria com as crianças e/ou adolescentes considerados “violentados sexualmente”; o que fazer após detectar a violência sexual e quais são as escolas que mais têm alunos(as) vítimas dessa violência.

O diálogo com o Coordenador contribuiu para parte do entendimento sobre o desenvolvimento do projeto. A esse respeito o sujeito pesquisado assinala o porquê do aceite das escolas em participar da capacitação:

A direção e a coordenação aceitaram sob a alegação de que a capacitação é extremamente relevante para a comunidade escolar, uma vez que o fenômeno da violência é cada vez mais crescente na Escola. Disseram que as informações repassadas pela capacitação auxilia os profissionais a lidarem com mais segurança nos casos que envolvem violação de direitos de crianças e adolescentes. (ENTREVISTA, 2013b, p. 1).

Pode-se detectar na fala transcrita acima que houve preocupação por parte da escola com a especificidade da temática violência sexual, pelo fenômeno ser crescente no ambiente escolar, cujo espaço possivelmente propiciasse um amplo debate.

Ao ser indagado sobre o que motivou o desenvolvimento do Projeto nas escolas e não em outra instituição, o Coordenador afirmou que:

O projeto foi elaborado, inicialmente, para professores e funcionários da Educação, pelo fato de o COMCEX entender entre seus membros sobre a importância das informações nos esclarecimentos desses profissionais, uma vez que eles atuam diretamente com possíveis vítimas da violência sexual. (ENTREVISTA, 2013b, p. 2).

Na elucidação do entrevistado, a escola obtendo capacitação sobre o tema violência sexual, auxiliará na compreensão e na identificação das violências, até então incorporadas ao cotidiano das crianças e dos adolescentes, presumidamente compreendidas como naturalizadas pelas vítimas. Gebara (2014, p. 1) ilustra que nas teorias do Processo Civilizador a violência é tratada “em uma perspectiva de longa duração”, plausível de discussão no ambiente escolar, considerando que as crianças e os adolescentes possuem vivências do contexto social ou familiar no qual estão inseridas.

De acordo com o projeto *Escola que Protege* tendo participação de diversas entidades governamentais e não governamentais para o ano de 2013, o COMCEX definiu sua atuação:

[...] o projeto Escola que Protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com o objetivo de fortalecer em nível local o corpo técnico escolar (diretores, coordenação, professores, dentre outros) sobre a importância da prevenção de ocorrências de ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes (DOURADOS, 2013k, p. 2).

Complementando diversas informações acerca do Projeto sobre planejamento da execução das capacitações nas escolas e/ou elaboração da *Cartilha* do COMCEX, o coordenador do Comitê disponibilizou as *Atas* de 2013, de nº 1 a 7 e 9 (DOURADOS, 2013a-2013h).

Analisando todas as *Atas* mencionadas, embora na fala do coordenador do COMCEX, assim como da idealizadora do projeto *Escola que Protege*, sempre esteve presente à aprovação dos conselheiros (as) membros, na execução do projeto, em nenhuma delas registrou-se a aprovação do projeto *Escola que Protege* pelos(as) conselheiros(as) membros, ou seja, todas as aprovações foram feitas sem documento oficial.

Transcrevendo as palavras do Coordenador na *Ata nº 1* (DOURADOS, 2013a, p. 1), o texto apenas enfatiza: “a necessidade de montar a comissão de coordenação do COMCEX para dar encaminhamento neste processo. [...] executaremos os projetos de acordo com a data definida pela escola”. No entanto, o documento menciona alguns detalhes sobre a organização das capacitações, onde outro membro do Comitê “sugeriu sair da reunião com nomes definidos. A visita será para informar sobre a agenda e ações do COMCEX durante o ano”.

Os membros nomeados em Dourados-MS, por meio do Decreto nº 1.324, de 27 de dezembro de 2012 (DOURADOS, 2013L, p. 2), que altera a composição do COMCEX, são representantes das seguintes instituições: I - Câmara Municipal; II - CMDCA; III - Delegacia de Defesa da Mulher; IV - Fundação Nacional do Índio (FUNAI); V - Guarda Municipal; VI - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude; VII - Polícia Militar (PM); VIII - Secretaria Municipal de Assistência Social; IX - Secretaria Municipal de Educação; X - Secretaria Municipal de Saúde; XI - Unidade do Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT); XII - UEMS; XIII - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Ressalta-se que das treze instituições participantes do Comitê, apenas duas não são governamentais, a saber, o CMDCA e a Unidade SEST/SENAT, e como diferencial a FUNAI.

A proposta do projeto *Escola que Protege* inicialmente realiza:

[...] parceria com as instituições de ensino superior Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (curso de psicologia) através da psicóloga Elenita Sureke Abílio do Hospital Universitário, e com o Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN (curso de serviço social) através da assistente social Virgínia Bosqueti Lopes Guimarães. (DOURADOS, 2013k, p. 6).

Em seus escritos, o Projeto (DOURADOS, 2013k) afirma não destinar-se às crianças e adolescentes, mas aos profissionais da educação, por isso a escola é lócus privilegiado, partindo do princípio que o educador é capaz de compreender o que é violência nos diferentes campos do saber da medicina, da saúde, do campo jurídico, da psicologia, do ponto de vista cultural um corpo de profissionais construindo um saber sobre a violência sexual.

Em um segundo momento, como metodologia de ação, o COMCEX entra em contato com a direção da escola para apresentação do Projeto e para definir o

[...] dia para realização da ação, que acontecerá na escola em um único período (matutino, vespertino ou noturno), conforme disposição da mesma. [...]. Ao final da ação será entregue um questionário para os participantes com a finalidade de avaliar a atividade desenvolvida, assim como, o certificado de participação. (DOURADOS, 2013k, p. 6).

Como sistema de controle e avaliação o Projeto prevê aplicação de um questionário com questões objetivas, sendo elaborado pelos membros do COMCEX. Quanto ao controle de participação, será feito através da assinatura da lista de presença.

Para a execução do Projeto, está previsto que os recursos humanos serão representantes do COMCEX, acadêmicos do curso de Psicologia da UFGD e acadêmicos do

curso de Serviço Social do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). Prevê ainda que a assistente social, da Câmara Municipal de Dourados, colaborará mobilizando os referidos cursos. Como recursos materiais o COMCEX fornecerá cartilhas, máquina fotográfica e lista de presença. A escola proporcionará computador, *datashow* e caixa de som. Estabelece também a necessidade de elaboração de um cronograma de execução das ações. A data para realização das palestras será agendada pelas escolas.

Quanto às referências e fontes utilizadas, o projeto aponta três: Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), obra intitulada *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares*; *Relatório Disque Direitos Humanos* (BRASIL, 2011), elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos, referindo-se aos registros de violência no período de janeiro a março de 2011, através do disque 100; e a *Constituição da República Federativa do Brasil* (BRASIL, 1988).

O Projeto traz referências e fontes, no entanto, em nenhum momento conceitua violência ou violência sexual, ressalta apenas em sua introdução (DOURADOS, 2013k, p. 1) que “a categoria violência sexual está subdividida em outras subcategorias, como: exploração sexual; tráfico de criança e/ou adolescentes para fins de exploração sexual, pornografia e abuso sexual”.

Embora o Projeto não seja de cunho acadêmico, todavia, para que as questões da capacitação tenham clareza, é interessante realizar um levantamento bibliográfico do que existe a respeito do assunto. A apresentação dessa bibliografia e dos conceitos propiciará ao(à) leitor(a) aproximação da temática abordada com mais propriedade, até porque o fenômeno da violência sexual é complexo e difícil de assimilar sem embasamento teórico.

Na parte seguinte foi descrito o documento *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) e *Cartilha* do COMCEX (DOURADOS, 2013j) tratando da violência sexual.

2.3 Documentos norteadores: Guia Escola do MEC e Cartilha do COMCEX

2.3.1 Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

A Presidência da República, por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e do MEC, de acordo com a grande e positiva repercussão da publicação em 2003, lançaram em 2004, a segunda edição do *Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (BRASIL, 2004b), contendo 163 páginas, as quais trazem os seguintes tópicos: De uma década de mobilização; O *Guia* como instrumento de proteção à infância; A escola interrompendo o ciclo da violência sexual; Como notificar casos de violência sexual; Rede de Proteção da criança e do adolescente; Combate à exploração de crianças e adolescentes: um desafio à primeira década do novo milênio; O *Plano Nacional*; Disque-denúncia; Frente Parlamentar, Comissão Interministerial, Comitê Nacional de Enfrentamento do Abuso e Exploração Sexual; Metodologia: experiências realizadas; Glossário; Bibliografias; Filmografias; e Siglas.

Buscando aprimorar a habilidade e conhecimento envolvendo professores e outros profissionais da educação sobre a problemática do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) traz diversas informações, como a contextualização histórica da mobilização contra a exploração sexual infantojuvenil, conceituação de cada tipo de violência, o papel da escola como agente interruptor da violência sexual, formas de identificação do problema, indica bibliografia e filmes que podem ser consultados, entre outras informações.

Na Apresentação do *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 9) a justificativa sobre a importância do material são demonstradas da seguinte maneira:

Preciosa ferramenta de trabalho, este GUIA ESCOLAR, aplicado juntamente com programas de capacitação, contribuirá para aprimorar a habilidade de professores e profissionais da educação, em todo o País, para lidar com problemas de abuso e exploração sexuais de crianças e adolescentes. Recente relatório das Nações Unidas, assinado por Juan Miguel Petit, relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU, ao analisar a dimensão do fenômeno no Brasil, cita o GUIA ESCOLAR como instrumento de referência em matéria de prevenção da violência sexual e sugere o desenvolvimento de metodologias adequadas à sua implementação nas escolas públicas do País.

No tópico do *Guia Escolar* (BRASIL, 2004B), abordando o “Breve histórico dessa mobilização social” como expressão política na década de 1990, traz a *Constituição Federal* brasileira (BRASIL, 1988), *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990) e *Convenção Internacional dos Direitos da Criança/1989* (BRASIL, 1990), como fonte de consulta informando que:

[...] a violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser enfrentada como problema de cunho social na última década do século XX. Assumindo relevância política e visibilidade social nos anos de 1990 e apresentando em sua análise características complexas a partir do momento em que o assunto vem sendo focalizado como questão pública e problema social, a violência sexual perde características de segredo familiar. (BRASIL, 2004b, p.11).

A violência, fruto de um processo histórico, de alguma forma, sempre esteve presente na história da criança, colocando-a em lugar de pouca atenção e visibilidade, tanto no âmbito familiar como do poder público e da sociedade com isso coisificando a criança. Apesar de o *Guia Escolar* afirmar que a violência sexual perde características de segredo familiar, muitas são as justificativas para a ocorrência do pacto de silêncio, como, por exemplo, o medo pela própria vida, pelo desamparo financeiro ou emocional levando ao conformismo da violência.

Trazendo para o âmbito cultural, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) menciona estudos de adultos utilizando crianças e adolescentes em suas práticas sexuais

Com ou sem uso da força física - ao longo de todo o período histórico, que vai da Antiguidade até à Contemporaneidade (DeMause, 1974). As definições, porém, de quais dessas práticas são socialmente aceitas e de quais são sancionadas têm variado historicamente de cultura para cultura, de sociedade para sociedade. (BRASIL, 2004b, p.11).

Diante do citado, podemos aventar a probabilidade de que muitos casos de violência sexual, presentes nas mais variadas condições socioeconômicas e culturais, continuam se perpetuando devido às concepções que os indivíduos têm da naturalização dessa violência; por ocorrerem de geração em geração; pela vítima seduzir o(a) agressor(a); ou, por não controlar os impulsos sexuais, há possibilidade de outros tantos fatores serem mencionados historicamente.

A ideia de potencializar as múltiplas informações aos educadores, fez com que no *Guia Escolar* seis objetivos fossem apresentados. Apontam-se quatro deles como referência:

Este Guia foi idealizado para funcionar como informador, orientador e treinador de integrantes da comunidade escolar, responsáveis pela relação educacional com crianças e adolescentes, sobre abuso e exploração sexual. Insere-se no panorama mais amplo dos direitos humanos e, de forma especial, dos direitos de crianças e adolescentes. 2. A intenção é levar aos educadores informações sobre o complexo legal que protege os direitos de crianças e adolescentes e oferecer subsídios a uma assistência digna no caso de identificarem ocorrências de violência sexual. Para tanto, o Guia oferece instrumentos conceituais e operacionais para que se tomem as medidas necessárias com vista à proteção de crianças e adolescentes. [...] 3. A escola exerce importante papel na construção da cidadania de crianças e adolescentes. Este Guia oferece subsídios para que todos os integrantes da comunidade escolar – professores, funcionários, as próprias crianças e seus familiares – possam contribuir para defesa dos direitos das crianças e

adolescentes, participando do movimento nacional e internacional de enfrentamento da violência e exploração sexual. (BRASIL, 2004b, p. 25).

Apenas quatro objetivos foram selecionados especialmente porque mencionam sobre a capacitação à comunidade escolar, levando subsídios de como identificar a violência sexual sofrida pela criança e/ou adolescente, onde a escola passa a ser o lócus propício para o diálogo da questão por formar novas configurações externas a da família.

Diversos projetos específicos sobre a temática da violência sexual infantil são desenvolvidos nas escolas, tidas como espaço de prevenção e combate ao abuso sexual infantil, tendo como objeto de pesquisa professores, alunos, ou toda comunidade escolar. Devido a isso, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 121) tem como objetivo geral “[...] contribuir para uma ação propositiva da escola diante da constatação de violência contra alunos e alunas, superando a ideia de que tal temática é apenas de cunho privado, passando-se à compreensão de seu caráter político e social”.

Considerando a quantidade de horas em contato com professores(as) e alunos(as), há possibilidade em desenvolver vínculo afetivo e de confiança entre ambos, facilitando o diálogo e as situações vivenciadas pelo(a) educando(a), logo, a possível prevenção. Frente a esse panorama, em seu conteúdo o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 26) está estruturado em três modalidades de prevenção: primária, secundária e terciária. Na primeira parte é descrita a “Prevenção primária” que “[...] têm por objetivo eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam os maus-tratos”. Neste primeiro momento, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) tem um caráter explicativo, com ações propostas para entender as causas da violência:

O primeiro passo da prevenção primária é fornecer subsídios para ajudar a escola a informar a comunidade escolar sobre a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes. Dessa maneira, nas páginas seguintes, os educadores serão informados sobre as modalidades de violência contra crianças e adolescentes; serão apresentados alguns dados estatísticos e um quadro sobre os mitos e as verdades relacionadas com a violência sexual, com o propósito de desmitificar alguns tabus sobre o tema. Finalmente, serão discutidas as causas e consequências desse tipo de violência. (BRASIL, 2004b, p. 26).

Conforme demonstra o documento, a escola é o lugar propício para ser trabalhada tal temática, podendo ser disponibilizados momentos de ações educativas dirigidas às mães, pais, adolescentes e à própria criança. Gebara (2014, p. 1) assinala que:

[...] sendo a escola a primeira instituição que permite à criança confrontar outros padrões de valores, para além de sua educação inicial exclusivamente familiar, ela é um espaço democratizador e socializador de condutas diferenciadas provenientes de diferentes núcleos familiares e grupos sociais.

Neste sentido, crianças e adolescentes, no lócus escolar, podem confrontar-se com outras culturas, diferenciando-as das concepções naturalizadas de violência e identificando-as como tal.

A segunda parte do *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 26) informa que a prevenção secundária trata “da violência sexual, com vistas à identificação precoce de crianças em “situação de risco,” impedindo que atos de violência aconteçam e/ou se repitam. As ações desenvolvidas devem incidir sobre situações de maus-tratos já existentes. Esse momento serve para que os educadores possam reconhecer indícios, contribuindo para desenvolver um olhar mais aguçado, identificando sinais de violência que muitas vezes não deixam marcas externas e “aperfeiçoar suas habilidades de escuta e sua capacidade de abordar temática tão delicada e penosa para as próprias crianças”.

Na terceira parte do *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 27) “aborda-se a prevenção terciária, que tem como objetivo o acompanhamento integral da vítima e do agressor. Diante do fato consumado, deve-se trabalhar para que o ato não se repita”.

Nessa etapa, orienta-se como realizar o encaminhamento da criança e/ou adolescente ao atendimento médico, psicológico ou mesmo ao jurídico-social, na preocupação de evitar sequelas ou amenizá-las, e talvez evitar a reprodução da violência sofrida, rompendo o ciclo de abuso sexual.

Diante do exposto, a prevenção primária poderia caracterizar-se pela fragilidade de políticas públicas na área social, as campanhas educativas e as políticas de prevenção e mobilização. A prevenção secundária está ligada intimamente com o sistema de garantias de direitos. Tratando-se da prevenção terciária seria o aperfeiçoamento dos serviços de atendimento especializados, tanto para crianças e adolescentes, como para famílias das vítimas.

Após a menção dos aspectos político-sociais, serão abordadas abaixo as principais formas de violência contra a criança e o adolescente, porém, no trabalho apresentado pelo *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 35-39) o enfoque maior é no abuso sexual.

A violência doméstica contra a criança e o adolescente conceituada pelo *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 35), é “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de

proteção do adulto”. Esta violência abarca cinco tipos: negligência, abandono, violência psicológica, violência física e abuso sexual.

O abuso sexual é descrito no *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 36) “como toda a situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de pessoas mais velhas”. Dentre os casos de abuso sexual, encontram-se as seguintes especificidades:

- a) Abuso sexual intrafamiliar também “chamado abuso intrafamiliar incestuoso. É qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não) ou relação de responsabilidade” (ABRÁPIA, 2002, COHEN, 1993 *apud* BRASIL, 2004b, p. 37).
- b) Abuso sexual extrafamiliar que “é um tipo de abuso sexual que ocorre fora do âmbito familiar. Também aqui, o abusador é, na maioria das vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia”: vizinhos, amigos da família, educadores, médicos, podendo ser outros (BRASIL, 2004b, p. 37).
- c) Abuso sexual em instituições de atendimento à criança e ao adolescente (BRASIL, 2004b, p. 37): “Ocorre dentro das instituições governamentais e não governamentais encarregadas de prover, proteger, defender, cuidar deles e lhes aplicar medidas sócio-educativas e que dispensem atendimento psicossocial, educacional, saúde e outros espaços de socialização”.

As informações se completam discriminando os abusos sexuais *sem contato físico*, sendo: assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo e pornografia.

No caso dos abusos sexuais “com contato físico” entendem-se tentativa de relação sexual, penetração vaginal ou anal, envolvimento de carícias nos órgãos genitais, masturbação e sexo oral.

O texto trata o desejo sexual como sendo inerente ao ser humano, embora de responsabilidade do adulto diferenciar afeto de desejo. Elias (2009) menciona a questão do controle das emoções ser intrínseco ao ser humano, passando por um processo social e individual, entrelaçado entre o inato e o aprendido, estabelecendo um processo evolutivo. Com o desejo sexual não é diferente, podemos até controlar o comportamento, porém, o desejo provavelmente continuaríamos sentindo, mesmo que de maneira reprimida.

Completando as informações sobre tipos de violência e especificidades, em seu conteúdo, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 39) traz as causas do abuso e da violência sexual, falando de aspectos culturais e momentos históricos, em que a criança nem sempre foi vista como criança e muito menos como pura e inocente. Também comenta as causas multifatoriais na ocorrência da violência sexual intra e extrafamiliar: o incesto e a pedofilia.

No caso do incesto é denominado de “relação sexual e/ou amorosa entre pessoas de mesmo sangue, principalmente naqueles casos em que o matrimônio é proibido por lei. Vem acontecendo em praticamente todas as sociedades e culturas desde a antiguidade até a modernidade” (BRASIL, 2004b, p. 39).

Cohen (1997, p. 212) contribui definindo incesto como:

Um abuso sexual intrafamiliar, como ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio. Portanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar.

O autor amplia a explicação do incesto afirmando sobre sua ambiguidade:

A ambiguidade existente frente ao tabu do incesto se deve ao fato de que o ser humano é ao mesmo tempo um ser biológico (produto da natureza) e um ser social (produto da cultura), sendo que esta ambiguidade gera os conflitos existenciais. (CLAUDE LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 98-99 *apud* COHEN, 1997, p. 212).

Nesse contexto, a proibição legal ou social praticamente coexiste em todas as culturas. Coexiste no sentido de que mesmo pertencendo a uma mesma sociedade, com regras e leis, a relação incestuosa dentro de algumas famílias é consentida ou naturalizada. O documento anuncia não saber exatamente a causa ou origem da proibição do incesto, mas explica que:

Entre as várias teorias, a mais difundida é da biologia populacional que afirma que a proibição do incesto foi instituída para evitar o enfraquecimento de certas linhagens genéticas ameaçadas de desaparecimento, devido aos casamentos entre consanguíneos. A versão popular dessa teoria é que as crianças nascidas de relação entre pessoas do mesmo sangue têm mais propensão a defeitos físicos (genéticos). (BRASIL, 2004b, p.39).

A controvérsia permanece conforme aponta o documento. Se o repasse das doenças hereditárias for apenas por meio do incesto, o que dizer dos filhos de casamentos não consanguíneos herdando diversas imperfeições? Da mesma maneira repassaria os gens benéficos. A cultura ocidental registra diversos casamentos de primas e primos.

O *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) descreve a ideia de famílias incestuosas serem de estruturas muito fechadas, tendo pouco contato social. A figura masculina, com sua autoridade, é incontestável, ao ponto do pai misturar as funções da filha com a da mãe:

Essas características da chamada família incestogênica levaram pesquisadores da área da antropologia a levantar a hipótese de que esses autores de agressão não possuem o conceito moderno de infância¹⁷ ou ainda adotam a visão de ‘criança como propriedade dos pais’. Ou seja, por alguma razão, eles não possuem elementos ideológicos que formam o controle da vazão da fantasia ou do desejo sexual por crianças e adolescentes. Ou, ainda, acreditam que, pelo fato de os filhos serem propriedade dos pais, podem fazer deles o que bem entendem. (BRASIL, 2004b, p. 40).

Exemplificando, seria aquele pai que pensa ter o direito em ser o primeiro homem a relacionar-se sexualmente com sua filha. Nathan (1997, p. 19 *apud* BRASIL, 2004a, p. 41) explica que “em tribos africanas, a proibição é extensiva a parceiras não-aparentadas”.

Nesse sentido, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 41, grifo do autor) esclarece ser incesto o “envolvimento amoroso-sexual de uma criança ou de um(a) adolescente com adulto, desenvolvendo relação de ‘parentesco ou vínculo afetivo”.

Em relação à pedofilia, o tema tornou-se bastante discutido e apresentado pela mídia, especialistas na área da infância, médicos, sociólogos, dentre outros profissionais interessados no assunto. O *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 41) define o conceito social de pedofilia “pela atração erótica por crianças. Essa atração pode ser elaborada no terreno da fantasia ou se materializar em atos sexuais com meninos ou meninas”. Em virtude do mencionado, muitos pedófilos não praticam o ato sexual em si com crianças, apenas se satisfazem observando fotos ou imagens.

O em comum entre incesto e pedofilia é a relação de poder e dominação no campo sexual, seja físico ou no terreno da fantasia, podendo até ser de forma cultural a congratulação pela desvirginação de uma criança ou mulher, onde a sociedade machista valoriza esse acontecimento. Possivelmente, a sensação de poder do mais velho (adulto ou adolescente) pela criança, seja o prazer pelo poder, talvez o sexo tenha objetivo secundário.

Em Dourados-MS, o COMCEX também elaborou uma cartilha explicativa para distribuir em campanhas e nas capacitações ministradas em escolas. O tópico a seguir discorrerá sobre os aspectos desse material.

¹⁷O *Guia Escolar* não explicita o entendimento do conceito moderno de infância, possivelmente, ao longo de seus escritos, trata-se da criança da atualidade, aquela que tem direitos e deveres, protegidas pelo ECA.

2.3.2 Cartilha do COMCEX: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

A *Cartilha* (DOURADOS, 2013j) descrita a seguir, denominada *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: a infância pede socorro!*, foi elaborada pelo COMCEX, em parceria com o CMDCA e SEMAS, tendo apoio da prefeitura de Dourados, no ano de 2013. Seu conteúdo e imagens foram colhidos de diversas campanhas realizadas na esfera municipal, estadual e nacional.

A produção da *Cartilha* (DOURADOS, 2013j), conforme apontada na *Ata nº 2* (DOURADOS, 2013b, p. 1) iniciou-se com base nas cartilhas do Conselho Municipal Antidrogas (COMAD), confeccionada em 2012. Os conselheiros discutiram em reunião como seria a produção da *Cartilha*, qual o seu conteúdo e a faixa etária a ser atingida. A elaboradora do projeto *Escola que Protege* explica “que fez pesquisas na internet e encontrou duas cartilhas com esse mesmo conteúdo e as achou muito interessantes e bem desenvolvidas, e então se prontifica a mandar para os demais conselheiros por e-mail”.

Na *Ata nº 3* (DOURADOS, 2013c, p. 1), um dos membros “sugere que seja formado um grupo para a produção do rascunho da cartilha. [...] Conselheiros dão ênfase a questão do abuso e violência contra a criança e ao adolescente. Será utilizado o *site* do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para a organização desta cartilha”. Nela está registrado que outros conselheiros se prontificariam em produzir a parte inicial da cartilha, própria para crianças, conceituar violência e violência sexual, abusado e abusador, elaboração da capa e a finalização informando os contatos para denúncia. Consta ainda no documento que duas professoras, conselheiras membro do COMCEX “farão análise da cartilha do Governo do Paraná, [...] a fim de reestruturá-la, adaptando-a à realidade sul-mato-grossense”.

O processo de elaboração de uma cartilha organizada de maneira sistemática e englobando aspectos científicos, poderá contribuir positivamente com o conhecimento social, auxiliando a sociedade a ampliar a sua compreensão sobre o problema.

Embora a violência sexual, aparentemente, se caracterize de maneira específica em cada estado ou região, é algo que ocorre em todo o país, e no mundo. Nessa perspectiva, atribuir o problema a uma especificidade regional e elaborar material explicativo, contemplando conceitos e exemplificando alguns fatos de acordo com a realidade do município, onde ocorrerão as capacitações, possivelmente possa parecer uma redução da

questão ao município de Dourados, ainda que, violência sexual seja uma questão cultural, em Dourados as manifestações sociais combatendo essa prática, apontam para a não naturalização da questão.

Retomando Elias (2011, p. 69, grifo do autor), nos faz refletir sobre o olhar desigual ao outro quando comporta-se diferentemente de nós, aparentemente possuindo culturas diferentes, esses sinais de “maior ou menor desconforto que sentimos com pessoas que discutem ou mencionam suas funções corporais mais abertamente [...] é um dos sentimentos dominantes no juízo de valor ‘bárbaro’ ou ‘incivilizado’”. Nesse sentido, as questões regionais podem parecer diferentes frente a outros lugares, no entanto, tratando-se de violência sexual os problemas se assemelham.

Conforme registrado na *Ata nº 4* (DOURADOS, 2013d, p. 1), os(as) conselheiros(as) membros aprovaram a cartilha por unanimidade. Desde que a cartilha foi confeccionada, foram distribuídas entre capacitações e demais eventos seis mil exemplares.

A *Ata nº 9* (DOURADOS, 2013h, p. 1) informa que para uma próxima edição “serão inseridos temas como a adultização infantil e sobre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) expondo o território que cada um dos sete abrange no município”.

Dois conselheiros membros, segundo consta na *Ata nº 9* (DOURADOS, 2013h, p. 1) abordam a questão do preconceito e segregação envolvendo a especificidade de cada território membros “sendo necessário ouvir e problematizar a fala para entender o sentido da vida a que se refere a cultura indígena. Na FUNAI foram distribuídas trezentas cartilhas e realizada a abordagem as mães no momento da entrega de cesta básica”.

As *Cartilhas* distribuídas às mães indígenas são as mesmas utilizadas em capacitações para não indígenas. *Cartilhas* elaboradas com linguagem não indígena, e que provavelmente não atingirá o objetivo do Comitê em prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Seria essencial diferenciá-las, traduzindo-as na língua materna dos indígenas, demonstrando o respeito à diferença cultural.

Realizado o relato da elaboração da *Cartilha* do COMCEX, apresentando partes dessa Cartilha, as páginas iniciais explicam o que é o COMCEX, sua missão, data de reuniões anuais e decretos relevantes.

Define o abuso sexual como “[...] uma triste realidade que ocorre em todas as classes sociais, religiões, independente do nível de escolaridade, dos analfabetos aos doutores”. (DOURADOS, 2013j, p. 5).

Com essa afirmação, podemos refletir, até que ponto o comportamento aprendido sobressai ao comportamento instintivo, controlando seus impulsos, podendo-se pensar que aumenta o controle das emoções quando nos civilizamos, entendendo como mudança de comportamento embora não relacionado à escolarização ou classe social, por exemplo.

A *Cartilha* (DOURADOS, 2013j, p. 5) comenta sobre o espaço físico das moradias, onde possivelmente possa explicar e não justificar o facilitador do abuso sexual intrafamiliar. Aborda a questão de as famílias de baixa renda serem mais observadas em seu dia a dia, ou seja, expostas em suas ações por costumeiramente “morar em casas sem muros altos e com vizinhos muito próximos, sem contar que em muitos casos várias pessoas dormem ou permanecem no mesmo ambiente”.

Foucault (1988) explicita que a família do século XIX apresentava procedimentos de vigilância entre o sexo e o corpo, para tanto teve “relações transformáveis” entre pais e filhos, modificando comportamentos habituais como, por exemplo, dormirem no mesmo quarto e salienta que: “A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças [...] tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturadas de sexualidades múltiplas” (FOUCAULT, 1988, p. 53-54).

A *Cartilha* (FIOCRUZ/ENS/CLAVES, 1994 *apud* DOURADOS, 2013j, p. 6) conceitua o abuso sexual como sendo “todo ato ou brincadeira sexual, relação hetero ou homossexual, em que o agressor (adulto) tenha mais consciência do que a criança ou do que o adolescente sobre o que está fazendo [...] para obtenção de satisfação sexual do abusador”. Complementa-se a explicação do abuso sexual quando uma criança ou adolescente for fotografado ou filmado nus, com práticas eróticas, tocar ou acariciar os órgãos seus órgãos genitais ou ainda, ter relação sexual oral, anal ou genital com uma criança.

A *Cartilha* (DOURADOS, 2013j) ainda traz em suas quinze páginas informações de telefones para denúncias de violações de direitos; a diferença entre abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes; quem é capaz de abusar sexualmente de crianças ou de adolescentes; quais são as consequências do abuso e da exploração sexual na vida das vítimas e sobre a atenção aos sinais psicológicos e comportamentais; o que os profissionais da educação e da saúde devem fazer quando é identificado o abuso e exploração sexual; o que os

pais devem fazer para prevenir o abuso sexual e proteger seus filhos; e, consequências do abuso sexual para a criança.

A proposta central da *Cartilha* fica subentendida, pois, não é mencionado explicitamente em seu conteúdo o objetivo a que se propõe, no entanto, a linguagem utilizada com informações gerais é clara e simples, trabalhando a prevenção primária, secundária e terciária. Quanto ao público-alvo, praticamente, é contemplado pelas pessoas de maior contato com as crianças e os adolescentes.

2.4 Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2007-2009 e 2010-2012)

O *Plano Municipal* é um conjunto de iniciativas fundamentado no ECA, estruturado em seis eixos estratégicos, os quais têm como referência o *Plano Nacional*, no caso em questão, com objetivo de prevenir e combater a violência sexual infantojuvenil.

Uma das atribuições do COMCEX tanto municipal quanto estadual é monitorar, avaliar e implementar em suas respectivas esferas o *Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. No estado de Mato Grosso do Sul, também foi constituído o COMCEX-MS.

Para elaboração de toda e qualquer estratégia de intervenção é imprescindível conhecer a realidade sobre a violência sexual contra a criança e o adolescente e suas famílias. A partir desse pressuposto, o Comitê se organiza para planejar ações exequíveis, como um processo de engendramento das políticas públicas, de caráter participativo e democrático entre o poder público e diversas organizações.

Apenas os anos de 2007-2009 e 2010-2012 (DOURADOS, 2007, 2010) foram aqui abordados, pois os *Planos* anteriores não foram localizados. Embora o COMCEX tenha sido instituído em 2001, os membros atuais não sabem informar onde estariam arquivados os *Planos* anteriores, uma vez que ocorreram diversas mudanças de espaço físico, onde são realizadas as reuniões mensais e onde se localiza a secretaria do Comitê.

Os *Planos* em questão abordam seis eixos estratégicos com o mesmo teor, sem alteração em seu conteúdo, sendo: 1. Análise da Situação; 2. Prevenção; 3. Defesa e Responsabilização; 4. Atendimento; 5. Mobilização; e, 6. Protagonismo Infantojuvenil.

Cada eixo é composto por: objetivo geral, objetivos específicos, ações, órgão responsável e parcerias. O Eixo 1 “Análise da Situação” (DOURADOS, 2007, 2010, p. 3) traz como objetivo geral “demonstrar a rede de atendimento mantendo os dados estatísticos atualizados”, e como objetivos específicos “proporcionar a análise da situação integrando os dados das diferentes fontes de informações no Município de Dourados/MS e fortalecer e apoiar as ações dos trabalhos desenvolvidos pela Polícia Rodoviária Federal e Estadual”.

Não seria apropriado pensar um Eixo com maior relevância em detrimento aos outros, talvez didático, todavia, antes de fazermos planejamento referente a qualquer assunto é importante a análise da situação para nos apropriarmos da realidade trabalhada. Como a violência sexual é um problema complexo, nada mais pertinente investigar a conjuntura dos fatos.

As ações propostas no *Plano Municipal* (DOURADOS, 2007, 2010, p. 3) são:

Reunir e organizar os dados das seguintes áreas; rede de garantia de direitos; participação da atividade turística na exploração sexual; atendimento das crianças e adolescentes indígenas, tendo como órgão responsável o COMCEX. Nas parcerias estão registradas Universidades; Ministério Público; Secretaria Municipal de Saúde; Educação e Assistência Social; CMDCA; Delegacia da Mulher; 1º e 2º Departamento de Polícia – DP; Delegacia de Repreensão ao Adolescente Infrator – DRAI; e, Juizado da Infância e da Juventude.

Agregando a toda rede de serviços e garantia de direitos, os estudiosos do tema (psicólogos, antropólogos, pedagogos, assistentes sociais, sociólogos, advogados, dentre outros) contribuem na elaboração de diagnósticos, além de trazerem as construções conceituais e metodológicas para o desenvolvimento do estudo.

No Eixo 2 denominado “Prevenção” (DOURADOS, 2007, 2010, p. 3-4), o objetivo geral é “orientar e fortalecer os vínculos familiares em todos os aspectos”, e os seus objetivos específicos visam

Assegurar ações que evitem ou diminuam os riscos de violência, praticados contra crianças e adolescentes, possibilitando orientação para o fortalecimento da auto-defesa e promover a participação da criança e do adolescente pela defesa de seus direitos fundamentais compromete-los com suas ações.

A prevenção mencionada no Eixo 2, esclarecida por meio das leituras da pesquisa de Brino (2006), *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) e a *Cartilha* (2013j), trabalha a prevenção primária, secundária e terciária, todos esses aparatos certamente auxiliariam nas etapas da elaboração do *Plano*, levando-se em conta que ele é elaborado especificamente para auxiliar

nas ações de orientação, prevenção e atendimento, ou seja, as três prevenções, sempre por meio de consenso entre diferentes setores e segmentos.

Suas ações contemplam (DOURADOS, 2007, 2010, p. 3-4)

Envolver as famílias, vizinhança e comunidade, buscando a sensibilização dos atores sociais a respeito da cultura da “não violência”; realizar campanhas de esclarecimento e sensibilização sobre a problemática a serem desenvolvidas nas comunidades, associações de moradores, associações de classes, escolas, igrejas e outros e priorizar a participação da criança e adolescente em programas de defesa, prevenção e atendimento, além de promover debates com os mesmos sobre o ECA e as violências, divulgando os serviços de notificação e atendimento junto às escolas, postos de saúde, rádios comunitárias e movimento de jovens no município.

Como órgãos responsáveis estão: COMCEX; Secretaria Municipal de Saúde Pública; Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária; Secretaria Municipal de Educação e CMDCA. As parcerias estão registradas com Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES); Conselho Tutelar; Universidades; Coordenadoria da Mulher; COMCEX-MS; IBISS-CO; SAE/C.T.A.¹⁸; e, comissões referentes à criança e ao adolescente do município.

Frisa-se que a Presidência da República acrescentou o § 5º, ao Artigo 32, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, proporcionando o fortalecimento de sua autodefesa, porém, “observada a produção e distribuição de material didático adequado” (BRASIL, 2007).

O Eixo 3 sobre “Defesa e Responsabilidade” (DOURADOS, 2007, 2010, p. 5) tem como objetivo geral “cumprimento das leis referentes aos direitos das crianças e adolescentes”, tendo como objetivos específicos “garantir e certificar o cumprimento da Lei Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente; garantir a aplicação da lei responsabilizando o agressor e manter as parcerias intermunicipais”

Tal eixo torna-se referência para sociedade civil organizada e poder público, proporcionando diretrizes no sentido da reestruturação de políticas, serviços e programas de enfrentamento à violência sexual, concomitantemente fortalecendo o sistema de garantia de direitos.

As ações registradas são (DOURADOS, 2007, 2010, p. 5):

¹⁸Não se tem nenhuma informação do significado da referida sigla.

Implantar, implementar e capacitar equipe local de inteligência e fiscalização com a participação das instituições policiais, através de decreto municipal; capacitação dos conselheiros tutelares e demais profissionais que atuam com crianças e adolescentes; implantar medidas de prevenção da fiscalização de rodovias, bares, hotéis e outros e apoiar e proteger juridicamente crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual comercial.

Ministério Público, COMCEX-MS e COMCEX-Municipal são os órgãos responsáveis por esse eixo. Como parcerias o eixo apresenta: OAB; Fórum; Núcleo Jurídico; Defensoria Pública; Conselho Tutelar; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Civil; Polícia Militar; Guarda Municipal; Comissão Gestora do projeto Escola que Protege; e, Imprensa.

O Brasil tem legislação no sentido de responsabilização dos criminosos, no caso em questão, da violência sexual contra a criança e o adolescente, porém, é preciso que a sociedade se envolva e denuncie não só os casos de violência, mas também a falta de políticas públicas para fazer frente a esse problema, ao tempo que a justiça priorize a tramitação dos processos referentes à matéria trabalhada.

O Eixo 4 intitulado “Atendimento” (DOURADOS, 2007, 2010, p. 6-7), tem como objetivo geral “garantir o atendimento psicopedagógico e social”, composto pelos objetivos específicos de “promover o fortalecimento e a integração dos serviços oferecidos pela rede de atendimento às vítimas de violência sexual e garantir o atendimento integral a criança, o adolescente e a família vítima de violência sexual”.

Embora, em nenhum momento, entramos na seara do agressor necessitar de atendimento psicológico, possivelmente auxiliaria outras crianças e adolescentes na prevenção da violência sexual criando programas multiprofissionais especializados voltados ao atendimento dos autores dessa violência, simultâneo ao cumprimento da pena imputada.

As ações propostas no referido Eixo (DOURADOS, 2007, 2010, p. 6-7), são:

Capacitar a rede de atendimento em suas atribuições e fluxo de acordo com o previsto no sistema de garantia de direitos; priorizar o atendimento às famílias e vítimas de exploração e abuso sexual encaminhadas através do Conselho Tutelar, Delegacias de Polícia, Ministério Público, Fórum e outras instituições, inserindo em profissionalização e outros programas de geração de renda; oferecer atendimento psicossocial e pedagógico a criança, adolescente e familiares vítimas de violência sexual no município; integrar as ações com o Conselho Tutelar observando a aplicação da legislação referente a responsabilização dos agressores; capacitar equipe multiprofissional para abordagens, atendimento e acompanhamento às vítimas e família; articular e capacitar multiplicadores e técnicos que atendem nos programas sociais e articular junto aos programas sociais a inclusão de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares.

Estão como órgãos responsáveis a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação. As parceiras ficaram com Fórum; Ministério Público; Universidades; Polícia Rodoviária Federal; Fórum Estadual de Conselheiros Tutelares e COMCEX-MS.

Em razão da necessidade de planejamento para estruturar as políticas públicas, programas e serviços, as parcerias com diversos órgãos fortalecem as ações. A rede de serviço de atendimento (psicológico, assistencial, jurídico) precisa constantemente estar sincronizada, dando continuidade nos casos.

No Eixo 5 sobre “Mobilização” (DOURADOS, 2007, 2010, p. 7-8), o objetivo geral é “buscar o envolvimento da sociedade, através da sensibilização”, seus objetivos específicos dividem-se em “estabelecer parcerias com instituições diversas; sensibilizar crianças, adolescentes e pais; sensibilizar segmentos sociais das autoridades em diversos níveis (legislativo, executivo e judiciário); sensibilizar em dias comemorativos; e, disponibilizar o número de denúncias gratuito”.

Mobilizar, de certa maneira é comprometer a sociedade civil e poder público no enfrentamento da violência sexual. Nesse aspecto a promoção de campanhas também mobiliza visando a mudança de concepções, práticas e atitudes.

As ações planejadas (DOURADOS, 2007, 2010, p. 7-8) são perceptíveis através de:

Ofícios, convites e envolvimento; convites, ofícios, panfletagens, faixa, convites esportivos e culturais, filmes e palestras; convites para estarem participando de eventos, palestras convenções, seminários; panfletos, cartazes, mídia e faixas; mídia, cartazes, holerites de empresas, panfletos, divulgação no boleto da Enersul e Sanesul.

Como órgãos responsáveis por esse eixo estão o COMCEX-MS; o COMCEX-Municipal; e o Programa Sentinela, tendo como parceiros a AGCOM; Poderes Públicos; Universidades; Empresas privadas; e, Conselho Tutelar.

Sociedade civil e segmentos governamentais precisam pensar a política pública com estratégias que indiquem integração e organicidade entre si. Nesse sentido, a mobilização requer apresentar propostas concretas de enfrentamento à violência sexual, pois o contexto histórico está envolvido com profundas raízes culturais.

O último Eixo, de número 6, trata do “Protagonismo Infantojuvenil” (DOURADOS, 2007, 2010, p. 8) e traz como objetivo geral “garantir e fortalecer a participação das crianças e adolescentes nas ações previstas”, seu único objetivo específico é “assegurar a participação de

crianças e adolescentes em todos os eventos referentes ao protagonismo infanto-juvenil, fortalecendo seu ponto de vista tornando-se agentes expositores e multiplicadores de projetos”.

Por meio da parceria entre adultos, crianças e adolescente e participação efetiva de crianças e de adolescentes, abrindo espaço para construção de debates pela ótica desse grupo, supostamente assegurariam os seus direitos, construiriam novos saberes, democratizariam informações e optariam por modelos de atendimento como a escola, a saúde, o lazer, inclusive atendimento especializado e humanizado à vítima de violência sexual, a propósito do *Plano Municipal*.

As ações previstas no *Plano* (DOURADOS, 2007, 2010, p. 8-9) são:

Garantir o espaço nos seminários; audiências públicas; capacitações; encontros; campanhas educativas e outros eventos; promover oficinas de sensibilização às crianças e adolescentes com a finalidade de esclarecer a importância dessa participação para o fortalecimento dos grupos de enfrentamento a violência sexual; integrar ações entre os programas governamentais e não governamentais que visam atender crianças e adolescentes; estimular a criação de espaços de esporte e lazer, que envolvam crianças e adolescentes e incentivar a discussão do tema em sala de aula.

Tem como órgãos responsáveis o COMCEX-MS; o COMCEX-Municipal e SEMASES. Nas parcerias constam SEMASES; Secretaria Municipal de Saúde (SEMS); Conselho Tutelar; CMDCA; IBISS-CO; Juizado da Infância e da Adolescência; Secretaria Municipal de Educação (SEMED); FUNCED; Universidades e Ministério Público.

Tanto os órgãos responsáveis quanto as parcerias com instituições no planejamento do *Plano*, faz com que a operacionalização das ações não fiquem comprometidas pela falta de atendimento especializado às crianças e adolescentes. No entanto, faz-se necessário o comprometimento dos adolescentes com o monitoramento da execução do mesmo.

O *Plano* teve em vários eixos a educação presente, portanto, pode-se pensar no envolvimento da educação com a diversificação de conteúdos, não como educação bancária, ou apenas pela teoria “debatida”, mas por sua prática e aproximação com crianças e adolescentes.

Gebara (2014, p. 2) argumenta que as configurações formadas na escola sendo diferenciadas do ambiente familiar “podem então significar aberturas democráticas que as escolas possibilitam no sentido de ampliar, para além das configurações familiares e de grupos sociais, as redes de interdependências vividas por crianças e adolescentes”.

A escola como locus propício possibilitando mudanças de percepção e identificando violências familiares, abre espaço para compreender outras culturas, certamente o gradiente

não será o mesmo se comparar sentimentos e comportamentos, afinal, cultura é uma construção social.

Landini (2009, p. 166-167, grifo da autora) argumenta que “essa busca de significados culturais visa, por um lado, problematizar a própria definição contemporânea do tema e, por outro, relacionar o conceito ao *habitus* social”. [...] “a sensibilidade social nem sempre esteve voltada para crimes sexuais contra crianças e adolescentes”.

Considerando outras culturas, possivelmente, o fio condutor dessa construção social, seria a discussão do privado ao público, momento que nossos olhares estão voltados para esse tipo de discussão, significado de violência e quem está engajado com o que hoje é entendido como violência sexual contra a criança e o adolescente.

Outro aspecto observado no *Plano* foi a presença da grande maioria dos membros do COMCEX estar registrado como parceiros. As instituições expressas não pertencentes ao Comitê são: 1º e 2º DP; DRAI; Coordenadoria da Mulher; COMCEX-MS; IBISS-CO; SAE/C.T.A; OAB; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; AGCOM e FUNCED.

No sentido da existência de uma política integrada de atenção à criança e ao adolescente em prevenir e enfrentar a violência sexual infantojuvenil, o envolvimento e fortalecimento de todos os setores, junto a profissionais capacitados significa de certa maneira o comprometimento dos gestores com o tema; mas, não significa apenas a organização de setores integrados ao Sistema de Garantia de Direitos com a questão, combatendo redes organizadas na exploração sexual de crianças e adolescentes, em diversas regiões do Brasil, mas, também, é preciso que todos os atores públicos e sociais conheçam como está organizado e estruturado o Sistema que garante direitos de crianças e adolescentes.

O pano de fundo como resultados e impactos apresentados no Eixo 1, formularia diretrizes de políticas públicas locais, embora afirmado anteriormente, a violência sexual é um fenômeno mundial. Cabe inclusive registrar as conquistas significativas desde a elaboração do *Plano*.

Retomando as contribuições de Elias (2011, p. 207) “há numerosas observações relativamente acessíveis indicando que podem diferir o padrão e modelo de controle das emoções em sociedades que se encontrem em diferentes estágios de desenvolvimento, e mesmo em diferentes estratos da mesma sociedade”.

No contexto da informação, possivelmente pode-se afirmar que o processo social faz com que ocorram mudanças simultâneas na estrutura da mesma sociedade com nível de diferenciação, levando-se em conta a progressão da internalização do autocontrole.

Neste capítulo descreveu-se a expectativa de dialogar com os documentos e das concepções de atores sociais envolvidos com a temática da violência sexual, mas foi necessária a busca do diálogo por meio de aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas, posteriormente transcritas, e apresentadas no Capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

MÚLTIPLAS DIMENSÕES E PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA E DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Os conceitos de violência e de violência sexual são conceitos tratados pela legislação na perspectiva das políticas públicas, permitindo intervenções estatais em diferentes níveis de atuação, no caso das violências sexuais contra crianças e adolescentes, o município de Dourados integra-se a esse debate. Contudo como foi discutido adiante, existem múltiplas percepções de violência e violência sexual, especialmente quando, ao nível da legislação, é necessário estabelecer um corte cronológico para definir o ser criança e o ser adolescente. O COMCEX, através de suas capacitações e avaliações, oferece uma documentação complexa, em alguns momentos contraditória, e justamente por isso, ao ser analisada permite identificar diferentes concepções de violência e violência sexual.

3.1 Avaliação e representação

As avaliações efetuadas pelo COMCEX, a partir das respostas dos participantes das capacitações oferecidas no ano de 2013, foram apresentadas graficamente em forma de pizza. As 10 perguntas efetuadas foram respondidas por 118 (cento e dezoito) participantes de um universo de 257 (duzentos e cinquenta e sete) cursistas.

As questões formuladas, apresentadas a seguir, demonstram ampla aceitação e aprovação dos participantes em relação às técnicas e conteúdos apresentados.

Pergunta 1. A capacitação possibilitou o acesso à informação sobre o tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes? 2 (dois) questionários responderam negativamente e 116 (cento e dezesseis) positivamente.

A análise dos dados permite constatar, na pergunta 1, a atuação positiva dos capacitadores por meio dos números expressivos, indicando que as pessoas pertencentes à formação aprenderam a lidar melhor com as questões do dia a dia, já que a maior parte das atividades promove a socialização das informações. Embora, dividindo opiniões, cada vez mais a sociedade traz discussões sobre o assunto trabalhado Quando as pessoas aprendem a lidar com medos, frustrações, vergonha, e muitos outros itens que envolvem o comportamento humano, o diálogo é facilitado, na contramão, as dificuldades também aparecem quase de forma natural. Elias (2011, p. 164) diz que “o sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização”.

Pergunta 2. A capacitação contribuiu para mostrar como funciona o trabalho realizado na rede socioassistencial de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na cidade de Dourados/MS? Apenas 1 (um) não respondeu e 117 (cento e dezessete) participantes informaram que sim.

Em relação à pergunta 2, as 117 (cento e dezessete) pessoas responderam afirmativamente à contribuição do conhecimento do trabalho em rede; resultado relevante como indicativo de permanência da metodologia da capacitação, a magnitude dos números positivos demonstra que o COMCEX está correspondendo às expectativas do público alvo.

O ECA/1990 (BRASIL, 2012, Art. 86) estabelece que “políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-à através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios”.

O *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b) ao comentar sobre a doutrina de proteção à criança e ao adolescente, amplia significativamente seu dimensionamento, explicitamente denunciando a intermediação de políticos na implementação dessas políticas:

A Constituição Federal, o ECA, por exemplo, ampliaram a noção de Estado – que antigamente era visto como sendo “coisa” de políticos e hoje é concebido como junção da sociedade política e da sociedade civil organizada (movimentos sociais, organizações não-governamentais). Essas leis criaram também um novo jeito de elaborar e gerir políticas sociais, bem como uma nova abordagem do atendimento da criança, não como favor do Estado, mas como direito dela e dever do Estado. (BRASIL, 2004b, p. 81).

Nessa medida torna-se relevante identificar casos de violência sexual infantojuvenil. Reforçando a prevenção primária e secundária, o aumento de projetos e pesquisas que estudam o fenômeno da violência, busca conhecimento e entendimento desse tipo de problema.

Quanto à pergunta 3. Você já conhecia o trabalho realizado pelo Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes (COMCEX)? As respostas foram as seguintes: 2 (dois) não responderam, 25 (vinte e cinco) participantes disseram que sim e 91 (noventa e um) disseram que não.

Nota-se o desconhecimento do público alvo em relação ao COMCEX. Esse resultado evidencia a necessidade de mais divulgação e aproximação do Comitê junto à sociedade. Na contramão, uma das maiores dificuldades encontradas para inibir a violência sexual no Brasil, é o silêncio das famílias, logo, o que é uma indicação do desinteresse, ou da vergonha, de buscar informações sobre esse assunto. Afinal quem se informa sobre determinado assunto tem, por alguma razão, necessidade ou interesse sobre o problema.

Em relação à pergunta 4. Você recomendaria esta capacitação para outras escolas? 3 (três) assinalaram que não, 5 (cinco) não responderam e 110 (cento e dez) participantes responderam que sim.

Observa-se que enquanto poucos participantes demonstraram descontentamento à capacitação, a maioria assinalou aprovação, cujo resultado destaca-se favorável à continuidade da formação. A existência de poucas respostas negativas às questões formuladas sugere a importância de aprofundar esse assunto, e efetuar uma pesquisa nesta direção, afinal muitas hipóteses podem ser inferidas em relação a esta ocorrência. Por exemplo, se as Universidades que ofertam cursos de licenciaturas estão preocupadas com a temática da violência sexual infanto-juvenil.

A pergunta 5. De modo geral, ficou satisfeito com a capacitação? 5 (cinco) responderam que não, 6 (seis) não responderam e 107 (cento e sete) participantes responderam que sim.

A pergunta 4, relacionando à pergunta 5, poderia equiparar-se na satisfação dos participantes. O contraste entre uma e outra praticamente inexistente. O diagnóstico indica a aprovação pela continuidade da metodologia desenvolvida pelo COMCEX. Os insatisfeitos poderiam sugerir hipotéticas leituras: simplesmente não gostaram da capacitação, não acharam interessante a capacitação, não concordam com as concepções do Comitê, não percebem muitos casos como violência, entre outras situações. Infelizmente, não se sabe o porque da discordância em relação as outras respostas.

Tratando-se da pergunta 6, relacionada a *Cartilha*, questionou-se sua qualidade e as informações contidas. 2 (dois) integrantes apontaram como médio, 6 (seis) não responderam,

47 (quarenta e sete) apontaram como bom e 63 (sessenta e três) participantes demonstraram ser excelente.

Embora sessenta e três participantes respondessem positivamente sobre a excelência da *Cartilha*, quarenta e sete manifestaram ser uma boa cartilha e duas, como média. Pela proximidade dos resultados, a categoria média e boa possivelmente recomendaria aprimorar a qualidade e as informações contidas.

Na pergunta 7, o Comitê quis saber qual o conceito dos participantes em relação à apresentação dos temas abordados. 2 (dois) disseram médio, 5 (cinco) não responderam, 47 (quarenta e sete) disseram ser bom e 64 (sessenta e quatro) excelente.

Aparentemente os participantes dividiram-se entre o totalmente satisfeito com os temas trabalhados e os medianos. Entende-se que o objetivo da capacitação não é confrontar concepções formadas, mas abranger os diversos conflitos que permeiam o âmbito familiar e extrafamiliar com olhar atento da comunidade escolar.

Quanto à pergunta 8. O tempo destinado a perguntas e respostas foi [...]: 2 (dois) disseram ser demais, 3 (três) não responderam, 13 (treze) acharam insuficiente e 100 (cem) suficiente.

Nesse caso, os participantes mostraram-se favoráveis ao tempo proposto, sendo quase insignificantes os outros resultados dispostos. Compreende-se que o tempo disponível é suficiente para articular as respostas.

Referente à pergunta 9. Por favor, explique qual resultado esta capacitação proporcionou para você? Apenas 7 (sete) não escreveram nada e 111 (cento e onze) registraram suas explicações. Dentre as 111 (cento e onze) apenas 8 (oito) respostas foram eleitas pelo COMCEX como parâmetro de demonstração, utilizadas em apresentações como conferências, palestras, debates ou mesmo relatórios, conforme seguem abaixo:

1. A compreensão e o entendimento da situação infantil a orientação como proceder perante a violência contra as crianças e adolescentes e como contactar as autoridades. (EM Arthur C.M.)
2. Aprendi muito, pois não conhecia o COMCEX, pois como educadora vai me ajudar mais para reaproximar das crianças que tiverem algum problema de abuso e o entendimento de como agir e orientá-las. (EM Arthur C. M.).
3. Eu não sabia o que acontecia na realidade mais a palestra e a cartilha me abriu muito a mente. (EM Indígena Tengatú Marangatú).

4. Falar sobre a violência sexual é muito relevante e este treinamento faz uma reflexão sobre a atual situação das nossas crianças e criar um sentimento de querer uma mudança da atual situação. (EM Indígena Tengatú Marangatú).
5. Favoreceu, às minhas dúvidas em relação a fazer denúncia, pois até então eu tinha receio de fazer isso, caso haja necessidade. (EM Indígena Tengatú Marangatú).
6. A palestra foi boa. Ter o comex como parceiro é ótimo, mas o que precisamos em nossa aldeia é de políticas públicas, para mudar essa realidade. (EM Indígena Tengatú Marangatú).
7. A palestra veio reforçar conhecimentos que já possuía e também fazer nascer em mim a vontade de estar mais presente em mobilizações e trabalhando essas questões na escola. (Programa Mais Educação – SEMED).
8. Fiquei mais informada sobre o papel do conselho tutelar e como devemos denunciar casos de abusos sexuais. (EM Arthur C. M.).

Os elementos apontados como respostas no item 9, nos dão a impressão de desconhecimento parcial do assunto por parte dos(as) educadores(as), possivelmente poderíamos refletir sobre sua formação: como reconhecer uma criança vítima de violência sexual; aprender a lidar com alguns problemas; onde denunciar; mudança de percepção quanto ao que vem a ser violência e violência sexual; pensar a escola como espaço de debate da temática sendo espaço de liberdade e, outros esclarecimentos, onde o ECA imputa algumas obrigatoriedades ao(à) educador(a) e este(a) não adquire conhecimento mais aprofundada em sua formação acadêmica.

Outra questão analisada seria trabalhar o assunto da sexualidade como prática que visa refletir e desconstruir discursos únicos e verdades absolutas, tendo a escola como espaço laico, o qual provavelmente poderia problematizar a relação sexual não na ótica apenas da reprodução. A escola seria lócus de discussão, perpassando por outras áreas do conhecimento, inclusive versando sobre outras culturas.

A sexualidade para Elias (2011, p. 181) “tal como todas as demais funções humanas naturais, é fenômeno de todos conhecido e é parte de toda vida humana”.

A diversificada configuração escolar possibilita que esse ambiente torne-se um lugar de múltiplas concepções referentes à violência sexual, debruçando-se sobre a subjetividade, por meio do material didático e paradidático, materiais estes que poderão possibilitar aos estudantes, caso se interessem, o aprofundamento desta temática complexa e de difícil trato.

Certamente, a estrutura emocional do ser humano está imbricada à cultura, nesse sentido, Chartier (1988, p. 16-17) descreve a história cultural tendo como principal objeto “o

modo como em diferentes lugares e momento, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, supondo vários caminhos. Em outras palavras, o controle dos impulsos sexuais poderia ser traçado como uma linha tênue entre o comportamento condicionado desde criança (íntimo), apresentando-o como nojento e sujo e, o convívio social (público), o qual se desperta para as necessidades corporais, sendo o ser humano adaptável e sofrendo transformações sociais. Lembrando, o sexo no século XVIII era visto como algo permitido apenas dentro do matrimônio, conduta social da época e, no século XIX, criaram-se os bordéis pensando ser um comércio lucrativo.

A pergunta 10. Quais as dificuldades encontradas em sua comunidade referente ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes? 41 (quarenta e um) não responderam e 77 (setenta e sete) responderam da seguinte maneira, representadas por meio de 8 (oito) respostas:

1. A maior com certeza é a insegurança em denunciar, o sentimento de impunidade faz com que muitos não denunciem criando e aumentando a quantidade de abusos. Outro fator negativo é dizerem que o pai ou padrasto abusa da criança é cultural, sendo isso uma grande mentira. (EM Indígena Tengatuí Marangatú).
2. A grande barreira ainda é a língua e falta de informação adequada ou pessoas que possa levar as informações de forma que ele compreender. (EM Indígena Tengatuí Marangatú).
3. O envolvimento dos pais que não ocorre, muitas vezes serem omissos as atitudes dos próprios filhos. A falta de conhecimento social e psicológica da escola em relação as famílias atendidas na escola. (Programa Mais Educação – SEMED).
4. O medo das pessoas que conhecem os fatos mas tem medo de denunciar, por saberem que irão ter “problema” com a justiça a partir do momento que derem andamento a denuncia. (Programa Mais Educação – SEMED).
5. A maior dificuldade que encontramos é o medo que existe em fazer as denúncias por causa das represálias que virão a sofrer. Outros não denunciam por falta de apoio dos próprios familiares, por isso sofrem abuso em silêncio, ficam caladas, a mercê desses abusadores, e acabam se sujeitando a esse tipo de violência. (Programa Mais Educação – SEMED).
6. De como chegar e conversar de maneira adequada com aluno e família. Falta de pessoas da área profissional atuando na escola. (Programa Mais Educação – SEMED).
7. Não passei “ainda” por nenhum caso específico, (passei) mas de violência doméstica sim e levantamos o caso para a diretora, que acionou o conselho e fomos atendidas. (Programa Mais Educação – SEMED).
8. A impunidade ao abusador. (EM Arthur C. M.).

O COMCEX buscou explicação teórica para os posicionamentos supracitados - por que não denunciar a violência ou exploração sexual de crianças ou adolescentes. Conforme Ribeiro et al. (2004, p. 456-457 *apud* COMCEX, 2013i) seria “Devido a fatores como medo, falta de credibilidade no sistema legal e o silêncio cúmplice que envolve as vitimizações sexuais, as mesmas são de difícil notificação”.

Quanto a questão cultural, acerca da violência sexual sofrida pelos(as) indígenas, mencionada em uma das respostas, expressou discordância de o fenômeno ser aceito como natural. Certamente essa questão merece aprofundamento em trabalho específico.

Referindo-se às ações apoiadas em argumentos culturais, Foucault foi precursor da ruptura com a história das mentalidades. Apreendendo a história cultural e a realidade histórica como a realidade mais concreta. No dizer de Chartier (1988) Foucault é referência, opondo a ideia de história tal como era proposta na tradição hegeliana – ‘o trabalho efetivo dos historiadores’, acrescentando:

[...]. A história como construção desenvolve-se de outro modo: procedendo a ‘um uso regulado da descontinuidade, para análise das séries temporais’ [...] sem as remeter todas ‘para o princípio universal que impregna todas as esferas particulares da vida’. (CHARTIER, 1988, p. 74-75, grifo do autor).

Outra resposta destacou a barreira da língua, no caso, a língua indígena e a falta de pessoas capacitadas para repassar informações de maneira compreensível. Nesse aspecto, quando uma cartilha, por exemplo, não está escrita em nosso idioma, quase não tem significado para nós. Da mesma maneira para os indígenas. É importante uma política de valorização das línguas no contexto escolar e fora dele, igualmente se a intenção é trabalhar a prevenção da violência sexual infantojuvenil indígena, a comunicação precisa existir, sem que se entendam os escritos, fica mais difícil trabalhar em ambientes multiculturais.

Levando-se em conta as respostas divulgadas por meio da *Avaliação* (DOURADOS, 2013i) do COMCEX e a descrição de Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), a violência afeta a sociedade como um todo, no entanto, em sua maioria, os fatores apresentados pela falta de denúncia são: a insegurança em denunciar e o sentimento de impunidade. Com esse perfil, a falta de denuncia ou envolvimento com o problema torna-se um grande desafio para o enfrentamento da violência sexual.

O planejamento e capacitação, na sua maioria, auxilia escolas, órgão governamentais e não-governamentais entre outras instituições a projetarem suas ações e agirem de maneira organizada em seus conteúdos.

3.2 Planejamento e capacitação do COMCEX

As *Ata n° 3* e *4* (DOURADOS, 2013c, 2013d, p. 2), descrevem como ocorreu o planejamento para as capacitações do COMCEX nas escolas. Uma das conselheiras membro alertou que primeiramente deveria ser feito um ofício informando sobre o projeto para a Secretaria Municipal de Educação, para que fosse autorizado o acesso as escolas, além de outras providências, tais como impressão de certificados, prevendo carga horária para participantes e capacitadores, todos expedidos pelo CMDCA.

Os participantes dessas reuniões deliberaram serem eles próprios apresentadores do projeto, pois, tratava-se de um projeto piloto, devendo ser endereçado à escola estadual, a qual possui ensino fundamental e médio. Foram ainda adiantados encontros com as estudantes de graduação curso de Serviço Social do UNIGRAN, e do curso de Psicologia da Anhanguera Educacional, as quais informariam sobre a rede de atendimento. Foi ainda indicada a participação nas capacitações do Conselho Tutelar, da Vigilância em Saúde, do Ministério Público e do CREAS.

O Comitê demonstra preocupação social contribuindo com a coletividade, em um processo contínuo de aprendizagem, mudanças de concepções, identificação da violência sexual, atendimento no sentido de saber como proceder ao identificar uma criança ou adolescente que sofreu tal violência e realizando o encaminhamento adequado, no caso, trabalhando, a prevenção primária, secundária e terciária mencionada em outro capítulo, auxilia o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

A primeira capacitação ocorreu na Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso. Na *Ata n° 5* (DOURADOS, 2013e, p. 2) definiu-se que “para a próxima capacitação será organizado um roteiro com a ordem das falas, priorizando os órgãos que atendem tais demandas com este tema inicialmente”.

Ainda que o Comitê tenha vários membros experientes, na *Ata n° 5*, transpareceu uma forma pouco ordenada de ministrar a primeira capacitação do Projeto, por não organizar as apresentações e suas respectivas explicações por meio de roteiro, faltando a princípio, divisão de tarefas, facilitando o transcorrer da capacitação e dando aspecto de sistematização no trabalho. Embora, na primeira capacitação houvesse flexibilidade na disposição das

explanções, não prejudicou o conteúdo apresentado na formação, porque o principal objetivo do Projeto é fortalecer o corpo técnico da escola, prevenindo ocorrência, ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes.

Na *Ata nº 06* (DOURADOS, 2013f, p. 2) ficou registrado que devido a Vara da Infância e da Juventude receber com frequência “[...] casos envolvendo menores do sexo feminino que fazem vídeos íntimos e têm isso divulgado na internet [...] um dos membros sugere que estes temas devem ser trabalhados também nas capacitações”.

Interessante apresentar nas capacitações os casos com exposição na rede de computadores interligados, envolvendo meninas menores de idade, todavia, concentrar-se apenas nas meninas, desconsiderando os meninos como crianças e ainda, por terem pouca visibilidade como possíveis vítimas, provavelmente a atividade ficará incompleta. Nesse contexto Landini (2009, p. 183) explica sobre a preocupação com a violência sexual no final do século XX

[...] houve uma inversão no peso atribuído a cada um desses fatores: a preocupação é muito mais a proteção da ‘criança’ do que da ‘menina’. As análises a respeito do ‘fenômeno da violência sexual’ deixam claro que não só as meninas, mas também os meninos, são vítimas de crimes sexuais.

É notório que a faixa etária das crianças que usam a web está cada vez mais baixa, causando preocupação por conta dos crimes virtuais e, sobretudo, de violência sexual, cuja exposição da criança, sem precauções, a torna vulnerável a essa questão, podendo ter como dimensão um problema maior. Nessa perspectiva, é pertinente a experiência da funcionária da Vara da Infância e da Juventude, também atuando como membro do COMCEX, abordar o papel dos pais e educadores na orientação do uso da internet e seus perigos; e, como denunciar caso se deparem com esse problema.

Nas decisões tomadas pelos membros, percebe-se que pouco a pouco o Comitê foi se organizando e analisando quais temas deveriam ser trabalhados nas próximas capacitações e quem deveria abordá-los, priorizando os órgãos diretamente ligados aos atendimentos de crianças e adolescentes à temática tratada.

Como se pode ver a seguir, pela *Ata nº 7* (DOURADOS, 2013g), a deliberação dos membros demonstra o aprendizado em relação ao processo de organização do grupo de palestrantes, construindo-se na medida em que as reuniões vão avançando.

Na *Ata nº 7* (DOURADOS, 2013g, p. 1), registra-se a deliberação dos membros do COMCEX capacitadores do projeto: “Fica definido que a conselheira tutelar fará uma

apresentação a cerca dos procedimentos realizados pelo Conselho Tutelar”. E, que a enfermeira e professora da UEMS ministrará na capacitação o tema “Identificação da violência e exploração de crianças e adolescentes”.

A fiscal da Vara da Infância e Juventude também ministrará palestra, com o tema “A fiscalização desses casos”. Ainda na *Ata nº 7* (DOURADOS, 2013g, p. 1) a Assistente Social “terá fala referente à rede de atendimento à criança e ao adolescente e o Coordenador fará uma breve apresentação a cerca deste Comitê”. Acadêmicas do curso de Psicologia, da Anhanguera Educacional, e Serviço Social, do UNIGRAN integrarão a comissão de capacitação, a princípio para primeira formação.

A *Ata* supracitada já apresenta um planejamento acerca da estrutura da capacitação na escola, menciona os membros a realizar a formação, com suas respectivas abordagens, sendo diferenciada a formação acadêmica de cada capacitadora, inclusive do coordenador do COMCEX. Nessa perspectiva pode-se pensar que os olhares são múltiplos em relação ao tema tratado.

O Comitê recebeu convite da SEMED para ministrar capacitação aos coordenadores do programa *Mais Educação*, da rede pública municipal. Como metodologia, o Coordenador do COMCEX, na *Ata nº 9* (DOURADOS, 2013h, p. 1), “sugere utilizar o vídeo do Sest/Senat que aborda o tema violência”, apresenta os fatores que desencadeiam essa forma de violência, as consequências e os problemas nas famílias e, principalmente, como evitá-los, com a proposta de multiplicar as informações.

Importante salientar o interesse da SEMED ao enunciado discutido, preparando os profissionais da educação para essas discussões, trabalhando a prevenção contra atitudes de violência; a identificação ou olhar mais sensível a mudança de comportamento do(a) aluno(a); e, saber quais atitudes tomar ao se deparar com situações de violência contra crianças e adolescentes. O desenvolvimento da capacitação expressa à prevenção primária, secundária e terciária.

Considerando que crianças e adolescentes têm seus espaços conquistados, ainda que não respeitados em seus direitos integrais, porém, se em tempos passados eram ignorados pela sociedade, não é o que ocorre hoje. Nesse processo de mudança:

É interessante perceber que o longo tempo vivido e utilizado para aprendizagem das regras e costumes, que posteriormente serão internalizados, não diz respeito apenas à vida adulta. Antes, esse processo também se estende às crianças, levando-nos a pensar que, num processo

longo, estas últimas foram vistas e percebidas como pessoas importantes no processo civilizador. (SARAT, 2009, p. 106).

A família é o grupo primário na socialização de crianças e adolescentes, é referência na constituição do sujeito em sua vida na sociedade, os valores, os costumes e as tradições explicitam como adultos e crianças relacionam-se, criando laços emocionais mais estreitos, de respeito e de segurança. No entanto, a própria família sofreu inúmeras transformações de composição, diferenças econômicas entre os gêneros e até sua ótica em relação à escola, especialmente, desde o início do século XX. A escola passou a ser um dos lugares centrais para educar crianças e adolescentes, assumindo funções antes exclusivas do grupo familiar.

A segunda capacitação do projeto ocorreu na Escola Municipal Arthur Campos Mello, situa-se na periferia da cidade oferecendo os anos iniciais do ensino fundamental.

A capacitação iniciou às dezenove horas, com vinte e oito pessoas, quatro do sexo masculino. O público-alvo era constituído de coordenadoras pedagógicas, professores, merendeiras e bibliotecárias. Nesta capacitação realizou-se a primeira observação da efetiva execução do Projeto.

Chama atenção a pequena quantidade de participantes do sexo masculino, no entanto, pode-se refletir que a educação é território majoritariamente feminino. No sentido contrário, demonstra que os homens também se interessam em lidar com um tema tão complexo, ou ainda, reflexo de comportamento de uma sociedade contemporânea civilizada.

Como ficou indicado, esta capacitação organizou-se a partir das deficiências apontadas na primeira experiência com elaboração de um roteiro. Iniciando, o Coordenador do COMCEX apresentou o projeto *Escola que Protege*, os membros do comitê e os dias marcados para as campanhas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes: 18 de maio (federal), 6 de outubro (estadual) e 29 de junho (municipal). Em cada capacitação, o COMCEX partilha seu conhecimento, escuta as experiências dos participantes e esclarece dúvidas.

Distribuiu mais fichas de inscrição, caso alguém não as tivesse preenchido inicialmente (Anexo E). Nessas fichas solicitavam dados como: nome do participante; nível de escolaridade; nome do órgão/entidade/segmento onde o(a) participante trabalha; tipo de atividade exercida nesse órgão/entidade/segmento (gestor de políticas públicas; profissionais de atendimento em entidades religiosas; órgãos públicos; da comunicação; dentre outras atividades), requerendo outras informações.

Houve distribuição de cartilhas informando o que é o COMCEX, esclarecendo a diferença entre abuso sexual e exploração sexual, qual o perfil da pessoa capaz de abusar sexualmente de criança ou adolescente, orientando sobre as consequências do abuso. As cartilhas são confeccionadas com recursos públicos, escritas de maneira didática para as escolas utilizarem como material pedagógico, disponibilizadas na Casa dos Conselhos.

A Casa dos Conselhos é um espaço para atender Órgãos Colegiados, instituídos no Município de Dourados, por leis específicas que estabelecem sua composição, atribuições e as formas pelas quais suas competências serão exercidas, tendo as ações administrativas regidas pelos seus Regimentos Internos.

Os mencionados Órgãos Colegiados são vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação da política Municipal de Assistência Social ou equivalente que assegura dotação orçamentária para seu funcionamento. Devem ter composição paritária, com 50% de representantes governamentais e 50% de representantes da sociedade civil, seja qual for o número de conselheiros ou a origem das representações.

É imprescindível a paridade dos membros dos Conselhos, para que as decisões/votações da pauta não ocorram de maneira tendenciada, no sentido de garantir a partilha do poder decisório, o qual o governo e a sociedade devem formular, discutir e decidir, de forma compartilhada e corresponsável, as diretrizes para as políticas públicas de promoção e defesa dos direitos. Ilustrando o mencionado, no CMDCA, a participação do governo é representada pela Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social e Fundação de Esporte, como representantes da sociedade civil estão as quatro entidades de atendimento às crianças e aos adolescentes.

A palestra seguinte deu-se com a fala da acadêmica do curso de Psicologia, da Faculdade Anhanguera, informando aos participantes que, o Núcleo de Psicologia da Anhanguera prioriza o atendimento ao setor da educação, às possíveis vítimas de violência sexual encaminhadas pelas escolas. A apresentação intitulada *O Olhar do Psicólogo ao Abuso e a Violência Sexual* diferenciava abuso de exploração sexual, discutindo o equilíbrio entre saúde física, social e psicológica.

Segundo a psicóloga, o abuso sexual pode ser percebido quando a criança expressa, por meio do lúdico (brincar, desenhar ou participar de jogos discursivos) seus sentimentos quando abusada. Já o adolescente expressa seus sentimentos por meio de confidências com pessoas fora do ambiente familiar.

Tal linha de abordagem reforça as indicações do *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 45) de que “As crianças e adolescentes ‘avisam’ de diversas maneiras, quase sempre não verbais, as situações de maus-tratos e abuso sexual”.

Tanto a criança como o adolescente, ao chegar ao nível da confiança, previamente estabeleceu uma relação de confiança, posição expressa pela psicóloga. Os motivos que levavam a população infantojuvenil, meninos (ainda que em número menor) e meninas, ao silêncio em relação aos seus sentimentos de desamparo e sofrimento, Landini (2009, p. 177) argumenta:

Pessoas da família ou próximas dela sabiam o que estava ocorrendo e nada faziam para ajudar, com medo das reações do agressor e da própria desestabilização da família no caso de uma denúncia. Mais do que isso, deixam claro seu desamparo em relação ao sistema de educação, saúde e justiça, nos quais não encontraram abertura para pedir ajuda.

A psicóloga informou também que às vezes, nos consultórios, as crianças são encaminhadas com dificuldades de aprendizagem, porém, por trás disso a causa pode ser o abuso sexual. Mencionou o filme *Preciosa*¹⁹, para auxiliar no entendimento do sentimento das crianças. Apresentou o perfil do abusador, não como regra, porém, os dados apontam dessa maneira: alguém próximo, não exclusivamente de uma classe social, transmite a imagem de ação protetora aos demais e vem de família desestruturada. A característica da atuação do abusador inicia com planejamento, horas, dias, antes de “atacar” o objeto de desejo sexual.

O termo “família desestruturada”, utilizado pela psicóloga, pode também indicar preconceito em relação ao modelo de família, pois a organização familiar transformou-se durante a história, com intervenção da sociedade, da economia e da cultura. As configurações formadas por famílias de casais homossexuais, pais separados, pais ou mães solteiros(as) e apenas de avós (monoparental), que fogem do idealizado pela sociedade, enfrentam as mesmas dificuldades daquelas famílias modelares.

Apontou ainda os efeitos psicológicos e mudanças no comportamento da criança vítima de violência sexual. Complementando falou sobre ação preventiva enfatizando a participação do educador: “O educador consegue identificar a partir do olhar diagnóstico, estabelecendo vínculo de confiança, possibilitando que o aluno se abra e demonstre o que aconteceu”.

¹⁹*Preciosa - Uma História de Esperança*, um filme contando a história de uma adolescente, de 16 anos, que sofreu múltiplas formas de violência, de sua mãe e pai, engravidando duas vezes pela violência sexual sofrida pelo pai. Também foi vítima de *bullying* pelos colegas. O filme tem como diretor Lee Daniels e estreou em 2009.

Todavia, o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 45) alerta para a precaução em identificar uma ocorrência de violência sexual, composta por um conjunto de indicadores sendo “importante ressaltar que a presença isolada de um dos indicadores não é significativa para a interpretação da presença de violência sexual contra crianças e adolescentes”.

A seguir, a capacitação foi realizada por uma enfermeira e docente do curso de Enfermagem da UEMS-Dourados.

Explicou que sua profissão atende todas as formas de violência, apresentou os diversos tipos de violências praticadas contra as crianças e as justificativas dadas pelos(as) agressores(as). Exemplificando com a Síndrome de Münchhausen por Transferência, na qual o(a) agressor(a) se beneficia do mal estar da criança. Uma das práticas seria tirar sangue da criança e dar para ela própria beber. Evidentemente a criança passará mal naquele momento, a mãe pega atestado médico e se abstém do trabalho. Outra violência seria sacudir o bebê, com objetivo também de justificar, entre muitas outras coisas, a ausência ao trabalho. No cérebro existem ligamentos que podem se romper.

Nesse contexto, pode-se compreender a vitimização de crianças e adolescentes tendo diferentes dimensões, atores e conjunturas. Elias (2011, p. 182) afirma que “o padrão de agressividade, seu tom e intensidade, não é hoje exatamente uniforme entre as diferentes nações do Ocidente”. As diferentes formas de violências ocorrem em diferentes espaços e lugares. Cada configuração familiar concebe a violência no modelo que aprendeu, próximas de nós parece muito forte, no entanto, se comparada a de outras sociedades ou mesmo outro grupo contemporâneo, o controle de emoções não se apresenta no mesmo grau.

Trazendo o poder dos pais para discussão, especificamente sobre manter a vida dos filhos, ou ainda, o direito sobre a vida e a morte, Foucault (1988, p. 150) explica que “a partir do momento em que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é o surgimento de sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder”. De qualquer modo, não pode acontecer a dicotomia indivíduo/sociedade permeadas pela cultura e pela aprendizagem, separando vidas interiores e exteriores, no mesmo sentido normas e valores, o poder dos pais fica subordinado as suas próprias emoções, ou seja, regras de sentimentos.

O conflito entre normas e valores fez com que a enfermeira indagasse sobre como perceber situações desse tipo, e afirma ser por meio do discurso, história, escuta, sempre observando comportamento da criança ou responsável, especialmente quando há a demora em

procurar recursos médicos, e a atitude de não deixar a criança e/ou adolescente contar o ocorrido e, por último, realizando o exame físico.

Continuando, a enfermeira relatou o fato de uma criança abusada sexualmente. Após ser abusada pelo pai, para disfarçar as marcas deixadas pela violência, fez com que a criança sentasse em uma bacia com água fervendo, assim, provocaria queimaduras apagando vestígios. Causou queimaduras de terceiro grau, afirmou que: “O mais triste, alguns sites ensinam como abusar sem deixar vestígios”. Complementou alertando sobre a necessidade de se “[...] prestar atenção nas reclamações feitas pelas crianças em relação às dores físicas, podem sinalizar algo”.

Acrescentou em sua fala. “Existem as normativas²⁰ de um país, devem ser cumpridas as leis. Entretanto, existe a cultura, às vezes não podemos invadir a casa das pessoas e ditar regras”. No contexto do assunto abordado, o sentido do termo “ditar regras” está em não podermos impor regras, deliberar modos de viver, modificar a organização ou estrutura familiar, existem instrumentos do Estado para realizar essa função.

Terminada a explicação da enfermeira, foram distribuídas cópias da *Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência* (BRASIL, 2006), elaborada pelo Ministério da Saúde, na qual constam questões como escolaridade da vítima; se está gestante ou não; se ocorreram outras vezes a violência; meio de agressão; tipo de violência; resultando em cinquenta e seis perguntas acrescidas de informações complementares e observações (Anexo F). Essa *Ficha* serve para encaminhamento da criança ou adolescente ao Conselho Tutelar (CT) e ao judiciário para outras providências

A palestra seguinte foi de uma Assistente Social, que orientou sobre onde denunciar violências recebidas. Esclareceu não trabalhar sozinha, mas sim em rede, classificada como Sistema de Garantia de Direitos, a rede é composta pelo: CRAS, CREAS, CT, COMCEX, Disque 100, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Delegacias dentre outras instituições inerentes ao assunto.

O Sistema de Garantia de Direitos supracitado é articulado em três meios, a promoção, o controle e a defesa, representado pelo poder público na esfera federal, estadual e municipal, no entanto, existe um desafio entre os órgãos públicos na operacionalização do sistema, uma vez que os órgãos normalmente trabalham de forma desarticulada.

²⁰As normativas mencionadas pela enfermeira foram: o ECA, a Constituição Federal e o Código Civil.

O *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 44) aponta que: “A fragilidade de políticas públicas na área social é fator crucial para a existência e persistência da violência sexual”. Essa discussão também deverá ser aprofundada em novos trabalhos.

Prosseguindo, a Assistente Social orientou os(as) participantes a prestarem atenção aos desenhos livres das crianças, pois, “[...] elas, as crianças, muitas vezes, utiliza-os como canal de comunicação, expressando-se por eles”. Falou sobre o papel da escola como canal de denúncia: “Os(as) professores(as) sabem como é o comportamento de cada aluno(a), a criança passa muito tempo com os(as) professores(as)”. Ainda esclareceu que “por isso mesmo é imprescindível a comunicação entre os(as) professores(as) e os(as) alunos(as)”. Lembrou a todos(as) sobre o Artigo 18 e o 245 do ECA, sobre a responsabilidade do médico, professor ou responsável por estabelecimento de saúde, ensino fundamental, pré-escola ou creche em denunciar casos de suspeita e confirmação de violências ocorridas contra crianças ou adolescentes (BRASIL, 2012).

Embora esses artigos mencionados do ECA descrevam a responsabilidade de todos em denunciar suspeita ou confirmação de violência contra a criança e o adolescente, nem sempre estão preparados para tal feito, mesmo observando as crianças diariamente ou com frequência. Nesse contexto, preparar os profissionais da educação para lidar com essas situações é uma das intenções do projeto *Escola que Protege*.

Ao final da reunião, pronunciou-se o CT com trocas de experiências e relatos. Comentou rapidamente sobre o fato de abuso sexual sofrido por uma criança, aluna no Centro de Educação Infantil do Município (CEIM). Sua genitália estava inchada e o comportamento da criança temendo a presença da figura masculina. Discutiu os conceitos errôneos que a sociedade tem a respeito do CT, por exemplo, sendo órgão de repreensão, punição, referência de ameaça, fiscal de bares, boates, motéis e outros lugares, onde possivelmente menores de idade frequentariam. No entanto, essa atribuição é do Juizado da Infância e da Juventude, salvo quando o juiz determina a presença do CT juntamente às vistorias nos lugares já citados acima.

A função do conselheiro tutelar é permeada pelo atendimento às ocorrências que evidenciem negligência, discriminação, exploração, violência contra as crianças e os adolescentes e garantir o lugar social da criança e do adolescente na história da sociedade brasileira na contemporaneidade.

A questão está no processo de entendimento “para que veio” o CT, tanto da sociedade como dos próprios conselheiros. Anterior à promulgação do ECA, os juízes de

menores, autorizados a exercer arbitrariamente suas funções, eram regidos pelo revogado *Código de Menores*²¹ (BRASIL, 1979). Vejamos em linhas gerais como evoluiu no Brasil a relação entre crianças e adolescentes.

No século XVIII, as crianças abandonadas preocupavam as autoridades, os fatores causadores dos abandonos eram a estrutura econômica como as questões morais. Devido ao alto índice de mortalidade e dificuldade em conseguir família para criá-las, inúmeras instituições acabaram por adotar a Roda dos Excluídos. A Roda tratava-se de um cilindro giratório de madeira, dando acesso à parte interna e externa da Santa Casa, preservando a identidade do depositante. Crianças depositadas nas Rodas ficavam até 8 ou 9 anos e eram encaminhadas para fazendas para prestar algum tipo de serviço, recebendo um depósito em dinheiro em caderneta pelo serviço prestado. Podiam também ser encaminhadas ao Arsenal da Marinha, executando trabalho nas embarcações. O Rio de Janeiro, assumindo a sede do governo, se transformou em uma cidade com muitos problemas. Crianças e adolescentes²² pobre praticando ou não “crimes”, quando apanhadas na rua, pelos policiais, eram recolhidas e deixadas nas “Casas de Correção”, mesmo local dos adultos. Posteriormente foi criado Instituto de Menores, considerando a maioria aos 21 anos. No Brasil republica, médicos e juristas passaram a exigir do Estado melhor atendimento às crianças no sentido da higienização, modificando os hábitos da população. Outra questão foi a criação de uma lei e de juiz específico ao atendimento dos menores. Essa luta durou muito tempo, até início do século XX.

Iniciando o século XX, especificamente no ano 1923, aparentemente as crianças começam a receber assistência e proteção das autoridades competentes, quando criado o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. Em 1927 foi promulgado o primeiro documento legal para população menor de 18 anos, chamado de *Código de Menores*, endereçado apenas às crianças e adolescentes tidas como estando em "situação irregular" (carente, abandonado ou delinquente).

O *Código de Menores* de 1979 (BRASIL, 1979) revisou o Código de 1927, no entanto, permanecia sua linha assistencialista, com repressão e arbitrariedade junto à população infantojuvenil. Costa (1993) comenta a necessidade de introduzir compromissos públicos na

²¹No Código de Menores (BRASIL, 1979), crianças e adolescentes não eram considerados pessoas dotadas de direitos e respeito. A nomenclatura criança e adolescente surgiu com o ECA, anteriormente a ele denominava-se menor de idade.

²²Utiliza-se a nomenclatura criança e adolescente para comparar-se aos termos utilizados ao Estatuto da Criança e do Adolescente, embora na época fossem tratados como menores.

nova *Carta Constitucional* (*Constituição Brasileira de 1988*), referente à causa dos direitos da infância e juventude, antes das eleições parlamentares constituintes, tornando-se necessário levar os candidatos a assumir tal posição. Pouco mais de 18 meses, concretizando-se o artigo 227, introduzindo enfoque próprio da Doutrina de Proteção Integral.

Em 1990, com a promulgação do ECA (BRASIL, 2012), alterou-se a intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e adolescentes. Gradativamente, o espaço da criança e do adolescente foi conquistado e respeitado no seu tempo histórico.

Dada a existência de resquícios das funções do Juizado de Menores, o CT é mal interpretado, inclusive havendo diversos entendimentos sobre sua atuação. Como exemplo destes equívocos, podemos mencionar que ali realizava-se até casamento de menores de idade. O CT (órgão colegiado eleito) integra definitivamente a estrutura municipal e sua função não é aplicar sanção punitiva, conforme estabelece o ECA/1990 (BRASIL, 2012), ele é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, inclusive fiscalizar as entidades de atendimento, visando apurar irregularidades eventualmente ocorridas nestas entidades.

A conselheira destacou algumas das atribuições do CT específicas à educação: acompanhar a evasão escolar, quantitativo de faltas de acordo com o Regimento Escolar, reiteradas repetências (podendo ocorrer por dificuldade de aprendizagem ou como permanência na escola para vendas de drogas) e desvio de conduta (criança menor de doze anos cometendo “ato infracional”).

A discussão das atribuições do CT está disposta no ECA/1990, em seu Artigo 13º e 56º (BRASIL, 2012), sendo dever das instituições de saúde e estabelecimentos de ensino notificar ao Conselho Tutelar sobre suspeita ou confirmação de maus tratos à criança ou ao adolescente. Especificamente no caso da escola, sua obrigatoriedade em comunicar CT as reiteradas faltas injustificadas e de evasão escolar, após esgotados os recursos escolares e, por fim, elevados níveis de repetência.

Cada instituição dispõe de estratégias discursivas para trabalhar sobre assuntos de seu domínio. Em cada período histórico, os governantes atribuíam a uma instituição, a obrigação de assegurar informações e conhecimento à população. Foucault (1988, p. 36-37) comenta que:

Inicialmente, a medicina, por intermédio das ‘doenças dos nervos’; em seguida, a psiquiatria, quando começa a procurar – do lado da ‘extravagância’, [...] também a justiça penal, que por muito tempo ocupou-se

da sexualidade [...] enfim, todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo – tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte [...] em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele.

No sentido de exemplificar as diferenças culturais e as diferenças de percepção da educação familiar e escolar, a distinção social, recorrentemente, o que nos dois séculos anteriores era visto como algo natural, por exemplo, praticar alguns atos violentos ou dividir o espaço de dormir dos pais com os filhos, hoje, por algumas famílias, com poder aquisitivo mais elevado, tornou-se fonte de embaraço. Como Gebara (2014, p. 3) discute:

Coloca-se então a questão da percepção da violência e, como tal, a compreensão de um fenômeno de relação entre gerações e de processo histórico mais amplo. Uma família, relegada a viver em um único cômodo, tem comportamentos em relação à privacidade que não se identificam com os comportamentos e valores de famílias que têm espaços individualizados.

Exemplificando essa questão na atualidade, a Coordenadora Pedagógica da escola, onde ocorria a palestra, mencionou a constante frequência com que as mães dos alunos trocam de parceiros e acrescentou: “Pelo pouco espaço nas casas, os filhos observam todo o ato sexual e depois querem reproduzir tal realidade, muitas vezes não veem relação sexual como errada. Os meninos (crianças) querem praticar relação sexual com as meninas dentro do banheiro da escola”. Sugeriu ao COMCEX elaborar atividades para serem desenvolvidas com as crianças, no intuito de despertar a atenção caso uma ou algumas delas já tenham sido molestadas pelo pai, padrasto ou outrem, reconhecendo o que aconteceu naquele ato.

Os novos arranjos familiares desencadeiam nas crianças e adolescentes sentimentos de naturalização em relação ao envolvimento amoroso, o qual poderá alternar-se sem nenhum constrangimento.

Provavelmente, certas explicações funcionem, no entanto, como acreditava Foucault, não são verdades absolutas. No século XVIII, não poder falar sobre o sexo era uma proibição hipócrita, havendo dispersão dos focos de discurso sobre o sexo, que antes eram restritos à Igreja, assim a medicina, a psiquiatria, a justiça penal, todos esses controles sociais também passam a se preocupar com o sexo. O futuro, a situação econômica e a taxa de natalidade da sociedade eram relacionados com a maneira como as pessoas lidavam com o seu sexo, desta maneira a sexualidade moderna começa a ser socialmente construída.

Embora o sexo esteja em pauta em vários veículos de comunicação, a dificuldade e vergonha, ainda hoje, de falar sobre o assunto é grande. Como já mencionado, há muitos

séculos, os assuntos ligados ao sexo e à sexualidade, como relação sexual, prazer, órgãos genitais, masturbação eram considerados coisa suja, proibida, vergonhosa e pecaminosa, formas de pensar repassadas de gerações a gerações. Expressando a preocupação em dialogar sobre a sexualidade na escola ou em campanhas o *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 32) descreve a sexualidade ainda

[...] como tabu, por isso mesmo, as campanhas de educação para saúde sexual devem ser estrategicamente preparadas antes de serem implementadas. É preciso, no mínimo, compreender, a sexualidade infanto-juvenil para se entender o significado da violência sexual e elaborar estratégias para seu enfrentamento.

De acordo com o *Guia* (BRASIL, 2004b), para evitar equívocos na maneira de lidar com a sexualidade da criança e do adolescente, conhecer e compreender as características de cada fase, além da importância em respeitar as diferentes formas de expressão da sexualidade de cada indivíduo, as ações devem estar estrategicamente planejadas antes de serem implementadas. Nesta perspectiva é importante tratar mais profundamente das questões pertinentes ou percepções de violência e violência sexual.

3.3 Atores sociais: concepções sobre violência e violência sexual

Com finalidade de analisar as diferentes percepções de violência, foram endereçados ao promotor de justiça, assistente social “A”, sociólogo, assistente social “B”, professor de geografia, conselheira tutelar e escritã do judiciário, cinco perguntas: 1) Você poderia descrever sua concepção de violência e violência sexual? 2) Por que você acha que a família, às vezes, enxerga determinado ato como não violência? 3) Você poderia dar algum exemplo do que antes não era considerado violência e hoje se vê como violência? 4) Você tem alguma sugestão para prevenir ou amenizar a violência que ocorre em uma cidade? 5) Você pensa ser uma violência quando há envolvimento sexual entre uma menina ou um menino de 13 anos com um adulto? Uma vez que seja consentido? Dessas privilegiamos a análise das respostas sobre violência e violência sexual.

O Promotor Estadual de Justiça da Infância e da Juventude e a Assistente Social “A”, foram escolhidos para participar da pesquisa por exercerem a função de atendimento à criança e ao adolescente. A atribuição do Promotor de Justiça é promover a defesa dos direitos fundamentais no âmbito individual ou coletivo de todas as crianças ou adolescentes, como,

por exemplo, vida, saúde, educação, convivência familiar, entre outros direitos, assim como, propor ações de obtenção de vagas em creche, pré-escola, ensino fundamental, adotando diversas providências.

Em relação à Assistente Social “A”, sua atuação é no atendimento advindo de denúncias ou demandas espontâneas, inclusive encaminhamento realizado pelo Promotor de Justiça, exercendo sua ocupação no CREAS junto às vítimas de abuso, exploração sexual, comercial e negligência (crianças e adolescentes). Voltada para os indivíduos e famílias que possuíram seus direitos violados outros suportes são realizados.

Quanto aos membros do COMCEX, o critério utilizado foi escolhê-los por atuarem a mais tempo no Comitê, sendo a instância municipal desta temática, sua missão é formular as estratégias de enfrentamento à violência sexual, de defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, de acordo com as diretrizes internacionais, nacionais e estaduais.

Será utilizada denominação Assistente Social “A” e Assistente Social “B” tendo as entrevistadas a mesma formação, nesse sentido serão diferenciadas pelas letras “A” e “B”.

As discussões das entrevistas estão pautadas na formulação de conceitos e de representações coletivas. Segundo Chartier (1988), os conceitos de representação e prática estão intimamente ligados, sendo a representação a maneira de ver as coisas, a percepção de mundo por interesse de alguém, utilizada como estratégia, são estabelecidas conforme critérios pessoais calcados na cultura do grupo e, a prática como os modos de fazer as coisas, no entanto, alerta: “as representações do mundo social assim construídas, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Chartier (1988) elaboraria a ideia de representações sociais à internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, objetivando as vontades individuais.

Para Foucault (1988, p. 103) o poder “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”, nesse contexto, o poder é uma situação.

Nessa perspectiva, segundo o Promotor de Justiça (ENTREVISTA, 2013d, p. 1) a violência, “é uma ação que, com consciência e vontade, causa dano ou dor dirigida a outro ser

humano ou ser vivo. É um comportamento que atinge a integridade física ou moral de outra pessoa”.

Nas palavras do Promotor de Justiça, com percepção coletiva, o comportamento violento é manifestado diferentemente em cada indivíduo, sua atitude consciente e determinada age de maneira planejada e distante da autorregulação, independente da aplicabilidade ao ser humano ou outro ser vivo, atitudes inaceitáveis a quem a recebe (ENTREVISTA, 2013d). Dessa forma, pode-se pensar que dependendo das condições, o ser humano age violentamente, com maior ou menor intensidade, consciente ou por impulso, causando sentimentos ou sensações desagradáveis, por dano ou dor. Quando se fala de violência, não a reduz apenas a parte física, mas diz respeito também, à integridade moral, com intuito de diminuir sua vítima.

A percepção de violência é alterada conforme cada momento histórico e nem sempre refletindo dados reais. Retomando a alteração de significado das palavras em diferentes momentos históricos, um dos primeiros dicionários em língua portuguesa com larga circulação no Brasil, foi o *Diccionario Prático Illustrado* (1910 apud Gebara, 2014, p. 3, grifo nosso), que assim explicita:

Violência: s.f. (lat. violentia). Estado daquillo que é violento: a violência do vento, das paixões. Força, de que se faz uso contra o direito, contra a lei: empregar a violência. Jur. Constrangimento exercido sobre alguma pessoa, para a obrigar a fazer ou deixar de fazer um acto qualquer; coação. ANTON. **Doçura**. Cem anos depois, o célebre Aurélio (2010) provavelmente o mais popular dicionário brasileiro, assim define: ‘**Violência**. S. f. **1.** Qualidade de violento. **2.** Ato violento. **3.** Ato de violentar. **4.** Jur. Constrangimento físico ou moral; uso da força; coação’.

Em 1910, a compreensão do que era violência perpassava às questões do ambiente, podendo, por exemplo, ser o vento e não o homem o agressor. No século XXI, a referência é o ato ou mesmo o manifesto da violência. No campo jurídico, o entendimento de violência pouco se modifica nos últimos cem anos: coação e constrangimento. Fora da referência jurídica o termo violência tem sempre uma carga de subjetividade, tendo diferentes interpretações.

A Assistente Social “A” (ENTREVISTA, 2013a, p. 1) deu a seguinte resposta sobre violência: “violência para nós, que somos trabalhadores do sistema de assistência social. [...] é um ato. É um ato de situações de ações e reações. [...] Até a autonegligência é um processo de violência”.

Para Assistente Social “A”, sua concepção de violência parece ter sido compreendida pela ótica da sua formação, sendo gerada por um ato decorrente de uma situação, ainda que a percepção de violência possa ser de apenas uma das pessoas envolvidas (ENTREVISTA, 2013a). Para ficar mais claro, quando temos uma criança, com apenas oito anos e um adulto, certamente o adulto tem a percepção de violência, porém, a criança, pode não perceber o ato como violento por diversos motivos, como falta de informação, naturalização de comportamento, modelo de vida.

Outra possibilidade é existente na própria pessoa, quando se caracteriza o autoabandono ou até desleixo consigo mesmo, porém, podendo ocorrer de forma intencional. O indivíduo incorpora determinados comportamentos dependendo do tempo histórico, da cultura, do período, da visão que tem do próprio corpo.

Dando continuidade às entrevistas, buscou-se uma possível correlação com outras concepções, neste caso, com os membros do COMCEX envolvidos com as capacitações desenvolvidas nas escolas.

O critério de escolha dos entrevistados foi o mesmo utilizado na aplicação do questionário, ou seja, membros atuantes há mais tempo no Comitê. Empregou-se o roteiro de entrevista semiestruturada, anexado ao final desta Dissertação, no intuito de possivelmente ampliar a compreensão acerca das concepções referente à violência sexual infantojuvenil.

Pedi-se ao Sociólogo, membro do COMCEX (QUESTIONÁRIO, 2014d, p. 1) se poderia descrever sua concepção de violência e violência sexual. Salientou que a violência pode ser definida como: “Toda violação dos direitos integrais de crianças e adolescentes, da agressão verbal e psicológica à física (spancamentos) e à sexual”.

Violência para o Sociólogo é a ação física, psicológica, sexual, negligência, abandono, tudo se resume ao ato não desejado, ou ainda, na não efetivação dos direitos fundamentais infantojuvenil, garantindo seu desenvolvimento saudável, o qual passa a ser dever da família, da sociedade e do Estado. O seu não cumprimento sugere a ideia de limitação do controle dos abusos do próprio Estado e de suas autoridades constituídas.

O sujeito Sociólogo (QUESTIONÁRIO, 2014d, p. 1) acrescenta em sua concepção de violência: “Deixar a criança ou adolescente fora do ambiente escolar; com instabilidade familiar; desamparo, abandono são formas de violência e precisam ser denunciadas e interrompidas”. Frente à complexidade das múltiplas violências envolvidas no abuso sexual, na perspectiva do entendimento da violência sexual envolve outros controles emocionais, sua

identificação constitui tarefa complexa dada suas peculiaridades em vários aspectos: sociais, morais, históricos, econômicos, psicológicos, religiosos e culturais.

Quando o entrevistado refere-se à criança e ao adolescente fora do ambiente escolar afirma que isto é crime, e o crime de abandono intelectual de crianças e adolescentes, diz respeito à omissão ao acesso à educação de base como instrução fundamental. Nesse caso, a missão do Estado é disponibilizar e incentivar o ensino e a dos pais é coordenar educação dos filhos menores. Certamente, quando o entrevistado também se refere à instabilidade familiar aborda de forma mais ampla diversas violências: negligência, abandono e violência sexual, as quais não podem ser mantidas na “conspiração do silêncio”.

Elias (2011, p.182) afirma que a estrutura do ser humano ainda é obscura em diversos aspectos, porém, complementando-se:

Podemos dar a instintos particulares diferentes nomes, de acordo com suas diferentes orientações e funções [...] falar de desejos sexuais e de impulsos agressivos, mas, na vida, esses vários instintos não podem ser mais separados do que o coração do estômago, ou o sangue no cérebro do sangue nos órgãos genitais [...] mas não há dúvida que sua forma socialmente impressa é de importância decisiva para o funcionamento tanto da sociedade como dos indivíduos que a compõem.

Na concepção do Sociólogo entrevistado, para muitas pessoas, a violência praticamente é definida quando se mata alguém, outros gestos, mesmo que brutalizados são vistos como corriqueiros. Com alguma frequência na violência sexual, os agressores se veem na posição de vítima uma vez que foram seduzidos, ou mesmo estão fazendo algo comum e aceitável, sem o uso da força física.

A pergunta foi repetida à Assistente Social “B” (QUESTIONÁRIO, 2014a, p. 1), sobre sua concepção de violência. A entrevistada destaca que “Violência é quando se usa de força para agredir a integridade física ou psicológica do outro”.

A Assistente Social “B” foi sucinta em responder, no entanto, não diferenciando-se dos outros entrevistados; compreende a violência sendo física ou psicológica, ambas associadas ou complementares com intenção de ferir, no caso mantendo o termo agredir. Por esse ângulo, a balança do poder tende a enfraquecer a posição criança e/ou ao adolescente, os quais dependem dos adultos para ter, proteção, atenção, carinho, bens materiais, alimentação, moradia, dentre outros fatores necessários a sua vivência.

Compartilhando outras concepções, a Conselheira Tutelar (QUESTIONÁRIO, 2014b, p. 1) também foi indagada sobre sua concepção de violência, respondendo da seguinte maneira: “Violência é qualquer tipo de agressão: física, psicológica, sexual entre outras”.

Assim como outros entrevistados a Conselheira Tutelar tem a percepção de violência como física, psicológica, sexual, dentre outras, provavelmente, limitou-se a ampliar sua resposta, por compreender o fenômeno da violência como multifacetado, no momento que concebe a violência como qualquer tipo de agressão. Questões transversais implicam na violência acumulativa, como violência da segregação econômica, da desagregação familiar ou da segregação escolar.

Ao longo dos séculos, a sociedade foi pressionada a domesticar seus impulsos de agressividade, resolvendo seus conflitos de forma não violenta. Wouters (2009, p. 101) explica que: “A domesticação da agressividade coincidiu com o aumento da sensibilidade ao sofrimento, ou seja, no escopo da identificação mútua”. A domesticação da agressividade, tornando-se precedente à consciência, fez com que a sociedade entendesse as atitudes violentas como degradantes, ampliando o respeito mútuo entre os indivíduos, cultivando a autorregulação.

Outro membro do COMCEX, o Professor de Geografia (QUESTIONÁRIO, 2014c, p. 1), contribuiu com a pesquisa descrevendo sua concepção de violência. Nas palavras do entrevistado “Violência é qualquer tipo de ato praticado por uma pessoa sobre outra que a atinja moral, física ou emocionalmente”.

Nas palavras do professor de geografia, ocorreu uniformidade da percepção em comparação aos outros entrevistados, retratando não apenas violência física, mas moral e emocional, compreendendo a violência com diferentes dimensões e formas, praticada por uma pessoa sobre a outra de maneira hierarquizada, tanto na esfera pública quanto privada. A vida em sociedade nos solicita a capacidade de governar nossas emoções, boas ou más, o que nos distingue dos outros animais.

Ao conduzir a entrevista em forma de diálogo, vejamos a resposta da escritã do judiciário quando perguntada sobre sua concepção de violência:

Violência na minha concepção é tudo aquilo que emprega força física ou psicológica, todo sofrimento físico, psicológico, seja um assalto, ou seja, um sofrimento de força física, ele atrapalha bastante. No ponto de vista, tudo isso que envolve a força física ou psicológica é violência, que não seja com o consentimento da pessoa. (ENTREVISTA, 2014, p. 1).

Nas palavras da entrevistada, violência está associada à força física e pressão psicológica, levando ao sofrimento. No entanto, não é consenso que violência seja sinônimo de força física, podendo caracterizar-se como variável, por ter possibilidade em realizar diversas maneiras de práticas violentas exigindo esse atributo. Acrescentando outra variável, o assalto também representa a violência, trazendo sérios prejuízos nas esferas do desenvolvimento e da saúde psicológica. Certamente a escritora do judiciário percebe a violência como fenômeno interiorizado afetando e interferindo o convívio social, saúde psicológica e qualidade de vida.

Para Elias (2011, p. 182) “[...] só poderemos falar em ‘pulsão agressiva’ se permanecermos conscientes de que ela se refere a uma função pulsional particular dentro da totalidade de um organismo, e de que mudanças nessa função indicam mudanças na estrutura da personalidade como um todo”.

A narrativa da entrevista nos mostra possíveis mudanças de concepções, no entanto, as atitudes muitas vezes nos parecem as mesmas. Nesse sentido, Burkit (2009, p. 192) exemplifica com a questão da agressão

Uma emoção que nasce inicialmente dentro das pessoas, de um profundo lugar do inconsciente e de acordo com seus próprios mecanismos, embora seja produzida nas relações das quais a pessoa agressiva faz parte. [...]. Não obstante a agressividade vem das inter-relações, não se originam no interior das pessoas.

Os relacionamentos entre pessoas são sociais e culturais, com suas especificidades derivadas do lugar e do momento, e é nesse contexto que algumas ações podem ser entendidas como agressivas.

Transpondo as noções do acontecimento e ampliando o significado da construção de séries documentais, Chartier (1988, p. 79) enfatiza as diferenças entre Elias e Foucault em relação ao “pensamento da duração, onde as formas sociais e psicológicas deslizam de uma para outra numa continuidade longa [...] e um pensamento de descontinuidade, que considera essenciais as rupturas entre as diferentes formas sociais ou discursivas”. No entanto, Elias e Foucault convergem revolucionando o campo da disciplina histórica “ao obrigar esta disciplina a pensar de outra forma os seus objetos ou os seus conceitos”, possibilitando uma nova forma de perceber os conceitos e os objetos da história.

A esse respeito, reconhecer os automatismos herdados, questões imutáveis ou conceitos genéricos, requer esforço na estrutura psicológica e social do indivíduo/historiador,

a qual advém de ideologias e de discursos envoltos de verdades. Parafraseando Chartier (1988), para Foucault não existe o real, tratam-se de discursos históricos, produzidos pelos homens, e conseqüentemente, construídos culturalmente, tendo como princípio a impossibilidade da pesquisa da realidade em si, porque o historiador tem acesso aos vestígios do passado produzidos pelos homens contemporâneos, como resultado não assimilando a realidade, mas sim as representações culturais que os homens engendraram e pactuaram sobre si mesmos.

Nos escritos de Foucault sobre os discursos construídos culturalmente, certamente a descrição da violência sexual como prática erótica imposta às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade, são releituras de análise sociais. Da mesma forma os aportes teóricos desta pesquisa descrevem ser a violência sexual todo ato contra a vontade da outra pessoa, mesmo que seja por meio da sedução. A temática embora bastante discutida, ainda é um processo que está ganhando visibilidade nos trabalhos científicos e técnicos e na sociedade. No entanto, ao perguntar sobre violência sexual, basicamente as respostas direcionam-se automaticamente, quase se pronunciando como réplica.

Quanto à concepção de violência sexual o Promotor de Justiça (ENTREVISTA, 2013d, p. 1) aponta que:

A violência sexual é um comportamento abusivo contra uma pessoa, seja criança, adolescente ou adulto, que destoa da normalidade, atingindo e ofendendo a honra e os costumes, violando a sexualidade e a intimidade do ser humano, independente de sexo ou opção sexual. Pode ser derivada de coação ou intimidação e também pelo uso da força física, porém, no mais das vezes a violência não física é a que mais dói. A violência sexual contra o menor, parte de adultos e adolescentes contra crianças ou de adultos contra adolescentes nas situações já mencionadas.

No que tange à violência sexual em sua opinião, trata-se de algo indesejável, é uma prática que foge da normalidade, permeada pela relação de poder, do dominar por motivos diversos ao dominado (indefeso), seja criança, adolescente ou adulto. Muitas são as implicações envolvendo o fenômeno da violência sexual, seja ofendendo a honra e os costumes, segundo o Promotor de Justiça (ENTREVISTA, 2013d), ou violando a sexualidade de qualquer indivíduo, esse tipo de agressão provavelmente tem a intenção de denegrir a imagem da vítima com prevalência da violência psicológica ou emocional. Vale indicar que, embora muito bem fundamentada e apoiada em conhecimento prático de inúmeros casos, a opinião do Promotor de Justiça, ao afirmar que a violência sexual é um comportamento ‘que

destoa da normalidade’, interpõem um argumento de difícil apreensão, pois caberia questionar de que normalidade estamos falando?

Embora a violência seja uma relação de poder, muitas vezes o poder não está relacionado à violência física, mas sim em coerção, chantagem, violência psicológica, sedução e capacidade de convencimento. Referente à ofensa da honra e os costumes, especialmente em sociedades com comportamentos machistas, a violência poderia ser entendida pela incorporação de estereótipos, preconceitos e discriminações, envolvendo orientação sexual, gênero, valores e gerações.

Burkit (2009, p. 192) tendo concepção semelhante a Elias (2009) compartilha da ideia de que as emoções básicas são culturalmente elaboradas, as quais mencionadas acima resumem-se a abordagem relacional da seguinte maneira:

O discurso emocional ganha sentido não por causa de seu relacionamento com o mundo interior (de experiência, disposição ou biologia), mas pela maneira como ele se comporta em padrões de relacionamentos cultural. As comunidades produzem modos de relações convencionais; padrões de ações no interior destes relacionamentos sempre recebem rótulos.

Essa manifestação emocional trata dos impulsos muitas vezes de autoafirmação, algo cultural do machismo, sendo quem manda é quem tem o poder econômico, da palavra ou da força física. No entanto, quando “controlados” os impulsos, as inúmeras regras e proibições, transformam-se em autolimitações, aparentando “refinamento” ou “comportamento civilizado” como em todas outras formas de prazer.

O prazer tem muitas faces, se o ser humano é suscetível ao controle dos impulsos, denominando dessa forma de processo civilizador, na contramão, também se pode dizer que o autocontrole não ocorre de maneira homogênea, como uma espécie de automatismo. A partir desses elementos, reflete-se sobre a prática da violência sexual infantojuvenil, discussão relativamente recente.

Quanto à violência sexual a Assistente Social “A” assim se expressou:

As pessoas acreditam que a violência sexual é só quando há o ato sexual em si. Homem, mulher, né, sexualmente, na penetração. E, não é assim, a violência sexual é o toque, passar a mão, já é caracterizado uma violência sexual, porque você está desrespeitando esse físico dessa pessoa, o físico não é violência física em si, porque violência física tem que deixar as marcas, mas o acariciar, é o passar próximo, é o pegar, esse gesto faz criar esse processo da violência sexual. [...] Ela não é apenas só o ato em si sexual, mas o tocar, o se aproximar, o convidar, o trocar, né. Olha, você faz isso que eu te dou isso. (ENTREVISTA, 2013a, p. 10).

A questão da violência sexual tratada pela entrevistada vai além da penetração indesejada, pois o tocar na pessoa sem que ela pretenda é considerado um abuso. A proposição da troca de algo que a pessoa deseje pela relação sexual também caracteriza uma violência. O aspecto da violência sexual é mencionado sempre que não há consentimento de nenhum ato relacionado com a sexualidade de uma pessoa. No momento que um comportamento implica alguma ação de aproximação não consentida, entende-se como violência. A entrevistada menciona de forma diversa violência sexual de violência física e esta, necessariamente, deixa marcas no corpo, ao passo que a violência sexual caracteriza-se com ou sem contato físico (assédio sexual, abuso sexual verbal, exibicionismo, voyeurismo, pornografia).

O entrelaçamento complexo de dois atos contrários sem que envolva contato físico como o exibicionismo é entendido como exposição dos órgãos genitais ou de masturbação diante da criança ou do adolescente. Referindo-se ao voyeurismo é o ato de observar pessoas sem interação como o objeto de desejo, trazendo-lhe satisfação, geralmente ocorre sem o consentimento da pessoa observada.

No *Guia Escolar* (BRASIL, 2004b, p. 38, grifo do autor), descreve as outras formas de violência sexual, sem contato físico, da seguinte maneira:

O **assédio sexual** caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor da agressão. O **abuso sexual** verbal pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los. A **pornografia**. Essa forma de abuso pode também ser enquadrada como exploração sexual comercial, uma vez que, na maioria dos casos, o objetivo da exposição da criança ou do adolescente é a obtenção de lucro financeiro.

Não é estranho ao ser humano desejar o outro ou alguma coisa, nesse caso pode-se entender que o indivíduo tenha comportamento inato e aprendido, inato por não controlar aos instintos e o aprendido seria a autorregulação das suas ações.

No que tange as emoções, Elias (2011, p. 182) aponta que “a estrutura emocional do homem é um todo”. Essa estrutura é composta por diferentes instintos interligados com todos os órgãos do corpo (coração, estômago, cérebro, órgãos genitais) [...]. “Eles formam uma espécie de circuito no ser humano, um sistema parcial dentro do sistema total do organismo”. Por exemplo, na sexualidade, sua constituição é dual, sendo a junção do inato e do aprendido, uma construção cultural frente ao convívio social, compondo-se no mesmo organismo uma particularidade e uma totalidade, no caso em questão, a sexualidade é confinada e reprimida por regras, proibições, vergonha, transformando-se gradualmente em autocontrole.

É característico do “homem civilizado” ampliar seu limiar de autocontrole, ainda que por meio de proibições socialmente construídas. Pelo menos em nosso país, temos o costume de tocar no que desejamos, quase uma necessidade de ver com as mãos. Elias (2011, p.192) descreve sobre o texto de La Salle (1774, p. 23), *Civilité*: “Crianças gostam de tocar em roupas e em outras coisas que lhes agradam as mãos. Esta ânsia deve ser corrigida e devem ser ensinadas a tocar o que veem apenas com os olhos”. Hoje, tocamos naquilo que desejamos, amamos ou odiamos.

Segundo o comentário da Assistente Social “A”, a violência sexual está também relacionada com o toque (ENTREVISTA, 2013a). É uma questão interessante a colocação a respeito do toque, pois ele pode ser malicioso, mas também pode ser afetivo; é seguramente um terreno onde precisaríamos mais observação empírica para avançar na análise. Da mesma forma, outro órgão dos sentidos assume importância e em determinados momentos é caracterizado como criminoso: os olhos. Para Elias (2011, p.192) “o olho se torna um mediador do prazer precisamente porque a satisfação direta do desejo pelo prazer foi circunscrita por grande número de barreiras e proibições”.

Um *voyeur* consegue obter prazer sexual através da observação de pessoas, possivelmente poderia ser comparado com o telespectador da luta de boxe ou de touradas, esses prazeres visuais não deixam de ser uma forma de impulso emocional, ambos protagonistas buscam a satisfação pessoal.

Sobre a violência sexual a Assistente Social “B” (QUESTIONÁRIO, 2014a, p. 1) entende como: “todo ato praticado com a intenção de estimular sexualmente a criança e/ou adolescente”.

Resume sua concepção, afirmando serem atos generalizados, praticados com intenção de estimular sexualmente crianças e adolescentes, sem explicitar atos libidinosos ou conjunção carnal. Provavelmente o termo intenção está com o propósito de algo planejado, provocando excitação, desconsiderando desejo, vontade ou pensamento da vítima. No entanto, a entrevistada não explicita qual o sexo ou idade da pessoa detentora de poder no momento do ato.

Landini (2009, p. 183) afirma que iniciando o século XX “havia uma sensibilidade em relação aos crimes sexuais, em função tanto de uma desigualdade de poderes entre os sexos quanto entre as gerações”. No final do século XX, o ECA (BRASIL, 2012) explicita a preocupação da violência sexual não ser apenas com meninas, pois também meninos são violentados sexualmente, mas uma preocupação com crianças e adolescentes.

Landini (2009, p. 184) menciona sobre a virada do século XIX para o XX, quando “a atenção estava voltada para os traços físicos da virgindade – é a época da himenolatria²³”. A virgindade era considerada questão de honra, e em sendo questão de honra “a atenção estava mais voltada para virgindade moral e a mulher poderia ser considerada poluída se tivesse tido qualquer contato sexual, mesmo sem o rompimento do hímen”. A discussão da moralidade sobre a mulher deflorada, como desvalorização moral, engendrada pela sociedade da época, pode ser pensada atualmente, como uma forma de violência psicológica.

Perguntado à Conselheira Tutelar (QUESTIONÁRIO, 2014b, p. 1) sobre violência sexual, expressou que pode “acontecer através de palavras, de toque, de assédio, de penetração sem consentimento da outra parte ou contra indefesos”.

Para a Conselheira Tutelar a violência sexual ocorre de diversas formas, não apenas por meio da penetração, como geralmente acontece, mas pelo toque, palavras, podendo ser por meio de telefonemas obscenos ou pessoalmente, caracterizando também uma modalidade de abuso sexual verbal. No seu entendimento qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal da vítima é uma violência; o fato do agressor obrigar a vítima a realizar alguns de seus desejos com terceiros sem seu consentimento considera-se também violência sexual.

O Professor de Geografia (QUESTIONÁRIO, 2014c, p. 1) considera que a violência sexual seria “qualquer ato ou tentativa de ato sexual indesejado, executado por uma pessoa sobre outra, contra a vontade de uma das partes”.

Como outro(as) entrevistados(as), a percepção da violência sexual do professor de Geografia remete a questões que implicam relação de poder, com aspiração ou propósito do ato sexual. Comumente, existe a violência de gênero, em que se observam comportamentos de submissão e vulnerabilidade quando o ato é acompanhado de desejo unilateral.

Entende-se desejo unilateral sendo a inclinação para um lado só, cuja criança ou o adolescente é seduzido a realizar o ato sexual, nesse caso, algumas pessoas possivelmente compreendem a sedução não como violência sexual, algo agressivo, mas como encantar o outro com fins de atingir seus objetivos.

²³Landini (2009, p.170) explana sobre o trabalho do médico forense Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) no combate à himenolatria. Em seus livros descreveu todos os tipos de himens encontrados por ele em sua prática médica e pericial. Sua principal causa foi a descoberta do hímen complacente, “ou seja, a possibilidade de não haver ruptura sem o defloramento [...]”. Peixoto entendia que a veneração ao hímen era uma relíquia do passado antigo e primitivo.

Ao ser indagada a Escrivã do Judiciário (ENTREVISTA, 2014, p. 2) esclareceu que “violência sexual é tudo aquilo que é explorado, tudo aquilo que não é consentido, ou quando a criança ou adolescente não tem discernimento do que está fazendo, isso pra mim é tudo violência sexual”.

Violência sexual, como tema, foi desmembrada em diferentes modalidades, uma delas a exploração sexual, abuso sexual, e pedofilia, como problema social e político. No entanto, o foco da discussão deste trabalho não trata do lenocínio e da prostituição, mas do abuso sexual infantojuvenil, abordado nesta pesquisa como violência sexual. E, apesar da aparente uniformidade de concepções que cerca o tema da violência sexual infantojuvenil, as divergências de opinião são claramente identificadas na medida em que as análises vão revelando significados implícitos.

Nesse sentido, a relação sexual desnaturaliza-se quando ocorrida de forma exploratória, como algo apenas lucrativo, porque crianças e adolescentes são prostituídos em função de sua vulnerabilidade, sem manifestação da vontade de uma das partes, induzindo-as(os) a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade. Possivelmente quando uma criança ou um adolescente tem o exercício de seus direitos sexuais nulo, o qual em muitos casos desconhece o desdobramento das ações, tal fato gera a compreensão de violência sexual.

Segundo Landini (2009), a violência sexual ainda que tratada como um problema mundial, complexo de entender, com dificuldade de ser quantificado por sua clandestinidade e ilegalidade, com maior visibilidade feminina, adicionando sua presença em todas as classes sociais, idade, religião ou grupos sociais somente,

A partir do momento em que o poder de regulamentação passou para as mãos do Estado, a violência sexual passou a ser criminalizada e sua condenação ganhou ‘caráter científico’. [...]. Vários tipos de violência sexual – prostituição, incesto, estupro, etc. – são colocados sob um mesmo rótulo, o *fenômeno da violência sexual*. (LANDINI, 2009, p. 179-180, grifo da autora).

A violência é um fenômeno antigo com relação hierárquica, geralmente materializada contra pessoas que estão em desvantagem física, emocional, social e econômica e, ao contrário do que muitas pessoas imaginam, a violência sexual está ligada também a aspectos culturais, produto de relações construídas de forma desigual. Compreender a violência implica em analisá-la historicamente com a interface de questões sociais, imbricadas com diferentes processos de construção de valores, representações e, por que não dizer, sistemas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar estas considerações finais, é inevitável por um lado rever os objetivos propostos para esta dissertação e, por outro indicar que as conclusões evoluíram apresentando novas formas de compreender os problemas que motivaram este estudo. Um primeiro aspecto é entender a configuração escolar em suas interdependências diferenciadas em relação às configurações familiares, nas quais a criança tem suas primeiras experiências educativas. O projeto *Escola que Protege*, foco desta pesquisa, possibilitou a construção de series documentais, voltadas para a percepção de atores sociais envolvidos neste Projeto, focando prioritariamente as representações de violência e violência sexual.

A família do ponto de vista da criança e do adolescente é uma configuração mais simples dado as interdependências restritas ao pequeno grupo. Frequentemente alguns valores não tem a abrangência capaz de lidar com contradições e ambiguidades presentes na vida social de grupos mais diversificados, como seriam a escola e o bairro onde crianças e adolescentes vivem. Ao passo que a escola, como primeira configuração fora da família, vivida pela criança e pelo adolescente, as quais passam a ter contato com outras culturas, torna a escola um ambiente complexo pelo aprendizado diferenciado, conhecimento acumulado e oportunidade de comparação de valores.

Nesse aspecto, a balança do poder familiar fica em desnível em direção ao ambiente escolar, pela nova percepção desenvolvida pela criança e pelo adolescente sobre os diversos tipos de violência, especificamente da violência sexual. Por mais que a escola fomente debates democráticos sobre o assunto, não deve ser vista neste trabalho como a instituição salvadora e redentora da criança e do adolescente, mas propiciando ambiente favorável à identificação da violência e seu primeiro atendimento.

O conhecimento do histórico dos projetos *Escola que Protege*, deixa em evidência que diversas instituições engajaram-se em ações preventivas e de combate ao abuso sexual infantojuvenil atuando em conjunto ou isoladamente. Às IES, com prioridade no repasse de recursos públicos, os recebem para desenvolver projetos em forma de capacitação aos profissionais da educação da rede pública de educação básica, e, mesmo com estratégias diferentes os objetivos são convergentes.

Desde 2001, lançado pelo governo federal, o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil* (BRASIL, 2001) trabalha com a perspectiva do combate à violência sexual, reforçando a ruptura de antigos padrões societários, no sentido de pensar formas de enfrentamento da violação dos direitos humanos, com ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política e financeira. No caso do *Plano Municipal* tem como referência o *Plano Nacional*, com iniciativas fundamentada no ECA (BRASIL, 2012).

O projeto *Escola que Protege*, desenvolvido em Dourados, nas escolas públicas, vai se construindo e se organizando juntamente com sua implantação, em quesitos como, local (escola a receber capacitação), quais os membros escolhidos para ministrar a formação, assuntos específicos abordados, dentre outros aprimoramentos. Das treze instituições participantes do Comitê, apenas duas não são governamentais, demonstrando força e centralidade do Estado. O objetivo do Projeto foi fortalecer em nível local o corpo técnico escolar (diretores, coordenação, professores, dentre outros) sobre a importância da prevenção de ocorrências de ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes.

Por se tratar de uma temática complexa e multifacetada, a escola torna-se espaço de formação, lócus propício para discussão e estratégico para identificar violências, por meio do olhar e escuta sensível, justificando a participação dos profissionais da educação por atuarem diretamente com possíveis vítimas da violência sexual.

Salienta-se a aceitação da capacitação realizada pelo COMCEX, na escola, onde a direção e a coordenação alegaram ser de extrema relevância para a comunidade escolar adquirir informações sobre o fenômeno da violência sexual diante aos crescentes acontecimentos e tecnologias que envolvem a vida de crianças e adolescentes, como é o caso da rede de computadores interligados. Entretanto, não conseguimos perceber a presença do COMCEX em escolas particulares.

Dois documentos foram norteadores da pesquisa: o *Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (BRASIL,

2004b), idealizado pela Presidência da República, por intermédio da SEDH e do MEC, e a *Cartilha* denominada *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: a infância pede socorro!*, elaborada pelo COMCEX, em parceria com o CMDCA e SEMAS, tendo apoio da prefeitura de Dourados, ambas com o intuito de conceituar e descrever tipos de violência, desmistificar verdades absolutas, orientar onde denunciar fatos ocorridos ou suspeitos, ampliando a compreensão da temática.

Embora o Projeto não tenha cunho acadêmico, vale ressaltar que a comunidade acadêmica tem, quando requisitada, apoiado o seu desenvolvimento, como se pode verificar na documentação produzida e analisada, sendo o fenômeno da violência sexual complexo e muitas vezes de difícil assimilação.

Esta dissertação pretendeu contribuir para uma problematização em torno de questões teóricas que, em muitos momentos, permitiu uma melhor discussão e dimensionamento da problemática tratada. A apresentação científica funciona como captação de dados, transformados em conhecimento e difusão de descobertas. Constitui marco de importância nos estudos no momento que as repercussões e o relacionamento da ciência, da tecnologia e da comunidade científica se aproximam de práticas sociais voltadas para o combate da violência, de preconceitos e da intolerância.

Ao final de cada capacitação, o COMCEX atendendo as propostas do Projeto, aplicou um questionário contendo questões objetivas, com a finalidade de avaliar a ação proposta e obter parâmetros para as próximas capacitações.

Tratando-se da avaliação da *Cartilha*, verificou-se a necessidade de reformulação do conteúdo apresentado, uma vez que ficou quase equilibrado o resultado, em linha tênue ao conceito regular.

Outra questão foi a necessidade da comunidade indígena, receber por parte de profissionais preparados, informações sobre violência e violência sexual na sua língua materna, pois, em grande parte dos casos acredita não ser prática cultural tal violência.

Contribuindo para reflexão de outras situações aportadas na avaliação, está a ampla divulgação do COMCEX e suas ações, sendo constatada por meio da pergunta sobre o conhecimento do trabalho realizado pelo Comitê, um universo de 118 (cento e dezoito) respostas, 91 (noventa e um) disseram que não tinham conhecimento de sua atividade em relação ao tema tratado.

As respostas sobre o trabalho desenvolvido pela rede socioassistencial ao atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na cidade de Dourados/MS, receberam, na opinião dos participantes, aprovação maciça, da mesma maneira em relação à recomendação para a capacitação em uma outra escola, houve unanimidade na avaliação dos participantes.

Diante dos resultados, na avaliação das capacitações do COMCEX, observou-se em alguns casos o fortalecimento da “conspiração do silêncio” pela escola e pela família, impedindo que as denúncias sejam efetuadas, por motivo de medo de represarias e também por existir certo descrédito na justiça.

Além da violência sexual, mencionaram-se outros tipos de violência, como, por exemplo, negligência, violência física, violência psicológica, violência doméstica, entre outras, usualmente imbricadas entre si, e permeadas pelas mais variadas condições socioeconômicas e culturais. Acerca da violência sexual encontram-se especificidades podendo ocorrer sem contato físico e com contato físico, advindo do abuso intrafamiliar, extrafamiliar e institucional. Colocando as violências na mesma equação, muitas vezes o(a) agressor(a) exige que a criança ou adolescente seja cúmplice dele(a), num “pacto de silêncio”.

É importante ainda focalizar o problema das diferenças culturais regionais, por exemplo, um município como Campinas tem uma realidade cultural diferente de Dourados, é presumível que a percepção de violência sexual seja diferente. Em outra oportunidade seria importante a realização de estudos comparativos entre diferentes localidades sobre o tema.

A síntese da legislação brasileira demonstra a mudança de percepção em relação à violência sexual. Nessa conjuntura, a pesquisa coloca em discussão as múltiplas violências, tanto em sua objetivação quanto em sua percepção. Ao longo do texto trabalhou-se com a percepção e concepção de violência e de violência sexual em várias dimensões, as quais são incorporadas em nosso dia a dia, em nosso comportamento, em nossa sexualidade com a compreensão de um fenômeno imbricado à complexidade dos movimentos históricos, ocorrendo paralelamente à civilização do impulso sexual e outros impulsos.

Ao exemplificar algumas situações, entendeu-se que toda violência é compartilhada em uma relação desigual de poder, quanto maior a necessidade, maior o poder sobre o outro, perpassando pelas interdependências entre indivíduos e grupos sociais. O processo civilizador discutido por Elias (2011) destaca a transformação da natureza do homem dando ênfase à

presença da vergonha em relação ao sexo, inculcando tabus, ocultando e segregando a sexualidade na vida social.

Nossa sexualidade tem como componente o rigor das regras morais e estâncias coercitivas, carregada de embaraços, nojo, culpa, herança de modelo sexual do judaico-cristão com acréscimos históricos de colonizadores portugueses e etnias africanas, demonizando a nudez e o sexo, gradualmente tais percepções são reproduzidas nas crianças.

Nesse cenário, quando ocorre o controle de nossos impulsos, pode-se pensar em autorregulação, uma vez que desde pequenos nos inculcam a imagem da sexualidade como algo não aceitável em nossa prática corriqueira, ela é colocada atrás dos biombo, em espaços bastante específicos.

Observou-se que, tanto no nível conceitual como nos depoimentos dos profissionais de atendimento à criança e ao adolescente e membros do COMCEX, por meio de questionário e entrevista, houve semelhança na percepção da violência sexual; possivelmente, por se apegarem aos conceitos adquiridos em formações semelhantes, todavia, houve também, inúmeros aspectos que apontaram diferentes percepções sobre o tema.

Na atualidade, o que consideramos como violência, nem sempre foi visto como tal. Ela é uma construção social, cultural e histórica, a qual abarca aspectos pedagógicos, psicológicos, conceituais, legais, entre outros, não é possível focar o assunto com uma visão maniqueísta, pois, suas múltiplas percepções indicam sempre situações permeadas por representações e valores, balizados por tensões que emergem nas diferentes figurações sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995. 16. ed. 2009. (Série Prática Pedagógica).
- BRASIL. *Código de menores*. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 25 set. 2014.
- _____. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 4 nov. 2013.
- _____. *Estatuto da criança e do adolescente – ECA*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.
- _____. Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007. Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Presidência da República. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11525.htm>. Acesso em: 3 jun. 2014.
- _____. Ministério da Educação. *Escola que protege: educação em direitos humanos: projetos aprovados*. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relacao_projetos_aprovados_280809.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.
- _____. _____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. *Resolução/CD/FNDE Nº. 17*, de 08 de abril de 2009. Estabelece orientações para a apresentação, a seleção e o apoio financeiro a projetos de instituições públicas de educação superior e da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (com educação superior) para a formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica voltados para o enfrentamento, no contexto escolar, das diferentes formas de violências contra crianças e adolescentes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 abr. 2009b. Seção 1. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tip>

o=RES&num_ato=00000017&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>.
Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. _____. *Projeto Escola que Protege*. Brasília, DF, 2004a. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12363%3Aescola-que-protege-&catid=307%3Aprojeto-escola-que-protege&Itemid=560>. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2009c. (Série mais educação), Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. _____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, DF, 2004b. Disponível em:
<http://www.promenino.org.br/Portals/0/docs/ficheros/200505180025_15_0.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. _____. _____. *Relatório disque direitos humanos*. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Justiça. *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Brasília, DF: MJ/SEDH/DCA, 2001.

_____. Ministério da Saúde. *Ficha de notificação/investigação individual de violência*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 nov. 2009d. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/CRAS/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

_____. *Plano Decenal da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Brasília, 2014a.

_____. *Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Brasília, 2014b.

BRINO, Rachel de Faria. *Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação*. 2006. 258f. Tese (Doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BURKIT, Ian. Relações sociais, poder e emoção: uma perspectiva inspirada por Norbert Elias. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COHEN, Claudio. O incesto. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. *De menor a cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil*. Brasília: Editora do Senado, 1993.

DOURADOS. COMCEX-Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS. *Ata nº 01*, de 6 de março de 2013. Dourados, MS, 2013a.

_____. _____. *Ata nº 02*, de 19 de março de 2013. Dourados, MS, 2013b.

_____. _____. *Ata nº 03*, de 3 de abril de 2013. Dourados, MS, 2013c.

_____. _____. *Ata nº 04*, de 8 de maio de 2013. Dourados, MS, 2013d.

_____. _____. *Ata nº 05*. de 5 de junho de 2013. Dourados, MS, 2013e.

_____. _____. *Ata nº 06*. de 3 de julho de 2013. Dourados, MS, 2013f.

_____. _____. *Ata nº 07*. de 7 de agosto de 2013. Dourados, MS, 2013g.

_____. _____. *Ata nº 09*, de 2 de outubro de 2013. Dourados, MS, 2013h.

_____. _____. *Avaliação*. Dourados, MS, 2013i.

_____. _____. *Cartilha abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: a infância pede socorro!* Dourados, MS, 2013j.

_____. _____. *Plano municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes 2007-2009*. Dourados, MS, 2007.

_____. _____. *Plano municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes 2010-2012*. Dourados, MS, 2010.

_____. _____. *Projeto escola que protege: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes*. Dourados, MS, 2013k.

_____. Decreto Municipal nº 563, de 23 de novembro de 2001. Dispõe sobre a criação do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX. *Diário Oficial*. Dourados, MS, 2001.

_____. Decreto nº 1.324, de 27 de dezembro de 2012. Altera composição da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX, criada no Decreto Municipal nº 563 de 23 novembro de 2001 e nomeia seus membros. *Diário Oficial* nº 3.397, Município de Dourados, MS, p. 2, 8 de jan. 2013L.

_____. Lei Complementar nº 004, de 12 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e regulamenta o art. 6º do Ato das Disposições transitórias da Lei Orgânica do Município. *Diário Oficial*. Dourados, MS, 1990.

ELIAS, Norbert. *La civilización de los padres y otros ensayos*. Traducción al castellano de Vera Weiler, profesora de La Universidad Nacional de Colombia. Colombia: Grupo Editorial Norma S. A., 1980-1998.

_____. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ENTREVISTA. *Assistente social "A"*. Dourados, 19 set. 2013a.

_____. *Coordenador do COMCEX*. Dourados, 22 de nov. 2013b.

_____. *Escrivã do judiciário*. Dourados, 29 maio 2014.

_____. *Idealizadora do projeto*. Dourados: 22 nov. 2013c.

_____. *Promotor de Justiça*. Dourados, 19 de nov. 2013d.

FLICK, Uwe. *Introducción a la investigación cualitativa*. Traducción al español de Tomás Del Amo. A Coruña: Fundación Paideia Galiza; Madri: Ediciones Morata, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. imp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Campinas: Editores da Cooperativa Editorial Magistério, 2006.

GEBARA, Ademir. Figurações e educação: a escola, os jovens e os professores. In: SANTOS, Reinaldo; SARAT, Magda (Orgs.). *Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

_____. Violências e percepções: a escola como local privilegiado. In: JORNADAS INTERNACIONALES: SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDADE Y EDUCACIÓN, 2., 2014, Buenos Aires. *Painel...* Buenos Aires, Argentina: Universidade de Buenos Aires, 2014.

GOUDSBLOM, Johnan. *A vergonha: uma dor social*. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LANDINI, Tatiana Savoia. Juristas, policiais, médicos e psicólogos: a violência sexual contra crianças na perspectiva dos especialistas. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009.

LIMA, Cláudia Araújo (Coord.). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série B. Textos Básicos de Saúde.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2003. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>>. Acesso em: 1. set. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2006.

MEZA, Eduardo Ramirez; XAVIER FILHA, Constantina. *Violências contra crianças e adolescentes: representações de gênero em desenhos de alunas e alunos de escolas públicas*. Florianópolis, 2008. Acesso em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST24/Xavier_Filha-Meza_24.pdf.28/08/2008>. Acesso em 1. nov. 2013.

MOTT, Luiz. Abuso sexual ritualístico. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Antonio Carlos. Abuso sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional. In: MOTTI, Antonio. *Programa Sentinela: nova pesquisa e assessoria em educação*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. A constituição social e histórica das emoções: contribuições de Elias e Vigotski. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antonio de. *Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2006.

PROJETO escola que protege. *30 e Alguns*. 20 abr. 2010. Disponível em: <<http://30ealguns.com.br/projeto-escola-que-protege/>>. Acesso em: 7 set. 2013.

QUESTIONÁRIO. *Assistente social "B"*. Dourados, 29 abr. 2014a.

_____. *Conselheira tutelar*. Dourados, 24 abr. 2014b.

_____. *Professor de geografia*. Dourados, 24 abr. 2014c.

_____. *Sociólogo*. Dourados, 17 fev. 2014d.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares*, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/13.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

SARAT, Magda. Relações entre gerações e processos "civilizadores". In: GOETTERT, Jones Dari; SARAT, Magda (Orgs.). *Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

SWAAN, Abram. Regressão a serviço do Estado: reflexões sobre a violência em massa. Conferência de abertura. Tradução de Renato Suttana. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL

PROCESSOS CIVILIZADORES, 14., 2012, Dourados, MS. *Anais...* Dourados, MS: UFGD, 2012.

UAPI-Universidade Aberta do Piauí. *A coordenação do projeto Escola que Protege II: educadores e educadoras fazendo cultura de paz nas escolas: combate às violências*. 2011. Disponível em: <<http://www.uapi.ufpi.br/noticia.php?id=1222>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. *Professores do “Escola que Protege” definem ações junto ao MEC*. Dourados, MS: UEMS, 5 set. 2006. 1p. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/noticia.php?idnot=2003>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

UFMS-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Escola que protege: a escola como espaço de identificação e prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2007. Disponível em: <<http://www.escoladeconselhos.ufms.br/?section=activity&itemId=11>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

UNICEF. Participação dos adolescentes na 9ª Conferência dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: UNICEF, [s.d.]. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_9conferencia.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. As crianças na história da educação. In: SOUZA, Gisele de (Org.). *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, 2010.

VERBISCK, Boris Valerio. Cinco municípios de Mato Grosso do Sul conquistam *projeto Escola Protege*. *Notícias*, Campo Grande, MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 27 maio 2008. Disponível em: <http://www.noticias.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=136&id_comp=1068&id_reg=31282&voltar=home&site_reg=136&id_comp_orig=1068>. Acesso em: 2 nov. 2013.

WOUTERS, Cas. Mudanças nos regimes de costumes e emoções: da disciplinarização à informalização. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de questionário - membros do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX).

**ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO
(MEMBROS DO COMCEX)**

Nome do (a) entrevistado (a):

Profissão:

Local de Trabalho:

RG:

Celular:

E-mail:

01. Você poderia descrever sua concepção de **violência** e **violência sexual**?
02. Por que você acha que a família, às vezes, enxerga determinado ato como não violência?
03. Você poderia dar algum exemplo do que antes não era considerado violência e hoje se vê como violência?
04. Você tem alguma sugestão para prevenir ou amenizar a violência que ocorre em uma cidade?
05. Você pensa ser uma violência quando há envolvimento sexual entre uma menina ou um menino de 13 anos com um adulto? Uma vez que seja consentido?

Dourados/MS, ____ de _____ de 201__

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Coordenador do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX).

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
(COORDENADOR DO COMCEX)**

Nome do (a) entrevistado (a):

Profissão:

Local de Trabalho:

RG:

Celular:

E-mail:

1. Ofertando capacitação tanto na E.E. Ramona da Silva Pedroso quanto na E.M.I. Tengatú Marangatú, ambas aparentemente com realidades diferentes, o que você observou de incomum e de comum na reação da comunidade escolar? As capacitações seguiram as mesmas sistemáticas?
2. Nas escolas citadas, quem foram os profissionais escolares participantes das capacitações?
3. As (os) profissionais do COMCEX, ministrantes da capacitação da E.E. Ramona da Silva Pedroso e E.M.I. Tengatú Marangatú foram as mesmas da E. M. Arthur Campos Bello?
4. Ocorre rodízio de profissionais do COMCEX para ministrar as palestras?
5. O Projeto Escola que Protege foi aprovado em reunião do CEMCEX? Você poderia disponibilizar cópia da Ata, a qual está registrada a aprovação do Projeto?
6. O COMCEX já fez o levantamento das avaliações recebidas no dia da palestra na Escola Arthur? Ponto positivos e negativos, enfim, o perguntado na Ficha Avaliativa?

Dourados/MS, ____ de _____ de 201__

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada - atendimento à criança e ao adolescente.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
(ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE)**

Nome do (a) entrevistado (a):

Profissão:

Local de Trabalho:

RG:

Celular:

E-mail:

01. Você poderia descrever sua concepção de **violência e violência sexual**?
02. Por que você acha que a família, às vezes, enxerga determinado ato como não violência?
03. Você poderia dar algum exemplo do que antes não era considerado violência e hoje se vê como violência?
04. Você tem alguma sugestão para prevenir ou amenizar a violência que ocorre em uma cidade?
05. Você pensa ser uma violência quando há envolvimento sexual entre uma menina ou um menino de 13 anos com um adulto? Uma vez que seja consentido?

Dourados/MS, ____ de _____ de 201__

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada **O “Projeto Escola que Protege em Dourados/MS”: prevenção da violência sexual infantil no âmbito educacional**, que pretende conhecer e analisar as múltiplas concepções dos atores sociais sobre violência e violência sexual, como se dá o desenvolvimento da capacitação ministrada pelo Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX, na escola, referente ao “Projeto Escola Que Protege: Mobilizando Profissionais em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes”. Destaca-se que o COMCEX é parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

O presente estudo originou-se da preocupação pelo elevado número de casos de crianças violentadas sexualmente que chegavam e ainda chegam para atendimento no Centro de Referência de Assistência Social - CREAS, subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Dourados/MS. Embora estudos científicos e reportagens demonstrem a violência sexual no nosso país sendo tão frequente quanto nos chamados países desenvolvidos.

Trata-se de pesquisa qualitativa, documental e empírica, resultando em dissertação, parte do trabalho de conclusão de Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, da aluna Andreia Penco Faria, sob orientação do Prof. Dr. Ademir Gebara. Informa-se a devolutiva dos dados produzidos por meio de toda pesquisa ao COMCEX.

A pesquisa em estudo tem suas origens, pelo menos do ponto de vista institucional. O objetivo central da pesquisa é discutir o “Projeto Escola que Protege” no âmbito das iniciativas e experiências que ainda serão levadas a cabo propondo a abordagem da violência como um problema cultural.

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de aproximadamente 30 minutos, podendo ser escrita ou gravada, utilizando gravador de voz, marca Sony, onde as perguntas foram submetidas previamente ao seu conhecimento, com posterior aguardo de agendamento para entrevista.

O presente termo assegura ao (à) participante da entrevista a pedir maiores informações sobre a pesquisa; opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em documento oficial; garantir sigilo absoluto referente a nomes, apelidos ou quaisquer informações sobre sua identidade pessoal, assim como o (a) participante tem o direito de não responder as perguntas que ocasionem constrangimentos de qualquer natureza.

O (a) senhor (a) assinará duas cópias deste Termo, uma ficando em sua posse e outra para pesquisadora.

Assim sendo:

Autorizo, a aluna Andreia Penco Faria, do Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela UFGD ou outra instituição, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida à aluna, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, digital, rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual de Andreia Penco Faria, isentando o participante da pesquisa de qualquer custo.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Dourados, _____ de _____ de 2014

Andreia Penco Faria
Pesquisadora

Entrevistado (a)

Nome do (a) entrevistado (a)

Endereço:

RG:

CPF:

Celular:

E-mail:

Nome da pesquisadora: Andreia Penco Faria

Endereço: Rua Antonio de Carvalho, nº 2.535 Bairro: BNH 3º Plano

RG: 443.902 SSPMS

CPF: 446.914.241-72

Celular: (67) 9953-9448 VIVO

E-mail: andreiapenco@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa

Horário de funcionamento: 7h 30 às 11h e 13h 30 às 17h

Localização: Bloco da Faculdade de Ciências da Saúde – FCS, Unidade II/UFGD

E-mail: cep@ufgd.edu.br

Telefone: (67) 3410-2328

Site: www.ufgd.edu.br/propp/cep

APÊNDICE F - Termo de Autorização para Publicação de Entrevista/Questionário - Participante da entrevista.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ MESTRADO EM EDUCAÇÃO FACULDADE DE EDUCAÇÃO</p>	
---	---	---

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE
ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO
PARTICIPANTE DA ENTREVISTA**

Nome da entrevistadora: Andreia Penco Faria

Endereço: Rua Antonio de Carvalho, nº 2.535 Bairro: BNH 3º Plano

RG: 443.902 SSPMS

CPF: 446.914.241-72

E-mail: andreiapenco@hotmail.com

Nome do (a) entrevistado (a):

Profissão:

Local de Trabalho:

RG:

CPF:

Celular:

E-mail:

A entrevista abordará perguntas relacionadas à violência e violência sexual, será de forma escrita ou gravada e posteriormente transcrita na íntegra, para o corpo do trabalho científico. Lembrando que, em nenhum momento a identidade do (a) entrevistado (a) será divulgada, apenas será referida como o (a) profissional, ou citado (a) como uma letra de identificação.

Assim sendo:

Autorizo, a aluna Andreia Penco Faria, do Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela UFGD, sem limitação de tempo ou de número de exposições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida à aluna, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD

ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual de Andreia Penco Faria.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Dourados, _____ de _____ de 201__

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura da entrevistadora

ANEXOS

ANEXO A - Autorização da Prefeitura Municipal de Dourados/Secretaria Municipal de Assistência Social.



OFÍCIO Nº 146/2013/SEMAS

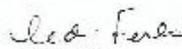
Dourados, 09 de maio de 2013.

Srª. Andreia Penco Faria

Prezada Senhora,

Em resposta à carta de solicitação de autorização para pesquisa, informamos que autorizamos a realização da pesquisa científica integrante da dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Mestrado, intitulada "Memórias de um atendimento: Programa Sentinela na projeção do Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS do município de Dourados-2001 a 2011."

Atenciosamente,


Ledi Ferla

Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO B – Autorização do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX).



**Comitê Municipal
de Enfrentamento da Violência e
de Defesa dos Direitos Sexuais
de Crianças e Adolescentes**

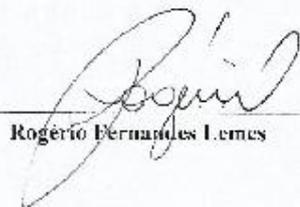
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua: Croíde Pereira de Matos, 2420 – Centro – Dourados/MS
Tel: (067) 3411-7144
e-mail: comcexdourados@gmail.com

TERMO DE COMPROMISSO

Autorizamos a coleta de dados referente à pesquisa intitulada “**Projeto Escola que Protege: prevenção da violência sexual infantil no âmbito educacional**”, coordenada pela pesquisadora Andrcia Penco Faria e orientada pelo Prof. Dr. Ademar Gubara. A pesquisa será realizada com o Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX, e os dados deverão ser utilizados exclusivamente para os objetivos da pesquisa e publicações na literatura científica relacionada.

Declaramos que conhecemos a Res. 466/12 – CNS/CONEP e que seguiremos seus preceitos.

Dourados-MS, 07 / 11 / 2013.



Rogério Fernandes Lemes

Nome: Rogério Fernandes Lemes
RG: 971154 SSP/MS
CPF: 779.316.101 - 72
Cargo: Coordenador do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX.
CNPJ:03.155.926/0001-44 (Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social)

ANEXO C – Discurso dos entrevistados.

Eixo Temático: Violência Sexual Infantojuvenil

(*) Os textos transcritos para este quadro são originais, sem qualquer tipo de revisão.

Identificação dos(as) entrevistados (as)	Você poderia descrever sua concepção de violência?	Você poderia descrever sua concepção de violência sexual?	Por que você acha que a família, às vezes, enxerga determinado ato como não violência?	Você poderia dar algum exemplo do que antes não era considerado violência e hoje se vê como violência?	Você tem alguma sugestão para prevenir ou amenizar a violência que ocorre em uma cidade?	Você pensa ser uma violência quando há envolvimento sexual entre uma menina ou um menino de 13 anos com um adulto? Uma vez que seja consentido?
<p>Promotor Estadual de Justiça da Infância e da Juventude</p>	<p>É uma ação que, com consciência e vontade, causa dano ou dor dirigida a outro ser humano ou ser vivo. É um comportamento que atinge a integridade física ou moral de outra pessoa.</p>	<p>A violência sexual é um comportamento abusivo contra uma pessoa, seja criança, adolescente ou adulto, que destoa da normalidade, atingindo e ofendendo a honra e os costumes, violando a sexualidade e a intimidade do ser humano, independente de sexo ou opção sexual. Pode ser derivada de coação ou intimidação e também pelo uso da força física, porém, no mais das vezes a violência não física é a que mais dói. A violência sexual contra o menor, parte de adultos e adolescentes contra crianças ou de adultos contra adolescentes nas situações já mencionadas.</p>	<p>Porque existem certos hábitos e costumes arraigados na sociedade e na família brasileira que impedem que se reconheçam certas atitudes como atos de violência, mesmo que o sejam.</p>	<p>Existem direitos fundamentais da pessoa humana que antigamente eram violados e não tinham uma conotação de violência. A violência contra a criança, aplicação de castigos severos e reprimendas corporais graves contra os filhos não são mais tolerados diante de uma leitura atenta da Constituição e das leis. Também, vislumbro que a violência contra a mulher era tolerada pela família e pela própria sociedade. Atualmente esses direitos humanos fundamentais são cada vez mais tutelados pela lei, porém, o problema é cultural, está na base da educação, ainda com ranço patriarcal e machista.</p>	<p>A adoção da tolerância zero. Não contra o criminoso, mas contra o crime. Qualquer crime, até mesmo os de menor potencial ofensivo. Até mesmo os praticados pelas autoridades. Foi o que deu certo em Nova Iorque. Nada pode ficar impune. Claro que com sanções proporcionais à gravidade do crime praticado. Até mesmo condutas que não sejam consideradas crimes, mas infrações administrativas – infrações de trânsito, ambientais, etc.- e civis, devem ser sancionadas. A sensação de impunidade incentiva à prática de ilegalidades, tanto pelo cidadão quanto pelo administrador público.</p>	<p>Depende do grau de corrupção sexual da/do menor. Tratando-se de adolescente de 13 anos de idade = estupro com violência presumida, regra geral. Entretanto, se no caso concreto, diante das circunstâncias, a/o menor aparentar ter 14 anos ou mais e ela/ele já tiver comprovadamente experiência sexual e fizer disso seu meio de vida...</p>

<p>Assistente Social “A”</p>	<p>violência para nós, que somos trabalhadores do sistema de assistência social. [...] é um ato. É um ato de situações de ações e reações. [...] Até a autonegligência é um processo de violência.</p>	<p>As pessoas acreditam que a violência sexual é só quando há o ato sexual em si. Homem, mulher, né, sexualmente, na penetração. E, não é assim, a violência sexual é o toque, passar a mão, já é caracterizado uma violência sexual, porque você está desrespeitando esse físico dessa pessoa, o físico não é violência física em si, porque violência física tem que deixar as marcas, mas o acariciar, é o passar próximo, é o pegar, esse gesto faz criar esse processo da violência sexual. [...] Ela não é apenas só o ato em si sexual, mas o tocar, o se aproximar, o convidar, o trocar, né. Olha, você faz isso que eu te dou isso.</p>	<p>Porque na história de vida dela, ela sofreu esse processo de violência. [...] os pais aceitaram esse momento, proporcionaram a continuidade desse processo e muitas vezes os pais estão naquele ciclo ali dentro com a criança vivendo na história de vida algo comum. [...] dentro da casa dela, muitas vezes ela não vai conseguir enxergar.</p>	<p>A gente pode falar um pouco sobre a história da vida da gente. [...] Para mim era violência, mas para meus pais não era violência, para eles era uma forma de educar. [...] Para ele, a impositiva, sim senhor, não senhor, quem manda aqui sou eu, cala sua boca, fica quieta, né, isso para mim era uma forma de violência, mas para meus pais não, era uma forma de educar. [...] No passado não era essa compreensão, não tinha essa compreensão, porque ele vivia dentro de um ciclo de quartel, lá, que era não senhor e queria reproduzir isso dentro de casa, e oprimia a gente, então a gente vivia num processo de opressão.</p>	<p>Criar momentos de formação continuada, momentos educativos, momentos que a gente possa estar mais próxima dos profissionais, mais próxima das famílias. [...] nós temos ai o programa PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, erradicar o trabalho infantil, a exploração do trabalho infantil, que não deixa de ser um processo de violência [...] erradicando o processo de violência através da educação [...] encontrar estratégias, ou em forma de teatro, na praça, no meio da quadra de esporte da escola, ou através de uma dança, através de um filme [...] buscando estratégias, pra que a gente possa esclarecer, tirar dúvidas e fazer as pessoas enxergarem, porque às vezes as pessoas não estão enxergando que tá passando por um processo de violência e, esse processo tem que ser interrompido.</p>	<p>Olha! eu não vejo porque houve consentimento. Eu tenho um caso de uma menina, que ela tem quatorze anos, um filho de quatro meses com essa pessoa que ela teve relações sexuais e, hoje, ela está sofrendo consequências do processo que ela concedeu. [...] É um conjunto né, é um conjunto de situações, depende da situação que ela vive. Se ela tem os pais orientados, pais que conversam, pais que dialogam, pais que mostram a realidade, que não escondem a realidade, é outro jeito de viver, é outra forma. [...] A minha juventude, minha adolescência é totalmente diferente da adolescência da de hoje.</p>
-------------------------------------	--	---	---	---	---	---

<p>Sociólogo</p>	<p>Toda violação dos direitos integrais de crianças e adolescentes, da agressão verbal e psicológica à física (espancamentos) e à sexual.</p> <p>Deixar a criança ou adolescente fora do ambiente escolar; com instabilidade familiar; desamparo, abandono são formas de violência e precisam ser denunciadas e interrompidas.</p>		<p>Na concepção das pessoas, um ato qualquer só é violento quando chega ao seu extremo, isto é, quando leva à morte. Em uma cultura onde a mulher não O casamento arranjado, por exemplo, foi uma prática familiar historicamente praticada. Nessa relação clara de poder, à mulher restava-lhe apenas a sujeição e humilhação. tem voz ativa, claramente, os mandos e desmandos da cultura paternalista são perceptíveis.</p> <p>Quando as pessoas pensam que crianças e adolescentes são objetos alienados, sem vontade própria, essa concepção, também alienante, proporciona o ambiente favorável para a produção da violência.</p> <p>Um homem ou uma mulher que cometem o crime de abuso sexual infanto-juvenil, quase em sua maioria, se veem vítimas de suas vítimas, uma vez que pensam que elas os seduziram; que ‘é</p>	<p>O casamento arranjado, por exemplo, foi uma prática familiar historicamente praticada. Nessa relação clara de poder, à mulher restava-lhe apenas a sujeição e humilhação. A palmatória, nas escolas, era outra forma de sansão à criança quando não atingia determinado objetivo ou contrariava as normas da instituição. Tem ainda as formas de trabalhos domésticos antes compreendidos como para da formação do ‘caráter’ do indivíduo e que atualmente, são inconcebíveis.</p>	<p>O Enfrentamento da violência, em todas as suas manifestações, é assunto da agenda pública e requer políticas públicas, de Estado, eficientes. Faz-se necessário repensar conceitos tão antigos como: justiça, cidadania, honra e respeito, igualdade, fraternidade entre tantos outros importantes. Previne-se a violência, ou melhor, enfrenta-se o fenômeno da violência com a valorização da vida e do ser humano. A ausência e o descaso do Estado, a supervalorização do capital, a coisificação da força de trabalho são alguns dos exemplos que contribuem, efetivamente, para a potencialização desse fenômeno.</p>	<p>Obviamente que a ‘idade certa’ de um relacionamento é um constructo social. Alguém, em algum momento da humanidade, convencionou regras e códigos. A lei brasileira é um reflexo do moralismo e da tentativa em conter certa demanda que causam comoção social. Talvez a maneira mais eficiente de encontrarmos as respostas aos dilemas da violência sexual é questionar a nós mesmos. Enquanto pais e mães, qual a nossa reação ao saber que nossa filha está se relacionando com um homem de trinta anos? E o nosso filho, se relacionando com uma mulher de quarenta? Porém, de acordo com o Código Penal Brasileiro, penso sim, que tal envolvimento se constitui em um crime.</p>
-------------------------	--	--	--	---	--	--

			<p>assim mesmo'; isso aconteceu com a avó, com a mãe e não poderia ser diferente. É a institucionalização do ciclo da violência visto como 'natural da vida'. A negação do 'outro' como um ser em desenvolvimento leva à violência em seus níveis conhecidos. Portanto, trata-se de um fenômeno a ser desconstruído socialmente.</p>			
Assistente Social "B"	<p>Violência é quando se usa de força para agredir a integridade física ou psicológica do outro.</p>	<p>Todo ato praticado com a intenção de estimular sexualmente a criança e/ou adolescente.</p>	<p>Considerando que este 'determinado ato' seja o abuso sexual, o abusador e a família que é conivente com a situação sabem que é violência, caso contrário, não omitiriam e não usariam a 'lei do silêncio' com a criança ou adolescente, pois sabem que serão penalizados por tal ato de crueldade.</p>	<p>Hoje temos uma grande mobilização referente ao <i>bullyng</i>, que é a prática repetitiva e intencional de violência física ou psicológica. Temos também o PL 7672/2010, conhecido como Lei da Palmada, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.</p>	<p>Existem muitos tipos de violência, como por exemplo, violência no trânsito, contra a mulher, o idoso, dentre outros, e uma das melhores formas é a realização de um trabalho preventivo realizado pelas instituições com foco em seu objeto de trabalho. Referente à violência sexual é de suma importância a realização da denúncia aos órgãos competentes.</p>	<p>Sim. Independente do consentimento é considerado crime, pois esta menina ou menino de 13 anos são considerados adolescentes, ou seja, pessoas vulneráveis que podem ser induzidos a tal ato.</p>

<p>Conselheira Tutelar</p>	<p>Violência é qualquer tipo de agressão: física, psicológica, sexual entre outras.</p>	<p>Acontecer através de palavras, de toque, de assédio, de penetração sem consentimento da outra parte ou contra indefesos.</p>	<p>Porque às vezes algumas famílias cultuam certos atos como correção ou até mesmo cultura.</p>	<p>As surras de vara ou de cinto atualmente são abominadas pelas autoridades.</p>	<p>Investimento em educação, fazendo com que a criança e o adolescente frequente por mais tempo possível um ambiente educacional, recebendo orientações variadas e assim ficando longe da marginalidade.</p>	<p>Penso que o problema não começou ali no ato sexual entre adolescente e adulto, mas sim na negligência familiar que em algum momento descuidou deste adolescente a ponto de começar um envolvimento com um adulto. E sim, considero violência psicológica e sexual o que um adulto faz até convencer uma adolescente a ter o envolvimento sexual. Porém evidenciamos atualmente que os adolescentes estão cada vez mais maduros, com a libido um tanto exacerbado e iniciando a vida sexual mais cedo.</p>
<p>Professor de Geografia</p>	<p>Violência é qualquer tipo de ato praticado por uma pessoa sobre outra que a atinja moral, física ou emocionalmente.</p>	<p>Qualquer ato ou tentativa de ato sexual indesejado, executado por uma pessoa sobre outra, contra a vontade de uma das partes.</p>	<p>Por falta de informação, por questões culturais ou formação educacional.</p>	<p>Uma correção a uma atitude de um(a) filho(a), que mereça algumas palmadas, que eu chamo de 'palmadas educativas', hoje é violência física.</p>	<p>Investir muito na área de educação, na promoção social e no incentivo a atividades de cunho coletivo.</p>	<p>Acredito que seja uma violência, sim. Consentido ao não, um menino ou menina de 13 anos, já teria discernimento das consequências desse ato?</p>

<p>Escrivã do Judiciário</p>	<p>Violência na minha concepção é tudo aquilo que emprega força física ou psicológica, todo sofrimento físico, psicológico, seja um assalto, ou seja, um sofrimento de força física, ele atrapalha bastante. No ponto de vista, tudo isso que envolve a força física ou psicológica é violência, que não seja com o consentimento da pessoa.</p>	<p>Violência sexual é tudo aquilo que é explorado, tudo aquilo que não é consentido, ou quando a criança ou adolescente não tem discernimento do que está fazendo, isso pra mim é tudo violência sexual.</p>	<p>Isso já vem acontecendo, e agora aumentaram as denúncias, o que chegam ao conhecimento da gente é bem maior hoje, parece que a sociedade tá entrando em alerta, tendo mais conhecimento, tá tendo mais coragem em denunciar, então chega ao nosso conhecimento muita, muita violência.</p>	<p>Olha, eu acho que há uma inversão, o que não era visto como violência, hoje é bem mais violento, questão do <i>bullying</i>, na época, principalmente na época que eu cursei escolas, a gente sofria <i>bullying</i>, mas não era visto como violência, hoje já é né, exploração de crianças, exploração sexual, tudo isso hoje vem à tona que alguns anos não vinha. [...] Correção dos pais em casa, antes você corrigia seu filho, às vezes até espancava, e não vinha à tona, hoje vem, as pessoas denunciam, então, eu acho que hoje, tem muito mais o que não era considerado violento, hoje, já considerado violência.</p>	<p>Então, isso ai tem que ter uma vigilância comunitária, através de denúncias as pessoas têm que verem e não ficarem omissos, denúncia se há violência seja ela a forma que for, se é contra criança, contra o adulto, porque hoje, a criança sofre a violência muito maior né, a mulher sofre violência, então de todas as formas tem, então a população, a comunidade tem que tá em vigilância, tem que nos ajudar pra vim à tona todas essas violências mesmo. [...]. E nós dependemos dessas denúncias, se não houver as denúncias não sabemos, ninguém pode tomar uma providência.</p>	<p>É uma violência extrema, porque um adulto, ele sabe já o que pode acontecer, as consequências, e a adolescente não né, como tem acontecido as pedofilia, quantas e quantas meninas se envolvem com os pedófilo e vai levando por ganhar alguma coisa em troca. Ai expõe o corpo, eu acho sim uma violência, porque ele tá roubando a adolescência dessa menina, ele tá roubando a infância dela, ela passa a ser adulta antes da hora, eu acho muito violento. Mesmo que ela consinta, porque ela consente por um momento que foi oferecido algo em troca pra ela, então acaba cedendo, mas às vezes não é aquilo que ela quer.</p>
-------------------------------------	--	--	---	--	--	--

ANEXO D - Avaliação do treinamento - Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX).



COMCEX
DOURADOS/MS

COMITÊ MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E DE DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE DOURADOS/MS
Decreto nº. 563 de 23/11/2001
Decreto nº. 1.324, de 27/12/2012

AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO

Instruções: descreva sua reação referente ao treinamento que acaba de participar. Sua opinião é muito importante para o COMCEX continuar buscando atingir melhor nível de satisfação de seus ouvintes. Graças!

		SIM	NÃO
1.	O treinamento possibilitou o acesso à informação sobre o tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes?		
2.	O treinamento contribuiu para mostrar como funciona o trabalho realizado na rede socioassistencial de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na cidade de Dourados/MS?		
3.	Você já conheceu o trabalho realizado pelo Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes – COMCEX?		
3.	Você recomendaria este treinamento para outras escolas.		
4.	De modo geral, ficou satisfeito com o treinamento.		

		Excelente	Bom	Médio	Abaixo da média
5.	A qualidade e as informações da cartilha são?				
6.	De modo geral, você considera que a apresentação dos temas abordados foi?				

		Demais	Suficiente	Insuficiente
7.	O tempo destinado a perguntas e respostas foi.....			

8. Por favor, explique qual resultado este treinamento proporcionou para você?

Dourados, _____ de _____ de 2013.

ANEXO E – Ficha de inscrição - Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS (COMCEX).



ESCOLA QUE PROTEGE: mobilizando profissionais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes
14 de agosto de 2013
Escola Municipal Arthur Campos Melo – Vila Cachoeirinha

F I C H A D E I N S C R I Ç Ã O

A) NOME (completo, sem abreviações)		
B) DATA DO NASCIMENTO (dia/mês/ano)	C) SEXO () Mado. () Fem.	D) ESTADO CIVIL () CASADO () SOLTEIRO () DIVÓRCIO
E) ENDEREÇO RESIDENCIAL (Rua, Av, Nº, Complemento)		
F) BAIRRO/DISTRITO RESIDENCIAL		G) MUNICÍPIO RESIDENCIAL
H) ESTADO	I) CEP Ex: 79.832-070	J) E-MAIL PESSOAL
K) TELEFONE RESIDENCIAL (FIXO) DDD ()	L) TELEFONE CELULAR DDD ()	
M) NÍVEL DE ESCOLARIDADE (assinale APENAS u de maior grau): 1 () Ensino fundamental incompleto 4 () Ensino médio completo 7 () Especialização (concluído) 2 () Ensino fundamental completo 5 () Ensino superior incompleto 8 () Mestrado (concluído) 3 () Ensino médio incompleto 6 () Ensino superior completo 9 () Doutorado (concluído)		
N) CURSO(S) CONCLUÍDO(S) (informar o mais alto, nível médio, superior ou pós-graduação, quando houver):		
O) ORGAO/ENTIDADE/SEGMENTO (a partir de qual este se inscreverá nesta capacitação):		
P) TIPO DE ATIVIDADE EXERCIDA NESTE ORGAO/ENTIDADE/SEGMENTO (MARCAR UMA ÚNICA OPÇÃO):		
1 () Costur da política públicas	19 () Profissional de atendimento à saúde em órgão público	
2 () Servidor ou prestador de serviços do poder executivo	20 () Profissional de atendimento à saúde em ONGs	
3 () Conselheiro CMDCA	21 () Profissional de atendimento à saúde em entidades religiosas	
4 () Conselheiro de direitos ou de políticas públicas	22 () Professor do ensino fundamental e médio	
5 () Servidor ou prestador de serviços do poder legislativo	23 () Professor do ensino superior	
6 () Liderança comunitária ou religiosa	24 () Profissional da educação	
7 () Liderança de representações de classes	25 () Profissional da prevenção de esse estância social em órgão público	
8 () Profissional de turismo	26 () Profissional da prevenção na saúde em órgão público	
9 () Conselheiro Tutela	27 () Profissional ou voluntário de prevenção em ONGs	
10 () Servidor ou prestador de serviços do poder judiciário	28 () Profissional ou voluntário de prevenção em entidades religiosas	
11 () Servidor ou prestador de serviços do município público	29 () Profissional de comunicação	
12 () Servidor ou prestador de serviços em delegacias	30 () Liderança participante do movimento estudantil	
13 () Policial (fede. e. civil, militar, rodoviário ou municipal)	31 () Liderança comunitária jovem	
14 () Integrante do corpo de bombeiros	32 () Liderança jovem vinculada a organizações governamentais	
15 () Integrante das forças armadas (exército, marinha ou aeronáutica)	33 () Liderança jovem de ONGs	
16 () Profissional de atendimento na assistência social em órgão público	34 () Liderança jovem de entidades religiosas	
17 () Profissional de atendimento na assistência social em ONGs	35 () Outra (especificar):	
18 () Profissional de atuação na assistência social em entidades religiosas		
Q) DETALHAMENTO / ESPECIFICAÇÃO DA ATIVIDADE EXERCIDA NESTE ORGAO/ENTIDADE/SEGMENTO		
R) ENDEREÇO DO ORGAO/ENTIDADE/SEGMENTO (Rua, Av, Nº, Complemento)		
S) BAIRRO/DISTRITO DO ORGAO/ENTIDADE/SEGMENTO		T) MUNICÍPIO DO ORGAO/ENTIDADE/SEGMENTO
U) ESTADO	V) CEP Ex: 79.832-070	X) E-MAIL INSTITUCIONAL
Y) TELEFONE INSTITUCIONAL (FIXO) DDD ()	Z) FAX INSTITUCIONAL: DDD ()	
Lugar e Data		ASSINATURA

ENTREGAR ESTA FICHA, DEVIDAMENTE PREENCHIDA.

ANEXO F – Ficha de notificação/investigação individual: violência sexual e/ou outras violências - Ministério da Saúde.

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

FICHA DE NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS

Definição de caso: Considera-se violência como a uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente e Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta ficha atende ao Decreto-Lei nº 5.099 de 03/06/2004, que regulamentou a Lei nº 10.778/2003, que instituiu o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e o artigo 19 da Lei nº 10.741/2003 que prevê que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra idosos são de notificação obrigatória.

1) Data da Notificação 2) UF 3) Município da Notificação

4) Unidade de Saúde (ou outra fonte noticiadora) Código (CNEB)

5) Data da Ocorrência da Violência 6) Hora da Ocorrência (0 - 24 horas)

7) Nome 8) Data de Nascimento

9) Idade 10) Sexo 11) Casamento 12) Cor 13) Escolaridade 14) Ocupação 15) Situação conjugal / Estado civil 16) Reações sexuais 17) Possui algum tipo de deficiência? 18) Número do Cartão S.U. 19) Nome do mãe 20) UF 21) Município de residência 22) Bairro de residência 23) Logradouro (rua, avenida, ...) 24) Número 25) Complemento (apto, casa, ...) 26) Ponto ex. Referência 27) CEP 28) (DDD) Telefone 29) Zona 30) País (se residente fora do Brasil)

31) UF 32) Município de Ocorrência 33) Bairro de ocorrência 34) Logradouro de ocorrência (rua, avenida, ...) 35) Número 36) Complemento (apto, casa, ...) 37) Zona de ocorrência 38) Ocorreu outras vezes? 39) A lesão foi reconhecida? 40) Meio de agressão 41) Tipo de violência 42) Tipo de violência

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências SVS 23/07/2005